Grémio Lusitano

Ano 8 | Nº 20
2º Semestre 2019
12.50 €

Mensagem do Grão-Mestre | Debates | Ritual | História

Grande Oriente Lusitano

Maçonaria Portuguesa

1802

Maçonaria de Portas Abertas

Abril 2020

Museu Maçónico Português

Facebook | Instagram

Museu Maçónico Português

ÍNDICE

1 EDITORIAL
António Lopes

3 MENSAGEM DO GRÃO-MESTRE
Fernando lima

DEBATES

4 70 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS - O QUE FOI FEITO E O QUE FALTA FAZER
J Meira da Cunha

8 APRENDEMOS A VOAR COMO PÁSSAROS E A NADAR COMO PEIXES, MAS NÃO APRENDEMOS A CONVIVER COMO IRMÃOS
Jaime Pina

17 DO BELO E DA GAIA SABEDORIA DOS CONSTRUTORES
Ir∴ Hermann Hesse da R∴L∴ O Estado da Arte a Or∴ Cascais

RITUAL

22 ALGUNS ASPETOS DO REAA NO QUADRO RITUAL E FILOSÓFICO DO RITO
João Alves Dias, 33 SGC

27 MEMÓRIA DA LUZ QUE BRILHOU NAS TREVAS
Ir∴Febo Moniz da R∴L∴ Fiat Lux a Or∴ Lisboa

HISTÓRIA

31 COMPROMETIDO COM A LUTA PELA LIBERDADE
José Paulo Silva Graça

40 LOJA UNIÃO, DO PORTO, EM BUSCA DOS ELOS PERDIDOS
António Ventura

58 MUSEU REPÚBLICA E MAÇONARIA

CAPA

Relógio de secretária com simbologia maçónica pintada sobre esmalte, com estojo. Séc. XIX.
Museu República e Maçonaria.
Fotografia **Ponto de Vista**.

ESTATUTO EDITORIAL

A revista *Grémio Lusitano* é um espaço de livre debate de ideias, tendo por base os valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. As opiniões expressas sob a forma de artigos, são orientadas por critérios de rigor e criatividade editorial, diversidade temática, visando abranger diferentes campos do Saber, respeito pela opinião alheia e rigor histórico.

Pauta-se ainda pelas ideias inerentes ao Livre Pensamento, à liberdade de consciência e de expressão, à tolerância e ao pluralismo de pontos de vista.

Consideramos que a existência de uma opinião pública informada, ativa e interveniente é condição essencial para o exercício pleno da cidadania e para que cada pessoa exerça os seus direitos e deveres conscientemente, contribuindo para o Bem Comum. Por isso, a revista *Grémio Lusitano* entende dever participar no debate das grandes questões que se colocam à sociedade portuguesa, numa perspectiva de tolerância, de respeito pelo outro e de uma formação individual.

A revista *Grémio Lusitano* reconhece como seu limite o espaço privado dos cidadãos e todas as matérias para as quais não está vocacionada, assumindo como seu objetivo primeiro a sua credibilidade e como objetivo último a formação de cidadãos plenos.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Grémio Lusitano

EDITOR
Grémio Lusitano

SEDE E REDAÇÃO
Rua do Grémio Lusitano 25 -
1200-211 Lisboa – Portugal

NIPC
500 929 270

DIRETOR
António Lopes

COORDENAÇÃO
António Lopes
Álvaro Carrilho

TEXTOS
Fernando Lima
António Lopes
João Alves Dias
J. Meira da Cunha
Jaime Pina
Hermann Hesse (n.s.)/Loja O Estado da Arte
José Paulo da Silva Graça
Febo Moniz (n.s.)/Loja Fiat Lux
António Ventura

REVISÃO DE TEXTO
Sílvia Rato

FOTOGRAFIA
Arquivo do Museu Maçónico Português
Ponto de Vista
Arquivo Fotográfico de Lisboa / CML
Museu da República e da Maçonaria / Villa Isaura
Tânia Araújo
Inácio Ludgero

GRAFISMO
Álvaro Carrilho

IMPRESSÃO
Espaço Gráfico, Lda
R. Coronel Luna de Oliveira,
6 - A/B - 1900 - 167 Lisboa

TIRAGEM (Digital e Papel)
3000 exemplares

PERIODICIDADE
semestral

DEPÓSITO LEGAL
198408 / 09

REGISTO ERC
125549.

ANTÓNIO LOPES

Quando fomos incumbidos da tarefa de retomar a publicação da revista Grémio Lusitano deparou-se-nos um conjunto de decisões que se revelaram estruturantes para o resultado que agora se apresenta.

Em primeiro lugar o modo de distribuição, agora por via electrónica e papel, de forma a chegar a um maior número de Irmãos, fazendo da revista um elo de ligação fraternal, objeto de leitura e de divulgação das atividades do Grande Oriente Lusitano. Em segundo lugar, torná-la um objeto de referência, de consulta e estudo, ferramenta da prática maçónica. Assumidamente ambivalente, já que se destina a maçons e a profanos, em que esperamos que os primeiros encontrem nela inspiração e os segundos façam dela uma fonte de Saber que combata o preconceito, pretende-se que o seu conteúdo, mais do que certezas, suscite a reflexão, a dúvida e a tolerância.

Por isso este número apresenta-se como um momento de transição para uma publicação que privilegie o estudo e reflexão sobre temas maçónicos ou sobre os grandes valores que a Maçonaria defende e não tanto o espelho dos trabalhos individuais ocorridos em Loja, esses sim a buscarem inspiração na Revista.

É, portanto, um número de transição sem, no entanto, cortar de modo radical com um aspeto gráfico apelativo, ainda que mais atualizado, mais leve e esteticamente consistente, o que pode ser visto na forma de composição gráfica, no letring usado ou nas manchas de imagem e elementos gráficos que ilustram estas páginas.

Foram estas as ideias que presidiram à reformulação da revista Grémio Lusitano. Feita com a Sabedoria de todos os que nela colaboraram, com a Força de quem a tornou possível, cremos que por muitos anos com o Vigor de todos os Irmãos e de todos os que defendem os valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Fotografia Álvaro Carrilho

FERNANDO LIMA

A Revista do Grémio Lusitano é repositório de uma antiga e fundada tradição de qualidade gráfica e publicação de textos de reconhecido pensamento sobre a Maçonaria no seu tempo e temas que lhe são caros,sejam os seus mitos,lendas ou simbolismo, sejam as questões do humano ou societários.

O Grémio Lusitano,o Grande Oriente Lusitano, é uma Obediência Maçónica que faz jus à liberdade absoluta de consciência, ao livre pensamento e à sua expressão verbal e escrita, no respeito tolerante da diversidade de cada qual,e estrénua defensora da liberdade em todas as suas expressões,da fraternidade e solidariedade que medeia uma sociedade mais igual e justa.

A Revista do Grémio Lusitano pretende espelhar essa matriz fundamental e a presente publicação a ela não não foge.

Destinada a todos os leitores, maçons e não maçons, o presente número retoma, após uma interrupção não desejada, o curso normal de publicação, com a certeza que será favoravelmente acolhida.

Que a Revista permita a todos compreender melhor um facto social complexo, por vezes tão mal compreendido, ou objecto de propositada desinformação conspirativa ao serviço de desígnios obscurantistas ou totalitários, por vezes com acuidade em tempos de angústia, ansiedade e sofrimento colectivo.

A todos quantos permitiram a presente publicação, em especial ao seu Director,é devida uma palavra de reconhecimento, na certeza de que a sua vontade e capacidade será sempre um estimulo para todos.

Boa e proveitosa leitura.

J MEIRA DA CUNHA

70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos - o que foi feito e o que falta fazer

Foi ainda bem à vista do desastroso, caótico e impressionante cenário consequente da assim chamada 2ª Grande Guerra Mundial, como que se erguendo dos escombros do mundo por ela destruído, que a ideia de tornar evidente a necessidade da identificação e da defesa universal dos direitos humanos surgiu como imperativo político.

Surgiu perante a consciência indisfarçável do sofrimento generalizado que o cenário físico e moral daqueles anos terríveis da barbárie da Guerra patenteava. À vista desta realidade, os sentimentos humanos ganham mais expressão. Os humanos parece tornarem-se mais conscientes e receptivos à sua própria humanidade, porventura menos egoístas e mais colaborativos perante as desgraças que afetam quase todos. Foi a desgraça que uniu as nações. Foi a evidência do mal provocado que motivou as Nações Unidas a entenderem-se quanto a uma Proclamação de uma Declaração Universal dos Direitos Humanos, depois dos ouvidos moucos à ideia de Kant de uma Constituição Republicana Universal como forma de conseguir a Paz perpétua. A Declaração Universal merecia ser defendida como embrião constitucional da proposta Kantiana.

O preâmbulo é claro:

... "*Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade, foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano*"

E a seguir, não menos claro, numa espécie de aviso a tiranos e opressores:

"*Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão*"...

Agora portanto... a Assembleia proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo articulado abre com o dever que decorre do teorema humanista de que "*todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos*" e apelando à prática de um dever matricial: "*são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade*".

Fraternidade é uma noção a um tempo simples (simples, quando a resumimos à prática e, porventura, é ainda mais evidente perante práticas que lhe são contrárias), mas também é um conceito complexo, assumindo diversos e diferentes significados consoante os agentes emissores e suas idios-

Fotografia D.R.

sincrasias ou crenças particulares, os contextos de época, grupais e culturais em que a expressão é usada.

O facto de aparecer logo no início do texto da Declaração, cujo esboço foi apresentado pelo Maçom canadiano John Peters Humphrey, uma frase desta natureza afirma uma ideia basilar que há de tornar-se óbvia e socialmente indispensável na inteligência política do futuro. Isto porque, se este dever de agir em espírito de Fraternidade for assumido e praticado pela generalidade dos seres humanos constituirá o refinamento evolutivo do sentido republicano do bem público, ou seja do bem de todos e para todos os que vivem no Planeta. E assim, utopicamente, os direitos universais declarados e aceites em 1948, aliás sem nenhum voto contra por parte dos membros da Organização das Nações Unidas, só necessitariam de ser enunciados para precaver e evitar desvios e atropelos. Mas todos sabemos que não é assim. Efetivamente a Fraternidade não foi e dificilmente virá a ser democratizada. Democratizar a Fraternidade, como molécula constitutiva da Política, seria importantíssimo para a Humanidade.

Tal como está formulado na Declaração Universal, o conceito de fraternidade deveria ser encarado, sem preconceitos de qualquer ordem, como elemento constitutivo da Política e da democracia, ela própria carente de ser aperfeiçoada com valores eminentemente Humanistas como este. Esta poderia vir a ser a via evolutiva capaz de acrescentar valor à simples determinação numérica que cristaliza vencedores em dominantes, em vez de fomentar dinâmicas de inclusão e de participação criativa das diferenças.

Institucionalizado num texto referencial da Política (com letra grande e global) como é a Declaração Universal dos Direitos Humanos o conceito de Fraternidade passou a ter cunho Político e Universal. O conceito já não é só Religioso, com o devido respeito pelas diversas e diferentes crenças religiosas que o integram; já não é só uma ideia moral; já não é só um sentimento associado ao amor, à amizade ou quaisquer outros sentimentos e emoções relacionais particulares ou de grupos identitários, tribos e até nações. É reconhecidamente um

atributo Humano e Universal. É, porventura, como afirmam alguns cientistas, um traço característico evolutivo da natureza humana colaborativa.

Mesmo que a razão e a consciência de que somos dotados tarde em aceitar a necessidade de agir uns para com os outros em espírito de fraternidade, o certo é que, com imparcialidade, se poderá afirmar que, apesar de tudo, a prática da fraternidade entre os homens tem evoluído positivamente. Mas também, deve reconhecer-se, que estaciona e até regride às vezes (não necessariamente ciclicamente) como parece estar a acontecer nos últimos tempos em certas zonas.

"70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos – o que foi feito e o que falta fazer". É um tema difícil.

Comecemos pelo óbvio e porventura o mais importante de tudo (o que foi feito): ou seja, o facto de a Declaração ter sido redigida, amplamente debatida, votada sem nenhum voto contra e, finalmente, proclamada ao mundo inteiro pela Assembleia Geral das Nações Unidas no *Palais Royal*, em Paris, no dia 10 de Dezembro de 1948, continuando a ser um instrumento inspirador de política para um futuro melhor.

Então e o que foi feito desde a sua Proclamação em 1948?

A resposta vaga, imprecisa, e grosseiramente simples é: **tanto e tão pouco.**

O melhor exercício para formar uma ideia positiva sobre o que foi feito consiste em imaginar o que seria a política e o mundo se não existisse a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O muito que está mal em relação à violência causada pelo desrespeito e incumprimento dos Direitos Humanos, estaria certamente ainda pior. Basta dizer que este texto figura no *GuinessBook* de Records como o documento mais traduzido do mundo. Pode ser lido em mais de 500 línguas. Não seria assim se lhe não fosse reconhecida importância e influência. É mais um sinal evidente de reconhecimento da sua importância cultural, política e civilizacional. É um instrumento referencial de combate, de denúncia e de mobilização das opiniões públicas contra os atropelos e violações dos direitos humanos por esse mundo fora e que importa continuar a combater.

Mas o aspecto positivamente mais determinante da Declaração Universal dos Direitos Humanos no plano político é o facto de ter inspirado e influenciado Constituições de muitos países, tratados internacionais com força legal e muita legislação de defesa efetiva de direitos, liberdades e garantias sociais e de cidadãos individuais.

Neste contexto, importa referir a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, muitas vezes esquecida ou ignorada e ainda mais vezes violada em muitos Estados-membros que a aprovaram no Conselho Europeu de Nice, em Dezembro de 2000, tendo sido proclamada pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho e pela Comissão. Em 2007, Com o Tratado de Lisboa a Carta foi investida de força obrigatória, com valor jurídico idêntico ao dos Tratados e estabelecendo direitos em domínios tão cruciais como a dignidade humana, as liberdades fundamentais, a igualdade, a solidariedade e a justiça.

Importa reforçar a ideia de que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento que faz parte integrante da nossa Civilização. Até porque é irrevogável. Não é um Decreto ou uma Lei: exprime de forma magistral princípios, valores e direitos que o conjunto das Nações -repita-se – sem um único voto contra aceitou adoptar. É também essa característica que lhe confere força moral e política e a conserva viva e irrevogavelmente referencial em relação ao futuro. Não é autoritária, não é oracular e não consigna sanções. Mas remete para a sua regulação, operacionalidade e eficiência para "império da Lei". A Declaração Universal dos Direitos Humanos assenta na defesa permanente da Justiça, da verdade e da razão.

Começando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, por referir o dever de Fraternidade, partindo da realidade ontológica de que os seres humanos são dotados de Razão e Consciência, nela assentam os direitos universais que a Declaração enuncia.

Ninguém pode duvidar que a consignação dos Direitos e os mecanismos legais coercivos em defesa do seu cumprimento são importantes e fundamentais. Ninguém de bom senso duvida da sua primazia e necessidade. Mas, não é por serem, porventura, de aparência e natureza mais subtil e não serem coercivos que os deveres são menos importantes. Pelo contrário, são mais importantes e fundamentais, porque são parte integrante da própria Natureza Humana, exprimindo-se por valores intangíveis: sentimentais morais e éticos. Porque pertencem ao nível superior da totalidade do Homem e da sua dignidade: ou seja, porque habitam no "território" natural e essencial da espiritualidade positiva e acessível das pessoas.

É neste domínio que continuarão a manifestar-se as qualidades diferenciadoras dos seres humanos face às máquinas por eles criadas, por muito artificialmente inteligentes que possam ser. É exatamente por isso que deveres como o de agir em relação aos outros em espírito de Fraternidade, sendo axiomáticos da natureza humana, são também mais eficazes como suporte da construção humanista da sociedade. Simplesmente porque a sociedade é feita de outros e com outros, sem o que não é sociedade e muito menos humanista.. Esta ALTERIDADE , para ser construtiva tem que ser fraterna e não indiferente ou odiosa. E nem sequer carece de forças e instrumentos de coercividade para se realizar. Exige, isso sim Liberdade por requerer consciência. E requer igualdade como base para que se possam exprimir a autonomia de cada um e as diferenças que tudo caracterizam e que constituem a fonte evolutiva de todos os sistemas.

Há muito caminho a fazer. ▣

BIBLIOGRAFIA

DAMÁSIO, António, *A Estranha Ordem das Coisas*, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2017;
DE LA BOÉTIE, Etienne , *Discurso sobre a Servidão Voluntária*, Lisboa, Ed. Antígona, 2016;
FERNANDES, António José, *Direitos Humanos e Cidadania Europeia - Fundamentos e Dimensões*, Coimbra, Ed. Almedina, 2004;
FUKUYAMA, Francis, *Identidades - A exigência de dignidade e a política do ressentimento*, Lisboa, Ed. Dom Quixote, 2018;
KANT, Emmanuel, *A Paz Perpétua E Outros Opú*sculos, Coimbra, Ed. Almedina, 2018;
OZ, Amos, *Caros Fanáticos - Fé, fanatismo e convivência no século XXI*, Lisboa, Ed. Dom Quixote, 2018;
ZWEIG, Stefan, *Montaigne*, Lisboa, Ed. Assírio e Alvim, 2017.

JAIME PINA

Aprendemos a Voar como Pássaros e a Nadar como Peixes, mas não Aprendemos a Conviver como Irmãos

Os mitos da criação e as religiões a eles associadas têm sido dos principais fatores de coesão dos grupos sociais. Oferecem uma explicação para a existência e a proteção perante as incertezas, ameaças, medos e angústias da vida.

Começo esta tábua citando o teólogo Frei Bento Domingues que, num artigo de opinião que escreveu para o jornal "Público" em Julho do ano passado, afirmou:

"A narrativa bíblica do mito da criação não pertence ao mundo da ciência, mas ao da poética teológica. Não se situa, por isso, em competição com nenhuma teoria da origem e do desenvolvimento do universo. Confessa que de Deus apenas pode vir o bem e a beleza. Apresenta o criador encantado com a sua obra, ritmada pelos dias e pelas noites, cheia de tudo o que é bom. Nesse poema, o ser humano – homem e mulher - é coroa da terra, imagem do infinito mistério do amor."

Relativamente à primeira parte, eu diria que, se esta visão - muito realista - não tivesse chegado com 2.000 anos de atraso, muito sofrimento e morte teriam sido evitados. Mas, enfim, chegou! Quanto à última, absoluta discordância como vos tentarei mostrar. Comecemos pela criação.

Num dos seus quadros mais famosos, pintado em final de 1897 no seu refúgio no Taiti, quando a sua vida chegava ao fim, Paul Gaugin desenhou no canto superior esquerdo aquelas que provavelmente serão as questões mais vezes colocadas pelo Homem a si mesmo e que têm induzido tantas viagens espirituais transformadoras (aliás, a espiritualidade é sempre transformadora): *D'où venons nous? Que sommes nous? Où allons nous?*

Comecemos pela primeira e iniciemos então a nossa História maravilhosa.

VIAJEM PELA HUMANIDADE

Os mitos da criação e as religiões a eles associadas têm sido dos principais fatores de coesão dos grupos sociais. Oferecem uma explicação para a existência e a proteção perante as incertezas, ameaças, medos e angústias da vida.

Aos 75 diferentes mitos da criação atualmente identificados na Humanidade, contrapõe a ciência com as descobertas realizadas no último século, que nos contam uma história - e não um mito - e essa história revela que a nossa viagem, esta grande aventura de todas as coisas, explodiu, no sentido literal, há 13.820 milhões de anos (os astrofísicos são os atuais arqueólogos do tempo).

Nessa explosão primordial e singular, que está para além dos nossos

Fotografia Inácio Ludgero

conhecimentos e compreensão, tudo foi criado: toda a matéria e toda a energia que o Universo contém, o norte, o sul, o este, o oeste, o zénite e o nadir, e o tempo que nos dá as balizas porque somos limitados. Mas foi preciso esperar mais de 300.000 anos para que o Universo arrefecesse o suficiente para permitir que a energia e a matéria se fundissem em estruturas basilares a que chamámos de átomos. Só então a Luz brilhou nas trevas e as trevas não a receberam. A partir daí a aventura da vida não mais parou.

Tudo no universo é constituído pela energia e pela matéria então criadas: as estrelas, os planetas e todas as formas de vida, incluindo, obviamente, o Homem – todos os homens. Somos filhos dessa explosão primordial criadora; os nossos átomos são os mesmos átomos que foram formados há mais de 13 mil milhões de anos. Em todo o universo, desde então, nada mais se criou e nada se perdeu, apenas tudo se transformou, como genialmente anteviu, no século XVIII, o nosso irmão Lavoisier.

Um pouco menos de 10 mil milhões de anos depois, num lugar anódino do Universo formou-se a nossa casa, o planeta a que chamaríamos Terra em homenagem a uma Deusa. E num instante cósmico, através de um qualquer enigmático processo que desconhecemos, os átomos então criados na formação do Universo deram origem à vida, a uma só célula. Depois, foi Mendel e Darwin.

Há 6 milhões de anos, na savana africana, uma símia deu à luz duas crias; da primeira continuaram a descender símios; a segunda daria origem a uma linhagem biológica que culminaria na espécie que acabaria por dominar o planeta, a nossa, os humanos, que num ato de imodéstia, milhões de anos mais tarde, se autodenominaria de "sábia", característica muito pouco consentânea com a sua prática, mas que um dia faria a tal pergunta: *"Que sommes nous"*?

Foram milhões de anos de formatação da espécie e a ter que vencer todos os desafios da sobrevivência. O grupo, a caça, a recoleção e a competição foram inculcando em nós características tão profundas que ainda hoje permanecem.

Há 70.000 anos, muito provavelmente fruto de uma importante e transformadora mutação genética, mudámos, não física, mas cognitivamente. A aquisição de pensamento simbólico e de níveis mais diferenciados de **comunicação** e de **cooperação** transformaram os nossos ancestrais nos seres que ainda hoje somos: eussociais, curiosos, versáteis, criativos e empreendedores. Como muito bem nos definiu Roger Garaudy, "somos um feixe de perguntas". A procura constante de respostas (muito evidente nas crianças, na idade dos «porquês?»), a aquisição de pensamento estratégico e a capacidade de planeamento foram a

Fotografia Ponto de Vista

alavanca que propiciou a mudança. Chamámos-lhe a Revolução Cognitiva.

Há 12.000 anos, na madrugada neolítica, um novo sobressalto evolutivo levou-nos a abandonar o nomadismo, a caça e a recoleção e a sedentarizarmo-nos, tirando vantagens da domesticação das sementes e dos animais. Abandonámos o bando, inventámos a aldeia e passamos a viver em núcleos populacionais cada vez maiores, e tal modificou-nos socialmente. A partir de então, criamos sociedades, culturas, religiões, países, impérios e civilizações, porém, as características intrínsecas da espécie permaneceram. Foi então que Caim matou o seu irmão Abel. A Revolução Agrícola acontecera.

Há 500 anos a aventura dos povos ibéricos em direção à globalização abriu as portas da terceira revolução - a Revolução Científica – e com ela uma nova mudança de paradigma: em vez do interesse pelas tradições, narrativas e ficções do passado e suas reinterpretações, a ênfase passou a ser colocada na observação, na experimentação e na decifração da recém-descoberta linguagem pela qual a natureza se exprime – a matemática. Com a nova leitura e compreensão das leis da natureza e da sua impessoalidade - do infinitamente pequeno ao incomensuravelmente grande - o Homem foi-se libertando das superstições e das peias religiosas que o atemorizavam e tolhiam. Ao aperceber-se que a sua existência não fazia parte de nenhum desígnio sobrenatural ou de um plano cósmico pré-determinado, o Homem passou a ser senhor do seu destino e não marioneta nas mãos de uma qualquer Divindade com quem até então podia negociar. Negociar o quê? A troco de um adequado comportamento social e moral, pequenos benefícios pessoais, perdão para os pecados e um vislumbre de eternidade – a existência para além da morte, onde encontraria os entes queridos que o antecederam na partida. Mas também havia o castigo para quem não tivesse o comportamento adequado. O prémio e o castigo como programa das religiões.

Não sei é se, ao libertar-se deste quadro, o Homem passou a ser mais feliz!

Foi o que Nietzsche nos quis dizer, ao declarar a morte de Deus, no "Assim falou Zaratustra". Obviamente não estava a matar Deus. Estava a dizer-nos que a ciência e o Humanismo (este, tal como uma nova religião que sobreleva o Homem) tinham relegado as Divindades e as religiões para um plano subalterno, o plano da crença individual.

Nesta nova etapa da Humanidade, a Copérnico, Galileu e Newton,

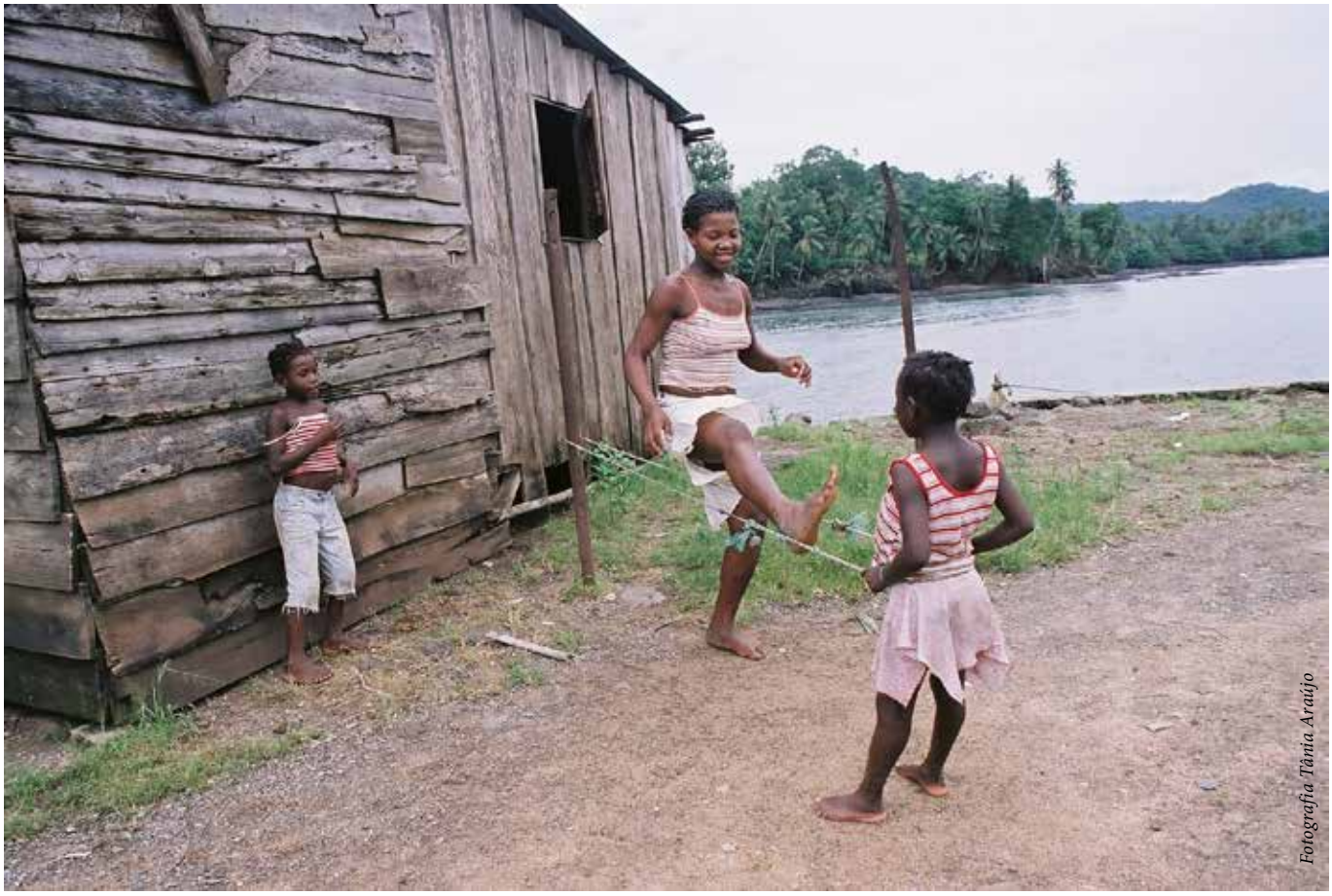
sucederam Lavoisier, Darwin, Mendel, Pasteur, Freud, Marie Curie, Einstein, Hubble, Eisenberg, Francis Crick, James Watson, e tantos outros, que foram responsáveis pelas descobertas científicas que permitiram as inovações tecnológicas que marcaram os últimos 200 anos da nossa história.

O tear mecânico, o motor a vapor e a combustão interna, a eletricidade, o transístor, o domínio sobre o átomo e o chip digital, ícones das diversas revoluções industriais, mudaram a vida, o pensamento e os valores do Homem. Os valores são agora os do Estado e do Mercado (quantas vezes, de forma asfixiante, estes sobrelevam-se aos valores da moral e da ética). Mas todos eles são apenas o verniz que tapa a sua essência profunda, moldada pela biologia e por milhões de anos de evolução, em que o **grupo, a competição** e a **violência** foram determinantes para a sobrevivência da espécie. A nossa natureza violenta está enraizada por milhões de anos de tribo e de violência tribal que funcionaram, aliás, como força motora do nosso desenvolvimento.

Donde vimos? Quem somos? Para onde vamos? Há muitas gerações que tentamos desvendar as repostas a estas perguntas. Elas serão porventura as mais importantes da nossa existência como espécie.

Quem somos nós, os humanos? Fruto de uma indissociabilidade genética e cultural fomos sendo formatados em respostas emocionais inatas e antagónicas. Isso fez de nós uma perplexidade, capaz do melhor e do pior. Somos simultaneamente virtuosos e pecadores, orgulhosos e modestos, carinhosos e agressivos, corajosos e medrosos, egoístas e solidários, nobres e canalhas, aventureiros e prudentes, heroicos e covardes, e individualistas e altruístas. Vivemos num conflito permanente entre "Deus" e o "Diabo".

Somos uma espécie intrinsecamente curiosa, com necessidade permanente de fazer perguntas e obter respostas, impulsionada por um constante desejo de descoberta e por uma invulgar capacidade de adaptação. Fomos capazes de viajar por todo o planeta, subir às suas mais altas montanhas, sulcar os oceanos desconhecidos e descer às suas maiores profundezas; conseguimos viver nos mais gélidos e nos mais sufocantes lugares. Pintar os mais belos quadros, esculpir as mais fantásticas figuras, escrever as mais belas histórias e tocar as mais extraordinárias melodias: Fomos capazes de decifrar o mais profundo de nós mesmos, o nosso código genético. Olhar o céu noturno, maravilharmo-nos com as estrelas, entender o movimento dos planetas, caminhar na Lua, desvendar a história do universo,



Fotografia Tânia Araújo

conseguir olhar quase para o seu limite e iniciar o empreendimento de futuras viagens para além do nosso planeta, em direção às estrelas. Somos uma espécie que se inebria com odisseias, sempre em busca de novas fronteiras. Aqui, somos uma espécie maravilhosa.

Porém, temos um outro lado, o nosso lado negro.

Por exemplo, somos uma espécie que desrespeita as outras e a casa em que vive, o planeta. Presentemente, ao ocuparmos descuidadamente todos os nichos ecológicos da Terra, estamos a provocar a extinção de milhares de espécies animais e vegetais e a colocar em risco a sobrevivência da nossa. Como nos lembrou Elizabeth Kolbert estamos a viver a 6ª grande extinção de vida desde que esta apareceu no planeta; a causa das cinco anteriores apenas pode ser imaginada; relativamente à atual sabemos com precisão que o culpado está a ser o Homem. Será a primeira vez na História da Terra que uma única espécie é capaz de alterar o ecossistema global e pôr em causa a sua biodiversidade. Mais de ¼ dos mamíferos, 40% dos anfíbios, 1/5 dos répteis e 1/6 das aves está em vias de extinção. Somos como um bando de gafanhotos que depois de ter esgotado os recursos do ecossistema em que habita, se desloca para outro, onde fará o mesmo. Acontece que, neste caso, não há outro lugar para ir, pelo menos por enquanto. Foi isto que François René Chateaubriand nos quis dizer quando afirmou: *"O Homem chega e encontra a floresta. Quando parte deixa o deserto"*. Quantas florestas encontramos, quantos desertos deixamos!

Ao desrespeitarmos as leis físicas e biológicas que governam o planeta, comportamo-nos como grandes predadores cuja ação está a ser demasiado pesada para o ecossistema global. Nunca na História da Terra seres vivos conseguiram mudar, como está a acontecer, o seu funcionamento elementar. Somos uma espécie tão bem sucedida que esse sucesso pode ditar o nosso fim. O planeta continuará o seu percurso, nós, provavelmente, não!

Nunca na História da Terra seres vivos conseguiram mudar, como está a acontecer, o seu funcionamento elementar. Somos uma espécie tão bem sucedida que esse sucesso pode ditar o nosso fim.

Por outro lado - e para além dos incontáveis dados fornecidos pela História - elementos provenientes do longo período da pré-História, recolhidos em numerosos sítios arqueológicos com enterramentos coletivos evidenciando mortes violentas, têm permitido uma nova leitura da História do Homem. Essa História revela-o com um padrão comportamental guerreiro, violento, cruel e intolerante, características que o têm levado aos piores atos de barbárie. Pequenas diferenças na cor da pele, na etnia, na religião, na cultura ou nas ideias têm sido suficientes para que grupos de humanos tenham sido exterminados.

O FENÓMENO RELIGIOSO E A INTOLERÂNCIA

É o caso das crenças religiosas. O nosso grupo religioso acha que os outros grupos religiosos veneram falsos deuses, realizam rituais errados, adoram falsos profetas e creem em mitos de criação fantasiosos. Só os nossos são verdadeiros. Daqui até à intolerância vai um pequeno passo e até à violência um passo ainda menor. O tribalismo religioso tem sido a causa de inomináveis crimes contra a humanidade.

A intolerância e a violência são sobretudo dirigidas para quem perfilha outros mitos da criação, que põem em causa o nosso. Que o digam Copérnico, Giordano Bruno ou Galileu, que ao retirarem o nosso planeta da centralidade do Universo, contrariando o dogma oficial das religiões cristãs – a terra e o Homem no centro da criação – sofreram as óbvias consequências: Copérnico foi censurado por católicos e luteranos e nada mais lhe aconteceu porque entretanto morreu; Giordano Bruno ardeu na fogueira; Galileu foi preso pela Inquisição e obrigado a abjurar. Neste caso a intolerância religiosa, não só para com os outros, mas para com **novas ideias** e para com as novas descobertas da ciência.

Muitas vezes a intolerância e a violência dirigem-se aos símbolos, como aconteceu nos séculos IV e V, com a destruição massiva realizada pelos cristãos, das obras de arte deixadas pelas antigas culturas grega e romana, com o

objetivo de apropriação ou de as apagar e impor um novo modelo que premiava mais a fé que o conhecimento. Aliás essa intolerância está bem expressa nas palavras de Santo Agostinho: "*Todas as superstições dos pagãos devem ser aniquiladas. É o que Deus quer, Deus ordena, Deus proclama*".

Quinze séculos mais tarde encontramos a mesma mensagem por detrás da destruição dos budas de Bamiyán, perpetradas pelos Taliban, no Afeganistão, ou no Templo de Bel, no complexo arqueológico de Palmira, pelos radicais do Estado Islâmico, já no século XXI (paradoxalmente, a cidade de Palmira foi em toda a sua História símbolo da tolerância, cosmopolitismo e multiculturalidade).

Pior é quando a intolerância é dirigida contra as **pessoas**. E a História está repleta de massacres devidos à intolerância religiosa. Convido-vos a várias viagens ao passado:

- Por exemplo, pelas cruzadas – paradigma da matança em nome de Deus – com momentos particularmente cruéis, como aquele que aconteceu no massacre de S. João de Acre, ocorrido em 1191, no decurso da 3ª cruzada, quando mais de três mil reféns muçulmanos, desarmados – homens, mulheres, velhos e crianças - foram trespassados à espada e à lança, degolados e decapitados pelo exército cristão, aquando da chegada do exército de Saladino, num ato gratuito de pura vingança.

- Ou pelos 112 anos de matança dos cátaros, no sul da França, no século XIII, que através de uma cruzada e de centenas de fogueiras da Inquisição foram exterminados. A perseguição terminou em 1321 com a execução de Guilhaume de Bélibaste, o último perfeito cátaro.

- Ou pelos 30 anos de uma guerra religiosa entre católicos e luteranos (a Guerra dos 30 anos, ocorrida entre 1618 e 1648), e que deixou o centro da Europa social e economicamente destruído, com mais de 4 milhões de mortos

- Ou pelas matanças de luteranos em França e de católicos em Inglaterra, no século XVI. Por exemplo, numa única noite, de 23 para 24 de Agosto de 1572, em Paris, foram assassinados 4.000 luteranos (mais 70.000 nos três meses seguintes) apenas porque professavam uma religião circunstancialmente diferente. Esse massacre passou para a História com o nome do santo do dia, o massacre de S. Bartolomeu.

E como poderia continuar!

VIAJEM PELA INTOLERÂNCIA ÉTNICA

Outra característica definidora do comportamento humano é a necessidade instintiva de pertencer a grupos, caraterística essa, aliás, partilhada por todos os animais eussociais (a eussociabilidade é uma característica rara na biosfera; em centenas de milhões de anos de evolução apenas 20 espécies foram identificadas como eussociais). Ser mantido fora de qualquer grupo não é natural e é habitualmente motivo de sofrimento. A pertença de uma pessoa a um grupo - a tribo - constitui uma parte importante da sua identidade; as crenças religiosas, a cor da pele, as etnias, as opções políticas, os propósitos sociais e os clubes desportivos, são os principais princípios agregadores. Muito do que as pessoas fazem, de mal ou de bem, tem a ver com estas opções tribais.

- Acontece, porém, que essa pertença está geralmente associada a uma noção de superioridade. O nosso grupo é melhor, é superior; os outros são inferiores. Por exemplo, os possuidores do fenótipo cor da pele branca habitualmente consideram-se superiores àqueles que possuem o fenótipo cor da pele negra; os europeus do norte consideram-se superiores aos do sul; os israelitas acham-se superiores aos palestinianos; etc. etc. etc. É o que alguns sociólogos chama de "*outrismo*": o outro, aquele que pertence a outro grupo, é inferior. Se a esta característica somarmos a tal outra característica da espécie, a violência, estão criadas as condições, de novo, para muita intolerância, crueldade e barbárie.

A superioridade grupal associada à violência da espécie, que tão útil nos foi na fase da caça-recoleção, tornou-se, na sociedade globalizada, numa espécie de maldição (por alguns chamada a maldição do paleolítico) e está ligada a momentos muito negros na história do Homem. Ela exerce-se, sobretudo, e para além dos grupos religiosos, como vimos, sobre outros grupos étnicos. Somos uma espécie capaz de exercer a mais inaudita violência e crueldade sobre elementos de outras "tribos", que não a nossa, apesar de pertencermos à mesma espécie. E essa violência e desprezo estiveram bem patentes na colonização europeia iniciada a partir do século XV que, em muitos caos teve carácter genocida. A título de exemplo:

- O genocídio praticado pelos espanhóis, aquando da colonização do continente americano, com extinção de numerosos grupos étnicos e de civilizações (sobretudo doa aztecas no México e dos Incas no Perú), como foi denunciado por Frei

Bartolomé de las Casas nos seus escritos, ou por Frei António de Montesinos nos seus sermões.

▪ Já antes, no século XV, a colonização espanhola das Ilhas Canárias tinha levado ao extermínio de toda a sua população autóctone – os Guanches. Única cultura existente em toda a Macaronésia, dos 70.000 Guanches restaram apenas algumas palavras, alguns corpos mumificados e abundantes vestígios arqueológicos.

▪ Ou o massacre de 4.000 judeus (há quem contabilize apenas 700), que aconteceu em apenas três dias, na Lisboa de 1506, como nos contaram Garcia de Resende e Damião de Góis.

▪ Ou o carácter genocida da colonização do Pacífico Sul pelos ingleses, que eliminaram 90% dos aborígenes australianos e a totalidade dos tasmanianos (mais de 100.000). Em ambos os casos, muito frequentemente, estes povos foram caçados a tiro, por mero desporto ou para a sua pele, escura e dura, ser aproveitada como couro.

▪ Ou o que se passou com índios norte-americanos, exterminados de forma organizada pela maioria branca através da "Política Oficial do Governo Americano Para a Questão Indígena", modelo seguido mais tarde pelos alemães aquando da sua ocupação da Namíbia.

▪ Ou a maneira humilhante e degradante como os negros foram tratados nos EUA pela comunidade branca durante mais de 200 anos, chegando a ser exibidos em jardins zoológicos humanos.

Sempre o mesmo padrão: intolerância, não-aceitação, exclusão e extermínio da diferença. E tantos outros exemplos poderiam ser dados...!

E não pensem que esta realidade foi coisa do passado e que o Homem, mais recentemente, teve uma qualquer epifania que o mudou. Não! Deixem-me avivar-vos a memória e revisitar os últimos cem anos.

UM SÉCULO DE INTOLERÂNCIA

Não devemos esquecer ou calar...

▪ Aquele que em 1915 foi o 1º genocídio do século XX, quando os turcos islâmicos, de forma planificada, exterminaram 1,5 milhões de cristãos arménios.

▪ Ou quando a partir de 1941 os nazis fizeram o mesmo para com as minorias dos judeus, dos homossexuais ou dos ciganos (seis milhões de mortes). Na Operação Reinhard – operação de extermínio dos judeus polacos, que deveu o nome ao seu mentor Reinhard Heydrich, também conhecido como o "carniceiro de Praga" – em cerca de três meses foram exterminados 1.320.000 judeus, ou seja 15.000 diariamente e que só acabou por não haver mais judeus para matar.

▪ Ou em 1947, os cerca de um milhão de mortos, a maioria linchados à paulada e à pedrada, aquando da criação do estado do Paquistão e da deslocação de milhões de muçulmanos da Índia para este novo país e de milhões de hindus em sentido contrário. Aqui, a intolerância religiosa resolvida com as próprias mãos.

▪ Ou em 1948 – ironicamente ano em que foi assinada a DUDH, legado dos maçons à Humanidade - quando a minoria branca sul-africana passou a segregar de forma oficial a maioria negra, retirando-lhe todos os seus direitos civis, o acesso à habitação, ao ensino e à saúde e aprisionando ou eliminando os seus líderes mais ativos.

▪ Ou em 1975, no Camboja, quando o regime dos Kmers Vermelhos - utopia maoista de uma sociedade ateia, rural e homogénea – eliminou em três anos 1,7 milhões de pessoas, não só opositores políticos, mas também a minoria étnica vietnamita (Pol Pot chegou a declarar já não haver uma única semente vietnamita do Camboja), e a etnia Cham, esta por integrar o mundo islâmico.

▪ Ou em 1994, no Ruanda, quando a maioria étnica hútu planeou e executou o extermínio da minoria tutsi, eliminando em cem dias 800.000 pessoas, homens, mulheres e crianças – 8 mil pessoas diariamente.

▪ Ou em 1995, quando, na civilizada Europa, em duas semanas, os cristãos sérvios eliminaram um a um, a tiro, 8373 bósnios muçulmanos, muitos deles adolescentes, na cidade de Sbrenica.

▪ Ou em 2012 quando os hindus e budistas do Myanmar torturaram e assassinaram milhares de pessoas pertencentes à minoria muçulmana dos Rohingyas, destruíram as suas aldeias e expulsaram mais de 700.000 para o Bengladesh onde vivem em condições desumanas.

▪ Ou por fim, os radicais do Daesh que, em 2014, com o objetivo de extirpar do território por si ocupado todas as influências não islâmicas, perseguiram os Yazidis, eliminando milhares homens e escravizando as mulheres, apenas por terem opções religiosas diferentes.

A cor da pele, a etnia, as diferenças culturais, as opções religiosas

e mais recentemente as orientações sexuais e as opções clubísticas como motivo da intolerância e de violência do Homem para com o Homem. Sofrimento, morte e barbárie apenas porque se é diferente.

E NÓS MAÇONS, QUE TEMOS A DIZER ACERCA DESTA PROBLEMÁTICA?

Tolerar, etimologicamente do latim *tolerare,* traduz a aceitação de alguém ou de alguma coisa, embora com ela não concordando ou não a aprovando.

Das múltiplas questões em consideração, duas impõem-se:

- A tolerância é uma virtude importante para nós, maçons?
- Até que ponto devemos levar a tolerância?

Algumas pistas.

No nosso trajeto iniciático vamo-nos debruçando sobre qualidades virtuosas: liberdade, igualdade, fraternidade, fé, esperança, caridade, virtude, justiça e tolerância. Curiosamente, esta última não é citada uma única vez nos rituais dos três primeiros graus que praticamos na minha Loja simbólica.

Apercebemo-nos da importância capital desta virtude ao ler o Dicionário da Antiga e Moderna Maçonaria, que nos diz que *"a tolerância é a virtude através da qual o maçon aceita nos outros irmãos a diferença ao nível do pensamento, da sua expressão e dos atos. A prática desta virtude é condição do progresso maçónico, uma vez que a aceitação da diferença e do contrário é fonte da dialética que se coloca ao aprendiz desde a sua iniciação."*

Este princípio da tolerância é um alicerce que está inscrito no nosso ADN, já que nos acompanha desde as Constituições de Anderson: *"...mas ainda que em tempos antigos os maçons fossem obrigados em cada país, a pertencer à religião desse país ou dessa nação, qualquer que ela fosse, hoje considera-se como mais conveniente submetê-los àquela religião que todos os homens aceitam - deixando a cada um a sua opinião particular - a qual consiste em serem homens bons e leais, homens de honra e probidade, quaisquer que sejam as denominações ou crenças que os possam distinguir; deste modo a Maçonaria torna-se o centro da União e o meio de estabelecer uma verdadeira amizade entre pessoas que deveriam estar afastadas perpetuamente".*

Devemos declarar em nome da tolerância, o direito de não tolerar a intolerância. E muitas vezes ficar calado é tolerar o intolerável.

Este princípio também aparece escrito com precisão no nosso texto definidor, a Constituição do GOL: *"A Maçonaria é uma ordem universal, filosófica e progressiva, fundada na tradição iniciática, obedecendo aos princípios da Fraternidade e Tolerância, e constituindo uma aliança de homens livres e de bons costumes...."* A Fraternidade de braço dado com a Tolerância.

E o que nos ensina a nossa prática ritualista de onde emana toda a nossa essência?

Apesar de estarmos numa câmara de Altos Graus, permitam-me regressar àqueles momentos matriciais de uma sessão em grau de aprendiz.

Quando nos reunimos neste grau – grau que marca definitivamente o nosso rumo - há um momento de particular significado, a Cadeia de União, o momento paradigmático da nossa ordem iniciática. É o momento da diferença, em que o tempo e o espaço se transcendem. Naquele momento, fisicamente unidos e envolvendo os três pilares que nos suportam – a sabedoria, a força e a beleza - revisitamos o tempo passado, antecipamos o tempo futuro e encontramo-nos em todos os lugares do Universo, subordinados às leis que tudo unem. O que está em cima é igual ao que está em baixo. Somos um só! É um momento de fusão, quer entre nós, quer entre nós e a natureza. Todos somos iguais perante a natureza. É o momento da unidade de todas as coisas, em harmonia. Não há, obviamente, espaço para a intolerância. A cadeia de União dá-nos as mensagens mais fortes na Maçonaria e entre elas a da tolerância.

Aos combatermos os dogmas, ao defendermos o Homem livre de preconceitos, ao incorporar no lema que nos define, as Liberdades (de pensamento, de expressão, de culto, etc.), a Igualdade e a Fraternidade universais, temos necessariamente que estar abertos e aceitar outras maneiras de ver e de estar. **Somos, pois, por inerência uma tribo tolerante.**

Quanto à segunda pergunta. Até onde devemos levar a nossa tolerância? Deveremos aceitar a tolerância como uma virtude absoluta? Ou devemos assumir que há limites? Se sim de que forma?

Passiva, nada fazendo, apenas constatando? Ou de forma ativa, combatendo-a?

Para nos ajudar nesta questão permitam-me regressar, de novo, aos nossos trabalhos no primeiro grau e à resposta que o primeiro vigilante dá à pergunta do V:M:. "Para que se reúnem os maçons em Loja? E a resposta é todo um programa de ação. Os 4 verbos incluídos na resposta são verbos de ação: **cavar** *(masmorras ao vício)*; **combater** *(a tirania, a ignorância, os preconceitos e os erros)*; **elevar** *(templos à Virtude);* **glorificar** *(a Justiça, a Verdade e a razão)*.

Esta resposta, que explica o que aqui estamos a fazer, convida o maçon a transformar os seus sonhos e utopias em ações; é o retorno do maçon às suas origens: já construímos com as nossas mãos catedrais, agora somos convidados, não só a debater e a especular, como a construir com as nossas mãos e ações novas catedrais de valores.

No mesmo sentido vai a Constituição da nossa Obediência que no seu artigo 3º declara: "*A maçonaria* ***não aceita*** *dogmas e* ***combate*** *todas as formas de opressão sobre o Homem,* ***luta*** *contra o terror, a miséria, o sectarismo e a ignorância,* ***combate*** *a corrupção e* ***enaltece*** *o mérito*". Não aceitar, combater, lutar, enaltecer: uma vez mais quatro expressões de ação.

Foi esta perspetiva que fez o nosso irmão François-Marie Arouet – Voltaire – a não ficar calado e a escrever em 1763 o seu **Tratado Sobre a Tolerância**, no qual denunciou a tortura e a condenação à morte de Jean Calas, comerciante calvinista de Toulouse, injustamente acusado de ter morto o filho convertido ao catolicismo. Esta obra, metáfora dos conflitos religiosos que há anos grassavam em França, para além de denunciar o erro da justiça e o horror da prática da tortura é um libelo contra a superstição e o fanatismo mas sobretudo, um manifesto contra o sectarismo e a intolerância religiosa.

Numa posição pragmática Voltaire chegou a chamar à tolerância a 1ª lei da natureza: "*Já que somos pessoas e como pessoas temos uma grande porção de erros e fraquezas; como tal, todos precisamos de tolerância.*"

A tolerância – a atitude de aceitar a diferença – é o substrato ético e moral das liberdades, princípio bem expresso na frase "*Abomino aquilo que dizeis, mas lutarei até à morte pelo vosso direito a dizê-lo*", palavras atribuídas a Voltaire – e que expressam bem o seu pensamento, aqui de braço dado com a **liberdade de expressão** - mas que muito provavelmente pertencem à sua biógrafa Evelyn Beatrice Hall.

Voltaire, nesta obra, faz da tolerância um projeto universal. 185 anos depois, o mundo foi ao seu encontro: a tolerância está implícita ou expressa nas 1872 palavras da DUDH, documento formatador dos valores da Humanidade, elaborado a partir da nossa matriz pelos nossos irmãos Jonh Peters Humphrey e René Cassin e legado da Maçonaria à Humanidade.

Deixo para cada um de vós a resposta à pergunta: até onde deve ir a nossa tolerância? Para mim, a tolerância acaba quando estão ameaçadas as liberdades, quando estão em risco as igualdades que devem existir entre todos os homens ou quando a fraternidade que deve prevalecer entre a espécie humana é afrontada.

Tenho para mim a resposta às perguntas que formulei: somos por definição gente tolerante, mas igualmente gente de ação. Perfilho, pois, o paradoxo da tolerância teorizado por Karl Raimund Popper no seu livro "A sociedade aberta e os seus inimigos" e onde expressa o pensamento: "*Devemos reivindicar, em nome da tolerância, o direito de não tolerar os intolerantes*". Aliás, Voltaire já o tinha dito na obra referida, como ficou patente no capítulo XVIII intitulado **"Únicos casos em que a intolerância é de direito humano"** e onde diz: "É portanto necessário que os homens comecem por não ser ***fanáticos*** *para merecerem a tolerância. São estes possivelmente os poucos casos em que a intolerância parece razoável"*. Voltaire apelidou os intolerantes de fanáticos: notável premonição para muito do que aconteceria no futuro.

Concluo: devemos declarar em nome da tolerância, o direito de não tolerar a intolerância. E muitas vezes ficar calado é tolerar o intolerável. É nosso dever não ficar calado e denunciar todos aqueles que põem em causa os valores da humanidade, que não são mais do que os valores que professamos e defendemos. A tolerância é um deles.

O nosso irmão Martin Luther King tinha razão: **Aprendemos a voar como pássaros e a nadar como peixes, mas não aprendemos a conviver como irmãos.** Há que percorrer ainda um longo caminho para lá chegar. ▣

Ir∴ HERMANN HESSE da R∴L∴ O ESTADO DA ARTE a Or∴ Cascais

Do belo e da gaia sabedoria dos construtores

A gaia sabedoria dos maçons operativos é uma alusão ao nascimento da moderna poesia europeia, que ocorreu na Provença durante o século XII. Deriva do Provençal, a língua usada pelos trovadores da literatura medieval, em que gai saber ou gaya scienza corresponde à habilidade técnica, e ao espírito livre, requeridos para a construção dos templos – é alegria (a gaia) disposição de criar o belo, em cada pedra, em cada detalhe da obra do templo, do templo interior, assim o dizemos entre nós.

Fotografia Ponto de Vista

O BELO NA PÓS-MODERNIDADE

Da intuição individual do belo, fenómeno gerador de prazer, até à sua compreensão ou interiorização como padrão consciente, é necessário um longo caminho de elaboração. Mas será esse percurso universalmente acessível, ou necessário, para detectarmos o belo?

O *late-motive* da arte é permitir a fruição da beleza, um desejo quase universal no Homem, mesmo quando não é verbalizado como aspiração do eu. "*Tornando-se cada vez mais pobre em conteúdo e mais incompreensível na forma, a arte mais recente* (1898) *perdeu todas as propriedades artísticas e foi substituída por meros simulacros de arte*"[1].

Quando recuamos um pouco mais na história da ciência da estética, a ciência do belo, chegamos à espantosa teoria da trindade de Baumgarten em que 'Bem, Beleza e Verdade' estão definitivamente indissociáveis e são interpenetráveis *(cit. em [1])*. Dizia Tolstoi[1], que sem separar e individualizar cada uma das esferas desta trilogia, dificilmente se chegaria a uma definição abrangente e operacional de belo e de bem.

Assim, e desde logo, fez notar que o conceito de 'bom' (ou de bem) pode incluir em si o conceito de 'belo', mas não o inverso. Porquê? porque o conceito de 'belo' não compreende o conceito de 'bom', posto que o Bem é o perfeito alcançável pela vontade moral e a Beleza é o perfeito absoluto, mas apreendido pelos sentidos. Já a Verdade que é o perfeito apreendido pela razão, pode ser divisada nos domínios do bem e da beleza. Mas, mesmo no seu conjunto, a apreensão moral e a cognitiva, não abrangem toda a realidade da verdade.

A estética, como ciência, atraiu muito e muitos pensadores a partir do sec. XVIII, e a apologia desta "trindade", ou o seu desmembramento, fez correr muita tinta. Mas vejamos agora como vamos procurar o belo na pós-modernidade. Dêmos algumas espreitadelas furtivas, por janelas abertas para o passar do tempo e no fim dessa sequência estaremos nos nossos dias.

Comecemos pelo que foi a afirmação do romantismo, em todas as suas diferentes expressões artísticas, que ousaram romper com os seus equivalentes clássicos. Procurava-se uma nova estética da intimidade, de exaltação dos sentimentos, da natureza, mas também dos nacionalismos. Lembremos alguns exemplos expressivos desses movimentos, referindo na música, Schubert e Brahms, Verdi ou Wagner, na literatura Goethe ou entre nós Garrett e Herculano. Ainda noutras artes, Goya na pintura ou também as construções neogóticas, com destaque para os palácios de Luís II da Baviera.

Depois, durante o florescer da arte moderna, interroguemos a pintura impressionista e surrealista. Dos tempos de Gasset, que assistiu, também, às profundas alterações na construção musical do seu tempo (Debussy ou Stravinsky) e viu nascer novas linguagens na arquitetura, como por exemplo, a da Escola de Chicago, que criou uma arte para o Novo Mundo, uma arte em que a forma sempre segue à função.

A Arte e Cultura, que constituíram estas roturas de conceitos de Belo, implantaram-se nas sociedades pelo empenho dos vanguardistas de então, contra os reacionários da época.

Mesmo se a beleza é um certo tipo de prazer, obtido por nós desinteressadamente (Kant cit.[1]), não podemos negar a existência de cânones não-universais, que em cada geração, em cada momento e em cada grupo, social e/ou intelectual, influenciam ou ditam aquelas que são as formas e funções da beleza e consequentemente da Arte. Assim acontece com as "novas estéticas que consideram arte, a roupa vistosa, os perfumes agradáveis e até as iguarias". Acabo de citar outra vez Tolstoi, que, ao contrário destas correntes de pensamento, considerava "a arte uma atividade humana, que consiste em alguém transmitir de forma consciente aos outros, por certos sinais exteriores, os sentimentos que experimenta, de modo a outras pessoas serem contagiadas pelos mesmos sentimentos, vivendo-os também".

Quando vemos o Belo a afastar-se dos cânones aceites pelas religiões dominantes e enraizadas na grande escala universal, podemos prever que a passagem dos códigos das Artes, subjacentes ao Belo, fora dor círculos da chamada alta-cultura, tenha uma difusão lenta e limitada - a arte e a cultura tornam-se desinteressantes para a generalidade dos cidadãos. A arte sacra e a arte descritiva da pessoa e da paisagem são intuitivas, a desconstrução estética da forma original pode não ter uma fruição imediata[2].

---

1 Lev Tolstoi, O que é a arte?, Ed. Gradiva, 2013

2 André Malraux, As vozes do Silêncio, Ed. Livros do Brasil

É sobre este afastamento, este risco de incompreensão das formas emergentes, que Ortega e Gaset, no início do sec. XX, elaborou sobre a desumanização da arte[3]. Passámos Bartok, Rotko, Wharol, Almada e outros que nos habituámos a apreciar e venerar, mas onde procurar hoje em dia o Belo?

Mas quero agora que espreitemos pela janela do nosso tempo, um tempo de "*cultura-mundo, como resposta a uma sociedade desorientada*"[4], que consideram o ecrã e o zapping os grandes motores de transferência de cultura e do belo. Estamos perdidos na híper-escolha, na fragmentação e no ciber-ruído global – vivemos como homens-ecrã.

DAS CATEDRAIS À *ICLOUD* TEMOS QUE DAR UM GRANDE SALTO.

O que considerámos não-arte e não-cultura, tornou-se em cultura, pela repetição e universalização de modelos. Refiro-me à publicidade, às marcas, às novelas e ao ruído que nos vendem, com a intenção de nos dar prazer por serem belos. Agora são os *media*, mais do que os círculos intelectuais, que fabricam as celebridades e as tornam dignas de culto e fazem considerar os seus produtos como arte e os seus criadores como artistas[4].

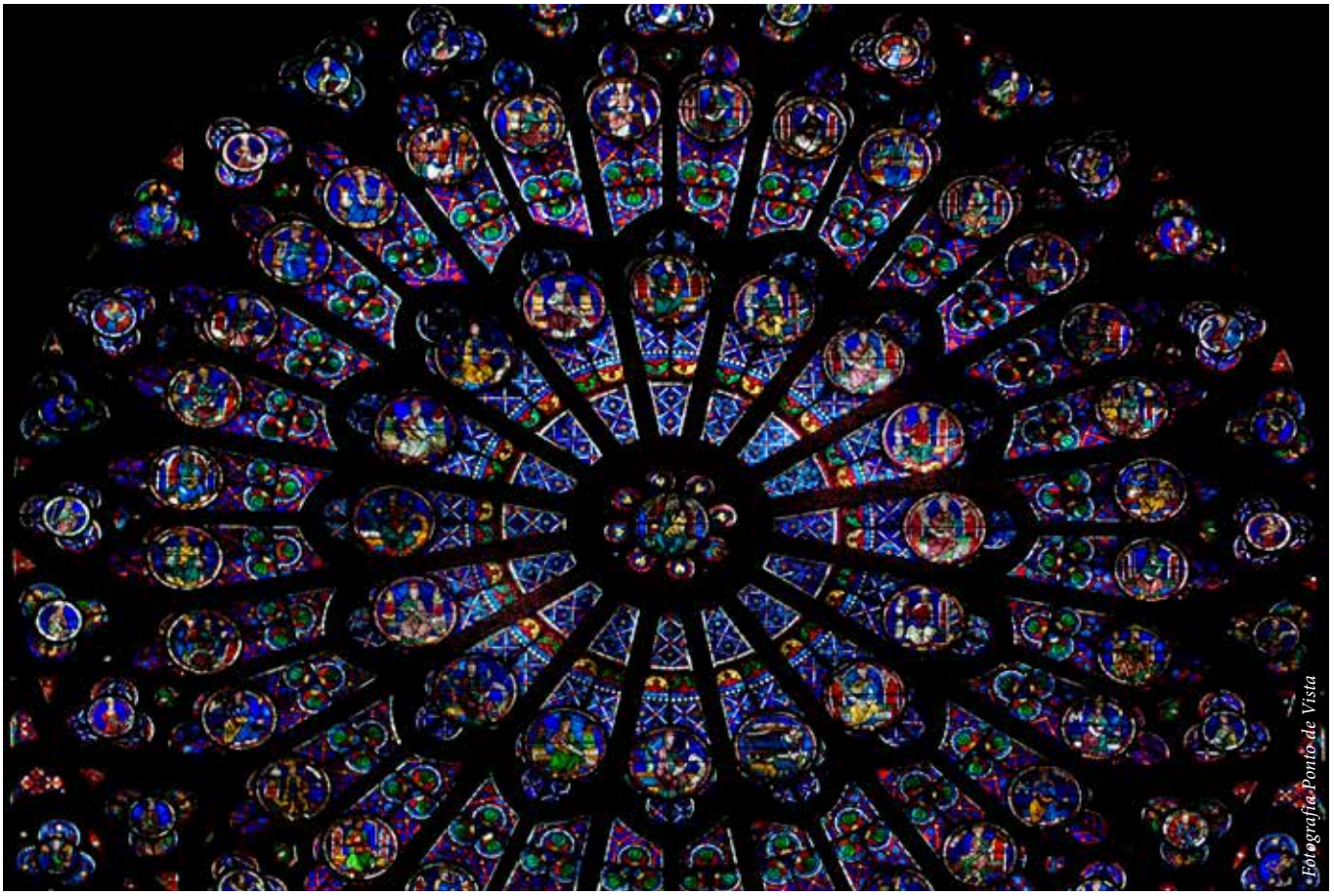
Para aonde vai o Belo na pós-modernidade? Não adianta sermos niilistas nem reacionários, estas vanguardas emergentes, que parecem querer infantilizar e infernizar a arte, a sua arte, terão naturalmente o seu tempo de passado histórico. Preocupemo-nos em procurar o nosso Belo e compatibilizá-lo com o Bem e a Verdade. Lá, aonde nem sempre esperamos, já estão a nascer formas de atividade humana que nos transmitirão por certos sinais exteriores, sentimentos experimentados, de modo a que sejamos contagiados, para também os viver como Arte e como Belo.

A SOCIEDADE DA FADIGA

Um dos principais constrangimentos atuais à procura do Belo é a fadiga das hiperligações, dos múltiplos efeitos vindos do exterior e das suas consequentes retroações, a embriaguez da necessidade de fidelização de falsos *net*-amigos, a forma quase-pornográfica como somos assaltados diariamente pelos milhões de *bi-*

3 Ortega y Gasset, La deshumanización del arte y otros ensayos de estética, Ed. Alianza, 1991

4 Gilles Lipovetsky, Jean Serroy, A Cultura-Mundo. Resposta a uma sociedade desorientada, Lisboa, Edições 70, 2010



Fotografia Ponto de Vista

Fotografia D.R.

tes que não podemos evitar. Nesta aldeia global, em que ficamos nus e controlados, com registo exaustivo e cadastro, mas sem sol, sem sangue a correr nas veias, sem afectos, sem fraternidade, numa construção que, de tão virtual e tridimensional que é, nos pode iludir e fazer crer que nela existe Verdade. Mas pior do que isso, nos deixa sem tempo para a nossa vida de procura interior e de confraternização com os outros, um tempo sem toques de telemóvel, sem zappings, sem diagramas e sem projetos para entregar ontem.

OH TEMPORA! OH MORES!

Para a geração, que é a minha, incapaz de escrever mensagens no *iPhone* com os dois polegares, à velocidade estonteante das antigas secretárias, para nós, reinventar uma maneira de viver em conjunto, reinventar uma maneira nova de viver e nova de aprender a conhecer, parece-me tão difícil como para a *petite poucette* ser integrada no nosso *modus vivendi*. Refiro-me a uma jovem virtual, representante da geração a seguir à nossa, dos nossos dias, que Michel Serres[5] imagina ver integrada em instituições educacionais que a percebam, nas suas vivências e aquisições culturais, para a poderem ensinar adequadamente – seguramente uma Escola diferente daquela que foi a nossa, os seus avós.

O outro grande constrangimento para desfrutar o Belo está em nós.

É a forma reverenciadora de interpretar essa nova medida da atuação, a que chamamos performance, e a necessidade de a conciliar com o nosso eu, levando-nos ao ponto de rompimento da resiliência. Isolados do mundo real por uma carapaça de redes de informação, que nos bombardeiam, nos destroem a intimidade e nos avaliam as performances, para as colocar num *ranking* mundial, mas etéreo, como reagimos? Elevando a fasquia, elevando a fasquia mais e mais, pior ainda do que o absurdo Sísifo[6], até à fadiga, ao cansaço do eu, à inevitabilidade da depressão, das drogas, da ausência do Belo antigo - fica-nos apenas tempo para estas novas expressões culturais, que só artificialmente nos trazem o prazer da Beleza.

A agravar as consequências deste ciclo endógeno e reverberante do "culto da performance"[7]vem naturalmente a impossibilidade de encontrarmos um sindicato que reivindique, por nós, contra o "nós próprio" – pois somos o patrão que nos deixou sem tempo livre, sem jardins, sem concertos, sem livros impressos em papel, sem tempo para sofrer o mal do mundo ou acompanhar a vida dos nossos e desfrutar o seu crescimento.

Han[8], discípulo de Habermas, que tão elegantemente refletiu sobre esta sociedade do *burn-out* vê-nos como os "*homines sacri desta sociedade da performance, mas, em todo o caso, diferenciáveis do homo sacer romano*", "*que sendo impróprio para ser condenado ou entregue em sacrifício, era suprimível em qualquer circunstância, sem motivo nem explicação*". Mas hoje "*a vida dos homines sacri da sociedade da performance é "sagrada e nua", porque não têm nenhum hábito de transcendência dos "valores"*[8]. Sendo redutíveis à imanência vital (sagrada) e á maximização da *performance* (nua) – somos, todos nós, *homines sacri* demasiado vivos para poder morrer e demasiado mortos para poder viver."[8]

5 Michel Serres, Petite Poucette, Ed. Le Pommier, 2012

6 Albert Camus, O mito de Sísifo – ensaio sobre o absurdo. Ed. Livros do Brasil, 2002

7 Frédéric Lenoir, Petit traite de vie intérieure, Ed. Pocket, 2010

8 Byung-Chul Han, La société de la Fadigue, Ed. Circè, 2010

Mas se fomos Iniciados, procuramos um sentido para a nossa espiritualidade, laica ou confessional, porque demandamos o Bem, o Belo e a Verdade, enquanto construtores do nosso Templo Interior.

A GAIA SABEDORIA DOS CONSTRUTORES

Esta *gaya scienza* e a Força herdada dessa tradição, que vem desde as velhas guildas, sustenta-nos no caminho da Sabedoria.

Teremos que aprender a aprender, vivendo no mundo da superabundância da informação, sem manuais que nos ajudem a separar o trigo do joio, destrinçar o lixo do Google, da maravilhosa velocidade com que este motor nos transporta para as páginas que queremos. Precisamos de voltar a uma nova escola, quer a frequentemos regularmente ou apenas por autodidatismo, para nos prepararmos para viver no mundo da complexidade e excesso de ofertas. Temos que aprender a reunir o que está disperso, analisá-lo seguindo um método operacional complexo, pois, o "fim da certeza" já foi anunciado[9] e esta é a época em que a grande incerteza e o caos moram no coração vital da ciência e do homem[4].

Atentemos em Morin que desenvolveu esse "método da complexidade" desde os anos 70, e que na sua mais recente proposta para ensinar a viver[10], salienta a necessidade de procurar o conhecimento do conhecimento e reafirma o confinamento dos métodos científicos, e dos seus resultados, que devem poder ser atempadamente refutáveis, pois o que é verdade e funciona num plano, pode ser falso e inoperante em 3 ou mais dimensões – o pensamento complexo é aquele que ultrapassa o caos, organizando-se como pensamento separador e reconstrutor.

A sabedoria está em ligar a serenidade com a intensidade e não é a felicidade que importa procurar, é a arte de viver, a alegria das pequenas coisas – aí sim podemos começar a vislumbrar um espaço para o Belo e para a gaia sabedoria. Precisamos de uma nova escola que nos ensine, precisamente, a alegria do viver e do saber. Que nos ensine a fazer a ruptura da indiferença para com o nosso eu, o que nos abrirá para o outro[10]. Precisamos, pois, de nos instruirmos na gaia sabedoria dos construtores de catedrais.

Comecemos por nos interrogar de onde vinha esta alegria, essa *gaieté*?

"*A demanda filosofal, a catedral, coração da Cidade, é um local de reencontro cujo carácter essencial é esta alegria*" multicolor que os inspirava fora dos trabalhos[11]. Indaguemos o que se transmite hoje na escola que herdou a sabedoria dos construtores – a maçonaria especulativa. Ensina-se a Arte Real, a Fraternidade e a Liberdade, propondo uma via do meio, fundada "*na gaia sabedoria, que é simplesmente o saber desinteressado no plano material, orientado unicamente para um fim: a alegria de conhecer*"[11]. Ou, por outras palavras, debruçamo-nos sobre os arquétipos do tríptico da verdade suprema, do belo supremo e do bem supremo – o "Absoluto indefinível"[12], que ilumina os nossos trabalhos, nos altares da Sabedoria, da Força e da Beleza.

A sabedoria dos arquitetos, que assenta na geometria, naturalmente que encontrou, no trilátero, o sistema para manter os elementos da trindade da arte em equilíbrio. Essa sabedoria dos arquitetos-construtores, com grande liberdade e rigor, percepcionou que variar os ângulos deste trilátero (os diferentes modos de ver e as diferentes circunstâncias) asseguraria uma variedade incontável de ponderações entre as medidas dos lados que delimitam a figura, sem deixar esvaziar o conteúdo. Fica assim garantido, que no essencial não se extravasa a área do triângulo que simboliza a produção artística, tendo a possibilidade de obter, em cada caso, a exata medida em que a verdade, o belo e o bem, se exprimem com variáveis dimensões, nos lados do triângulo. Com rigor de geómetra, recorrendo à régua e ao compasso, podemos medir cada um dos catetos e, no limite, podemos apercebermo-nos que é a Beleza, matizada pelas cores da Verdade e do Bem, que pode salvar o mundo.

À guisa de coda, diremos que "*só é belo o que possui expressão artística*"[13] e esta nossa Gaia Arte Iniciática é "*a Arte, cujo fim último é revelar a verdade, representar de forma concreta ou figurada a alma humana*"[13], e que vai "*tornar acessível à intuição, o que existe no espírito humano ... despertando em nós o sentimento e a consciência de qualquer coisa mais elevada* [13]". ▣

9 Ilya Prigogine, The end of Certainity, Ed. The Free Press, NY, 1997

10 Edgar Morin, Enseigner à Vivre. Manifeste pour changer l'Éducation, Ed. Actes Sud Play Bac, Paris, 2014

11 Daniel Beresniak, Le Gai Savoir des Batisseurs, DETRAD AVS, 2011

12 Platão, República, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1983

13 G.W.F. Hegel, Introduction a l'Esthétique, Le Beau, Ed. Flammarion, Paris, 1979

DISCURSO PROFERIDO NA SESSÃO EVOCATIVA DO SOLSTÍCIO DE INVERNO EM DEZEMBRO DE 2009

JOÃO ALVES DIAS, 33 SGC

Alguns aspetos do REAA no quadro ritual e filosófico do rito

Existe um momento, em particular, no chamado "catecismo" ou "instrução" do primeiro grau do Rito Escocês Antigo e Aceito, que queria começar por recordar. Às perguntas formuladas pelo Venerável Mestre sobre a forma, o comprimento, a largura e a altura de uma Loja, o Aprendiz responde que esta tem a forma de um quadrilátero, e que as suas dimensões vão do oriente ao ocidente, do meio-dia ao setentrião, do zénite ao nadir. Numa palavra, que são universais.

Ou seja, que para além de estar orientada, tendo o seu ponto mais importante simbolicamente virado a Oriente, a sua dimensão é a do próprio Universo. E sendo o Universo, a Loja é o próprio centro básico de todo um sistema que se vira e gira sobre si. A Loja desempenha um papel idêntico ao desempenhado pelo Sol no nosso sistema solar. A Loja e não o Rito! Assim, um Grande Oriente ou uma Grande Loja é uma federação de Lojas e não uma federação de Ritos! Os Grandes Orientes têm, por tradição, no seu seio Lojas com diferentes Ritos. As Grandes Lojas deveriam só ter Lojas de um único Rito. Não existem e não podem existir federações de Ritos, dado que cada Rito tem as suas especificidades que lhe são próprias e unas. Tentar o contrário é não perceber a essência da Maçonaria.

O Rito, de que depende o Ritual, é uma recolha de regras e de formas que ordenam a realização de uma cerimónia. Numa palavra, e como diz a Constituição do Grande Oriente Lusitano (a Obediência em que estamos inseridos), no seu artigo segundo, o ritual é apenas a forma, não a essência, da Maçonaria.

Tal como duas Lojas não podem trabalhar em conjunto, sendo apenas permitida a visita entre Lojas, dois Ritos não podem, maçonicamente falando, trabalhar ritualisticamente em conjunto, como facilmente se depreende. Para além de serem diferentes as colocações dos oficiais, também o são os sinais, as palavras e as marchas... e estes não se podem transmitir nem revelar senão a Maçons do próprio Rito. Existe, assim, uma Câmara chefe de Rito que administra e fiscaliza a execução e as regras que lhe são próprias.

No que diz respeito ao nosso Rito, o Escocês Antigo e Aceito, existe, por tratado, uma delegação da Administração e da Fiscalização no que diz respeito à legalidade Maçónica das Lojas do Grau de Aprendiz, Companheiro e Mestre, assim como da concessão desses três primeiros graus, no Grande Oriente Lusitano. Mas o Rito, enquanto regra e forma de orde-

nação litúrgica dos Trabalhos, é superintendido e administrado pelo Supremo Conselho enquanto Câmara Chefe do Rito. O sistema de trinta e três graus começa no grau de Aprendiz e só termina no Grau de Soberano Inspetor-Geral. No que diz respeito aos nossos três primeiros graus existe, por parte de todas as Lojas do Rito, uma dupla potência fiscalizadora - em primeiro lugar, o Grande Oriente Lusitano (que lhe dá a Carta Patente e reconhece a sua existência no seu seio); em segundo lugar, o Supremo Conselho (que lhe dá autorização para poder funcionar no seu Rito e reconhece a legalidade da prática do mesmo). É certo que nos últimos anos tem estado suspenso, por acordo verbal entre o Soberano Grande Comendador e o Grão-Mestre, a passagem do decreto do Supremo Conselho em que este autorizava o Grande Oriente Lusitano a instalar a Loja. Esta prática, de ausência de decreto, tem apenas pouco mais de uma década, tendo sido a Respeitável Loja República, instalada em 1993, a última a ter tido essa autorização expressa por decreto. Deveu-se a uma necessidade prática e momentânea que foi necessário acordar entre as duas Potências com o objetivo de agilizar o processo de constituição de Lojas Simbólicas no Grande Oriente Lusitano, numa época em que o Supremo Conselho não estava a cumprir a sua parte de responsabilidade como órgão dirigente e fiscalizador. Não podemos escamotear que durante cerca de sete anos o Supremo Conselho se ausentou dos seus Trabalhos, tendo alimentado condições contrárias ao seu lema *Ordo Ab Chao*. Essa prática fez e faz com que os Irmãos das Lojas Simbólicas do Rito Escocês Antigo e Aceito, com menos conhecimentos maçónicos, desconheçam ou esqueçam essa dupla obediência, e julguem que os chamados Graus Filosóficos e os seus diferentes Corpos, assim como o Supremo Conselho, sejam apenas um conjunto de vaidades que se auto promovem e que aproveitam todas as oportunidades para se pavonearem com alfaias carregadas de bordados de ouro e lantejoulas.

Fotografia D.R.

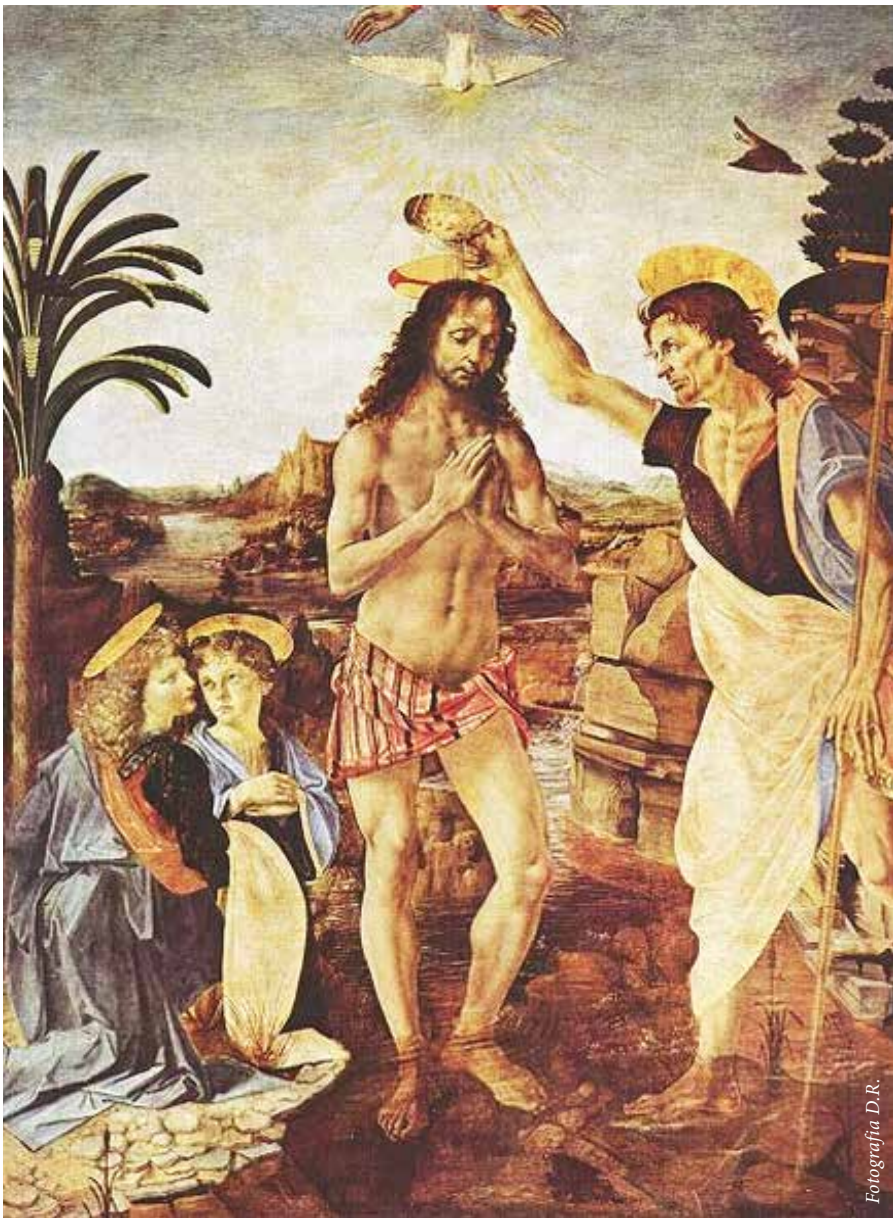
O Rito, de que depende o Ritual, é uma recolha de regras e de formas que ordenam a realização de uma cerimónia

Vamos, meus queridos Irmãos, tanto quanto isso estiver ao alcance do atual corpo dirigente do Supremo Conselho, lutar contra isso mesmo.

A festa que hoje se promove é, ou pretende ser, exclusivamente, uma iniciativa do Rito, para o Rito, apenas e exclusivamente como Rito.

Começamos esta mensagem lembrando que a Loja desempenha um papel equivalente ao do Sol na nossa galáxia. Assim sendo, é

E isto tudo vem a propósito da Luz. Luz que o Maçon busca e procura. Luz que o Maçon só consegue apreender se souber fazer a ponte entre o material e o espiritual. Luz que o Maçon transporta, tal como João, o Precursor, entre um mundo e o outro.



Fotografia D.R.

natural que os fenómenos universais e naturais tenham influenciado e marcado todo e qualquer ritual maçónico, tal como marcou a marcha da própria humanidade ao longo dos longos séculos que leva de existência neste planeta a que chamamos Terra. A observação da natureza, desde os primórdios, deu força e forma a muitas das nossas crenças e dos nossos rituais quotidianos.

E esses nossos rituais - e neste momento não estou agora a falar de rituais maçónicos, mas sim de rituais do quotidiano humano, comum a toda a Humanidade - têm como base a dualidade, desde que nascemos até que morremos (sendo estes o primeiro dualismo). Nuns momentos dormimos, noutros estamos vigilantes; nuns momentos trabalhamos, noutros descansamos; nuns momentos produzimos, noutros consumimos... etc., etc. E até lendária e simbolicamente, segundo a Bíblia, a experiência dessas dualidades pela Humanidade que se ficou apenas a dever ao facto de existir no jardim do Éden, uma árvore com uma dualidade de frutos, os da ciência do bem e do mal que o Homem, tentado, provou (Génesis, 2 e 3).

Desde cedo o homem observou a Lua e viu que havia duas grandes fases, ou dois grandes momentos, um dia em que a lua estava com o máximo de Luz e um outro dia (sensivelmente ao fim de 14 sequências de dia e noite) em que a lua estava sem existência de qualquer foco de Luz. Sistemas cíclicos que serviram, inicialmente, para a contagem do tempo.

Verificaram também que havia um momento em que havia muito calor (que o homem denominou de Estio e mais modernamente de Verão) que se opunha a um outro de muito frio (denominado Inverno). Que os dias cresciam acompanhando esse calor e que as noites aumentavam acompanhando esse frio. Que havia um dia em que o período de Luz era o maior (Solstício de Verão) e que havia um dia que se lhe opunha (Solstício de Inverno).

Fotografia Ponto de Vista

Personificou tal oposição num panteão de deuses, com a figura de Janus – a divindade bicéfala, com duas faces opostas que se alimentavam de um mesmo corpo (o Sol).

O Cristianismo vai também associar estes momentos a dois dos seus Santos com o nome de João: o Baptista, para a época de maior Luz (hoje festejado a 24 de junho), e o Evangelista, para a época em que começa a notar-se o aumento da durabilidade da Luz (28 de dezembro), aproximadamente uma semana depois do Solstício de Inverno. Mas uma outra figura vai ficar, para os Cristãos e para a civilização do chamado mundo Ocidental, associada ao Solstício de Inverno: Jesus, como homem filho de um deus. Não deixa de ser curioso que a cronologia ficcionada para o seu nascimento - o nascimento de um novo deus que vai trazer uma nova Luz, a luz do Novo Testamento - seja colocado em dezembro, enquanto que João, como Precursor, veja o seu nascimento colocado no período de maior Luz. E não deixa também de ser curioso que João Baptista seja o único santo da Igreja que é festejado no dia do seu nascimento. E que esse nascimento do Precursor seja para os crentes um dos momentos de grande Luz do Antigo Testamento. É preciso não esquecer que João, o Precursor, é para os Cristãos o último dos Profetas do Antigo Testamento e é aquele que vai purificar Jesus, com o seu Batismo nas águas do Jordão, permitindo assim a manifestação do Cristianismo, um dos momentos de grande Luz do Novo Testamento.

E isto tudo vem a propósito da Luz. Luz que o Maçon busca e procura. Luz que o Maçon só consegue apreender se souber fazer a ponte entre o material e o espiritual. Luz que o Maçon transporta, tal como João, o Precursor, entre um mundo e o outro.

Não esqueçamos, mais uma vez, que o que nos une, em primeiro lugar, é a Maçonaria. Não nos podemos esquecer que só somos iniciados a partir do momento em que recebemos a Luz. Não a Luz física, mas a Luz espiritual, que aos poucos se vai materializando dentro de cada um, desbastando a pedra bruta e supérflua. Luz que nos diferencia do homem que éramos anteriormente tal como a personagem com o nome de Jesus ficou diferente depois de ter recebido essa outra Luz espiritual, transmitida através da ação de João. Quer queiramos, quer não, o homem está sempre com os mesmos rituais, dando-lhes umas vezes uma forma mais espiritual outra vezes mais material.

Se Janus era a personificação de um deus bicéfalo a Maçonaria do Rito Escocês Antigo e Aceito é, hoje, um dos últimos Ritos bicéfalos. Uma águia de duas cabeças que se alimenta de um mesmo corpo. Um conjunto de Maçons que preza o Trabalho material e o Trabalho espiritual! Um conjunto de Maçons que trabalha e desenvolve a ação humana não esquecendo o complemento filosófico, não materialista. É por isso que o Rito se estrutura em Câmaras ou Lojas, com diferentes patamares, para diferentes estudos, onde os seus Trabalhos têm obrigatoriamente se ser diferentes. Numas, o Maçon estuda e apreende aquilo que é mais filosófico e espiritual e que serve de complemento ao que estuda e apreende noutras mais materialistas e terrenas. Do primeiro ao terceiro grau aprende-se a trabalhar, ora com o esquadro, ora com o compasso, dando um maior ou menor ênfase a cada um desses instrumentos. Do quatro ao trigésimo grau o trabalhar é desenvolvido exclusivamente debaixo do espírito do compasso. É que o nosso Rito dá uma maior importância e um maior peso a toda a ação simbólica e espiritual.

Não esqueçamos, mais uma vez, que o que nos une, em primeiro lugar, é a Maçonaria.

É por isso que o Rito Escocês Antigo e Aceito é, nos últimos tempos, administrado por duas potências. Assim o Maçon nas suas Lojas simbólicas pode e deve dedicar todos os seus esforços ao que está ao nível do comum homem mortal e terreno. E por aí deve ficar, se não tiver maiores desejos ou ânsia de conhecimentos. Mas se os tiver, se tiver maiores aspirações, vem trabalhar para as Lojas Filosóficas, onde pode e deve dedicar todos os seus esforços exclusivamente ao que está apenas ao nível do espiritual, dado que continua a ser membro e a desenvolver Trabalhos nas Lojas Simbólicas. Enquanto o Maçon do Rito Escocês Antigo e Aceito não tiver consciência disto, não percebeu qual a essência do Rito, nem a sua finalidade. Os Altos Graus ou a Maçonaria Filosófica Escocesa não se materializam apenas e exclusivamente, como muitos julgam, numa decoração que alguns Maçons colocam sobre si.

E tal como o Venerável Mestre exorta o Aprendiz a trabalhar e a perseverar para ser recebido entre os Companheiros, assim eu vos peço que, enquanto Maçons do Rito Escocês Antigo e Aceito, coloquem no mínimo que fizerem tudo o aprenderem na Maçonaria. É que a obra da Maçonaria é a obra que cada um de nós individualmente fizer.

Apreendamos, com as lendas vividas no Ritual de cada um dos Graus, a ter a Força, a Luz e os conhecimentos que nos são necessários para melhorar o Mundo.

É preciso ter coragem para nos transformarmos, de último profeta, em transmissor e concretizador. Que este ritual de exaltação de João, de exaltação de Luz, de exaltação de um Solstício, conforme o que cada um nele quiser ver e sentir, nos deixe uma mensagem e nos indique um caminho.

Sejamos Homens úteis à sociedade e assim estamos a cumprir o papel da Maçonaria. É que a Maçonaria não tem, nem pode ter, outro fim, senão o progresso da Humanidade! ▣

Ir∴ FEBO MONIZ da R∴L∴ FIAT LUX a Or∴ Lisboa

Memória da Luz que brilhou nas Trevas

Alguns dos Irmãos aqui presentes estranharão, certamente, o facto de eu, Febo Moniz, Mestre Maçon iniciado em 6011, me atrever hoje a vir aqui falar de acontecimentos passados há mais de quarenta anos, não sendo historiador contemporâneo, ou sequer estudioso deste período da História da Nossa Augusta Ordem, em Portugal.

Na realidade, muito embora só tão recentemente tenha visto a Luz, coabitei com ela durante toda a minha infância e adolescência, tendo conhecido pessoas e testemunhado episódios, que apenas agora se têm vindo a tornar compreensíveis, em consequência da minha condição maçónica.

Sou Sobrinho-Neto de Américo Amorim Alves Leitão, falecido em 1982, que para além de ter sido meu Tio-Avô foi também meu Padrinho de Batismo, situação esta que sempre estranhei, atendendo às suas convicções profundamente anticléricais, que o levavam correntemente a exclamar *"Viva a República"*, em vez do tradicional *"Santinho"*, quando alguém espirrava.

Desde sempre, passei largos períodos de tempo em casa dos meus Tios-Avós, na qual para entrar se tocava à campainha três vezes, para nos identificarmos como familiares. Muito frequentemente acompanhei-os nos seus compromissos sociais, em geral resultantes do empenhamento filantrópico e cívico de Américo Leitão, em várias instituições de solidariedade social, assistência mútua, ou de instrução pública.

Fruto desta situação, recordo com nostalgia as inúmeras festas da Escola Oficina nº 1, e do Internato de S. João (Asylo de S. João, para os meus Tios-Avós), nas quais participei, uma vez que o meu Padrinho exercia em ambas funções diretivas, que se prolongaram por largos decénios.

Não esqueço a vasta Biblioteca Infantil da Escola Oficina, na qual me deliciava sempre com as primeiras edições das *"Aventuras do Tim-Tim"* (Castermann) aí existentes. Conservo também a memória dos muitos almoços nos quais, em longos e emotivos discursos, o meu Tio-Avô e os seus amigos criticavam, de uma forma muito indireta, a situação política então vigente, recordando-me também das récitas teatrais das alunas, nas quais se cantava, inevitavelmente, *"A Sementeira"* (Hino da Escola Oficina).

Continuo a recordar com saudade o fantástico Museu de História Natural desta escola, no qual eu tinha um *"amigo de infância"* que ainda lá se encontra: um esqueleto humano verdadeiro com o qual o meu Tio-Avô teve, desde muito pequeno, o cuidado de me familiarizar de uma forma extremamente iniciática, fazendo-me apertar-lhe a mão. Hoje sei o porquê deste seu procedimento.

Foi nestes meios, bem como em casa dos meus Tios-Avós, que tive a sorte de conhecer pessoas como Luís Rebordão, Dias Amado (em cujo consultório tirei sangue para análises clínicas pela primeira vez), Armando Adão e Silva, Abílio Mendes (que foi meu pediatra), José Magalhães Godinho, entre muitos outros.

Recordo as muitas vezes em que vi Américo Leitão receber os

amigos no seu escritório, no qual figurava, em grande destaque, um busto da República. Nestas ocasiões a minha Madrinha tinha sempre o cuidado de me desviar para brincarmos na outra ala do apartamento (que configurava um Esquadro, em planta) para lhes permitir *"tratar dos assuntos deles, à vontade, sem os incomodarmos"*, como ela sempre me referia.

Também me lembro das noites em que ele saía *"para ir à Escola-Oficina"*, e da inquietação em que a minha Tia-Avó ficava, até ele voltar.

O meu Tio-Avô era comerciante, proprietário de uma Loja de Café, na Rua da Prata, em Lisboa. Sempre que a minha Madrinha, ou as suas Irmãs, me levavam com elas à Baixa, uma *"visita ao Américo"* era inevitável.

Recordo que a loja era sempre muito frequentada por homens de idade avançada que, normalmente a um canto, conversavam em voz baixa com o meu Tio-Avô.

Lembro-me também nitidamente de várias vezes, o ter surpreendido em conversação com dois amigos, sentados em dois bancos de madeira existentes no estabelecimento comercial. A posição destas duas peças de mobiliário, juntamente com a posição ocupada pelo meu Padrinho atrás do balcão, configurava um triângulo.

As conversas eram sempre interrompidas quando eu chegava, os bancos esses ainda existem, em casa da minha Irmã.

Outro ponto de encontro correntemente utilizado por Américo Leitão, e pelos seus amigos, era o Café Nicola, no Rossio. Recordo-me perfeitamente de os ver lá, várias vezes, sempre ocupando as mesas mais recatadas.

Constam do seu espólio documental várias fotografias de almoços, com participação estritamente masculina, nos quais a mesa se encontra disposta em "U", nomeadamente no âmbito das suas atividades na Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, da qual fez igualmente parte da Direção por longos anos.

Um dia, no princípio dos anos 70, já na minha adolescência, o meu Padrinho chamou-me ao seu escritório, porque *"queria mostrar-me uma coisa"*.

Abriu um contador fechado à chave, e retirou uma gaveta, na qual se encontravam numerosos emblemas, que configuravam verdadeiras joias.

Saltou-me à vista um, composto por uma águia bicéfala, que segurava nas suas garras uma espada e, fascinado, perguntei-lhe o que era.

Ele respondeu-me que se tratavam de *"emblemas Maçónicos"*, relativos a uma *"coisa que tinha existido, mas que já não existe, a Maçonaria"*.

Fotografia Ponto de Vista

Só voltei a ver estas Joias, que hoje sei que se reportam aos Altos Graus do REAA, após o falecimento do meu Tio-Avô. Também nessa altura fiquei a saber, que estes objetos, devolvidos pela minha família ao Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano, eram património da Obediência, tendo o meu Tio-Avô sido depositário do legado de vários Irmãos, durante a clandestinidade.

O nosso Irmão Américo Leitão passou ao Oriente Eterno em 1982, na sequência de uma prolongada doença que o afetou desde 1976, em consequência da qual se viu privado da mobilidade e da fala.

Por vontade própria, os seus restos mortais não foram depositados no jazigo de família, porque queria *"voltar à Terra, sem padre e, em pijama"*. E à Terra voltou, sem a família saber absolutamente mais nada das suas atividades, para além do facto de ele ter sido Maçon, e de o seu Pai ter também já tido esta condição.

Hoje sei que a saga Maçónica da minha família começou em 1912, com a Iniciação de José Alves Leitão na Respeitável Benemérita e Augusta Loja Liberdade, nº 196, ao Oriente de Lisboa, Oficina da qual foi membro, desde essa data até à sua morte, em 1934.

Américo Alves Leitão, seu filho, foi iniciado na mesma Loja, em 5 de Outubro de 1929, tendo aí efetuado um percurso Maçónico de mais de 50 anos, praticamente todo na clandestinidade.

Tanto ele como o seu Pai foram decorados com o Grau 33 do REAA, existindo registos que confirmam que, ainda em 1975, o meu Tio-Avô desempenhava o cargo de Grande Secretário do Supremo Conselho dos Grandes Inspetores Gerais, para Portugal e sua Jurisdição.

Sei hoje, também, que o Nome Simbólico do meu Padrinho era Febo Moniz, dai a razão de o ter igualmente adoptado aquando da minha Iniciação, não como forma de homenagem, mas como recordatória pessoal de que estou aqui para continuar o trabalho dele, dentro dos limites do Circulo que a abertura do meu Compasso me permita traçar.

Nesta Cadeia Iniciática intemporal, o exemplo constitui um meio de ação fundamental, pois não só permite uma intervenção positiva no mundo profano atual, como condiciona o que irá ser a Maçonaria do futuro.

Face a tão longa e empenhada passagem destes meus familiares pela Respeitável Loja Liberdade, não me surpreendeu ter encontrado, na compilação documental exposta pelos Irmãos desta Oficina, para comemorar o 120º Aniversário da Loja, o comprovativo de elevação ao Grau de Companheiro de José Alves Leitão, datado de 1913, e uma carta de 1934 assinada por Américo Leitão, na sua qualidade de Secretário da Loja, a solicitar ao Conselho da Ordem a emissão de um Passaporte Maçónico para um Irmão exilado em França.

Por acaso do destino, muito embora tenha sido Iniciado na Respeitável Loja Romã, tenho a honra de ter sido, também, a Respeitável Loja Liberdade a emitir o meu diploma de Mestre Maçon, pois foi nessa Oficina que fui Exaltado.

Meus Irmãos, falei-vos das minhas memórias, gostaria de dar-vos agora algum testemunho das pessoas e, para isso, nada melhor do que as fazer falar pela sua própria voz.

Conservo ainda correspondência do Nosso Querido Irmão Américo Leitão, na qual encontrei diversos postais remetidos por Maçons, dos quais se podem extrair alguns aspetos da vivência maçónica dos nossos Irmãos, que mantiveram acesa a chama durante a travessia das Trevas do Estado Novo.

É clara, em toda a troca de correspondência que consultei, a necessidade de camuflar o que, realmente, se pretende dizer, com conotações políticas ou maçónicas.

A título de exemplo dos múltiplos subterfúgios utilizados, cito uma referência de um postal escrito em 1957, de Paris, no qual um *"confrade e amigo"* envia as mais cordiais saudações *"Desta bela cidade, onde se respira excelentemente"*.

Não deixa, contudo, de se encontrar nesta correspondência, subtilmente plasmada, a tipica

terminologia maçónica, muitas vezes com refinado sentido de humor, e sempre com implícitas demonstrações de grande Fraternidade.

Tal é o caso de um postal ilustrado, com imagem de uma rapariga em traje regional Aragonês, enviado pelo Irmão Armando Adão e Silva em 1953, que refere *"Faço votos para que a senhorita que aqui lhe mando com todo o salero possível não lhe cause dissabores conjugais, pois ela apenas é portadora de um tríplice abraço"*.

Não deixa, contudo, de ser curioso de assinalar que alguns Irmãos mais antigos continuaram a utilizar, em plena ditadura, a sua assinatura tripontuada, reiterando assim a força das suas convicções, e o orgulho em serem Maçons.

É o caso do Irmão José da Costa Pina que, em 1955, rematou uma lacónica mensagem de *"Fraternais saudações"* com a sua assinatura maçónica. Recorde-se que este foi o Irmão que, na sua qualidade de Presidente do Conselho da Ordem do Grande Oriente Lusitano Unido, decretou em 1929 a triangulação das Lojas, na sequência da invasão da polícia ocorrida no Palácio Maçónico.

Respeitando a tradição de que os Grão-Mestres encerram sempre os debates, termino transcrevendo um postal do Irmão Luís Rebordão, datado de 1967, no qual, encontrando-se em Parada, refere: *"Na quarta-feira, 20, vou no "foguete" da tarde para Coimbra, donde seguirei logo para casa do nosso Dr. Fernando Vale, em Coja. Não sei o tempo que lá me demorarei, mas em 27, o mais tardar, espero estar em Lisboa. Então falaremos à larga sobre todos os assuntos que nos interessam"*.

Como atesta este, e vários outros postais do mesmo teor na minha posse, o nosso Ilustre Irmão cumpriu, tanto no sentido simbólico como no sentido real, o seu dever de Mestre Maçon, tendo viajado incessantemente para espargir a Luz, e reunir o que está disperso. Luís Rebordão assegurou, durante um Grão-Mestrado de quase quarenta anos de duração, a unidade de uma Ordem fragilizada pelas perseguições políticas, e pela impossibilidade de desenvolver uma atividade maçónica na forma do costume.

A Maçonaria assenta numa concepção ternária do tempo – descemos segundo um eixo vertical que mergulha no passado, ao qual vamos buscar valores tradicionais, que nos permitem um campo de reflexão e de ação para equacionarmos, no plano horizontal do presente, as nossas relações com os outros numa base mais Justa e mais Fraterna, na esperança de alcançar, no futuro, o Progresso da Humanidade.

Nesta Cadeia Iniciática intemporal, o exemplo constitui um meio de ação fundamental, pois não só permite uma intervenção positiva no mundo profano atual, como condiciona o que irá ser a Maçonaria do futuro.

Transmitir não só exemplos de Verticalidade, Tolerância, Humildade, Fraternidade, mas também de coragem, empenhamento cívico na defesa de Valores, e de Trabalho Maçónico incessante, são deveres de todo o Maçon, para consigo próprio, para com os seus Irmãos, e para com todos os profanos que virão a querer ser Maçons.

Quando a Luz esmoreceu, sufocada pelas Trevas da ditadura salazarista, estes nossos Irmãos tiveram a Sabedoria, Força, e Beleza para a avivar e transportar, até que pudesse brilhar novamente, alimentada pela Força e Vigor que lhe conferiu a Liberdade.

Foi por causa do seu exemplo em geral, e da referência do meu Tio-Avô em particular, que bati à Porta do Templo, porque por mais propaganda antimaçónica a que eu tenha sido exposto durante o meu percurso de vida, sempre soube que ser Maçon não é uma vergonha, é uma honra, e sempre me orgulhei de os meus familiares terem sido Maçons.

Deixo-vos, pois, o meu testemunho da Luz que brilhou nas Trevas concluindo, tal como estes nossos Irmãos gostariam, com o seu eterno *"Viva a República"*. ▣

BIBLIOGRAFIA

LOPES, António e GRAVE DOS SANTOS, Joaquim, *Américo Leitão – O Senhor que dava caramelos às crianças*, Revista Grémio Lusitano, Lisboa, 2010;
MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, Editora Delta, Lisboa, 1986;
VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2013.

JOSÉ PAULO SILVA GRAÇA

Comprometido com a luta pela Liberdade

1
O INÍCIO DA MINHA LUTA CONTRA A DITADURA DO ESTADO NOVO

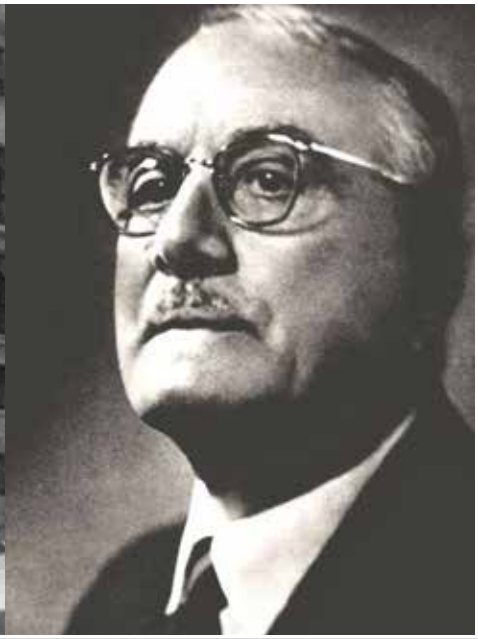
A minha actividade política começou, no ano de 1955, após o meu primeiro casamento. Depois da cerimónia, fomos viver para o Porto onde continuei a estudar na Faculdade de Ciências. Deixei Lisboa apenas por razões de ordem familiar.

Poucas semanas após nos instalarmos, num segundo andar dum prédio novo, à Rua Costa Cabral, 750, fomos chamados à PIDE — minha mulher, a M. Rita, tinha escrito uma carta ao Cap. Henrique Galvão, para a Penitenciária, onde se encontrava preso, anunciando o nosso casamento, carta essa que a polícia achava, e com alguma razão, insultuosa para o regime. Aqui devo salientar o facto de na Penitenciária, à época, apenas se encontravam dois presos políticos; os restantes eram presos de delito comum, e que terá sido daqui que o Galvão fugiu algum tempo mais tarde.

Foi isto que nos levou a sermos interrogados pela polícia política. Primeiro a Maria Rita e depois eu próprio.

O Sérgio gostava muito de se relacionar com os jovens, o que aconteceu, durante longos anos, normalmente ao fim da tarde, na Livraria Sá da Costa.

Fotografia D.R.



Mas tal episódio não passou de um pequeno "faits divers". Na realidade, a actividade política propriamente dita, teve início na campanha presidencial do General Humberto Delgado — pertencia ao grupo dos jovens que apoiaram a candidatura, tendo organizado algumas sessões públicas, sempre com a intervenção de António Sérgio, que conhecia muito bem, pois tinha sido meu padrinho de casamento.

O Sérgio gostava muito de se relacionar com os jovens, o que aconteceu, durante longos anos, normalmente ao fim da tarde, na Livraria Sá da Costa. O Sérgio vivia à época numa linda vivenda na Travessa de Moinho de Vento à Lapa; tinha muitas peças orientais, lindíssimas. Depois da sua morte foi aí instalada a casa/museu António Sérgio, o pai do cooperativismo em Portugal.

Mas, para além desses pequenos comícios, durante a campanha do Delgado, e ainda nesse período, assisti e participei, activamente, nas arruadas, quando das chegadas triunfais do General ao Porto e a Lisboa, bem como nos comícios do Coliseu do Porto e do Liceu Camões em Lisboa; comícios esses em que só falaram o Rolão Preto, meu sogro, e o General. A PIDE, que controlava activamente todos os comícios, não permitia que estivessem pessoas de pé, ao longo das cochias; e eram centenas de pessoas. Então, e em qualquer dessas duas acções da campanha eleitoral, aconteceu sempre o mesmo - a polícia não autorizava o começo do comício enquanto estivessem pessoas em pé, e o Delgado, autoritariamente dizia - fala o Rolão e depois falo eu. Depois, como é evidente, e acabados os comícios , seguiram-se, em qualquer destas duas ocasiões, cenas de pancadaria, entre a população, a Polícia e a GNR, com invasão de cafés, arremesso de pedras, etc... etc...

Mas, e antes de terminar este ponto, devo referir que fui eu que levei as cartas convite de adesão à campanha do General, da parte do António Sérgio, quer à minha grande amiga, a poeta Natália Correia, como ao Dr. Manuel João da Palma Carlos. A Natália, que não gostava de ser chamada de poetisa, aderiu de imediato e o Manuel João disse logo que não, referindo-me que a candidatura do Delgado era uma "palhaçada"; este Palma Carlos, como deveis saber, acabou por lançar a candidatura do Dr. Arlindo Vicente, com o apoio do PCP, e que foi um enorme fracasso.

Desistiu a três dias das eleições - o conhecido pacto de Almada - a favor do General.

2
A REVOLTA DA SÉ

Fotografia D.R.

Depois das eleições presidenciais do ano de 58 a minha actividade continuou, e então já com outra relevância, com a participação na revolta da Sé. Acção revolucionária que aconteceu em 12 Março de 1959, há mais de 50 anos. Nela estiveram envolvidos mais de uma dezena de oficiais do exército, e por volta de 300 civis, a maior parte dos quais reunidos na Sé de Lisboa. Daí a designação atribuída a esta falhada tentativa de golpe de estado. Devo aqui referir a acção de alguns de meus grandes amigos — o Manuel Serra, o Raul Marques e o Amândio da Conceição Silva, felizmente, ainda vivo. Entre os militares lembro-me do Major Pastor Fernandes, ilustre e distinto militar, à época Professor da Escola do Exército. E, de mais alguns – como os Capitães de Cavalaria Romba (ex--chefe da Polícia de Goa e casado com uma filha do Marechal Gomes da Costa), e o Almeida Santos (este conhecido por ter sido assassinado na Praia do Guincho - assunto que serviu de tema para um romance de José Cardoso Pires).

Na última reunião havida entre os militares, no final da noite desse dia 12, em que o representante do General Humberto Delgado era o nosso companheiro Manuel Serra, foi resolvido adiar-se a acção revolucionária. E, como consequência desta decisão, na madrugada do dia seguinte começaram as prisões.

Eu, pessoalmente, nenhuma intervenção tive durante esse falhado golpe.

Como, aliás, quase todos nós. Cerca das 22 horas desse dia encontrei-me com o Capitão Carlos Vilhena, também nosso Irmão, que me conduziu para a casa do Dr. Felipe Mendes (avô do Prof. Dr. Fernando Rosas), no Bairro Azul, onde se encontravam outros sete companheiros. Aí deveríamos aguardar ordens para nos deslocarmos, depois de começar a rebelião, segundo o velho Capitão, e conforme o planeado, para o Quartel General do Exército, à Marquês da Fronteira e ocupá-lo. E o que fizemos em casa do Dr. Felipe Mendes, foi esperar. Cerca das três da madrugada o velho Capitão foi ter connosco, mandando-nos do adiamento da acção. Antes de me deixar em casa, passámos na ProMatre, maternidade situada na esquina da Av. da República e a João Crisóstomo, propriedade do Dr. Pedro Monjardino, para o avisar que a acção tinha sida cancelada.

Depois, foi para a sua casa, na Almirante Reis; aí foi preso por volta das seis da manhã. Penso que terá sido o primeiro elemento da tentativa falhada de golpe a ser detido. Depois seguiram-se-lhe o Manuel Serra, o Amândio, o Raul Marques, o Fernando Oneto...

A terminar este ponto não posso deixar de referir que todos os presos, militares e civis, foram julgadas no Supremo Tribunal Militar, ao Campo de Santa Clara, tendo, ou sido absolvidos, ou sofrido penas de prisão variadas, mas não muito elevadas. Tive oportunidade de assistir a algumas sessões, com intervenções de prestigiados advogados como Mário Soares, Salgado Zenha, Duarte Vidal, Acácio Gouveia, etc... etc...O Acácio Gouveia, como bom casapiano, foi o advogado do Raul Marques, também ele casapiano.

3
A ACTIVIDADE "POLÍTICA" EM MOÇAMBIQUE E A IDA PARA O BRASIL

Em Junho de 1960, terminada a licenciatura de Engenheiro Geógrafo na Faculdade de Ciências de Lisboa, preparei a minha ida para Moçambique, minha terra natal, onde pensava realizar a minha futura actividade profissional, como sempre sonhara e tinha planeado. Fui para a então Lourenço Marques, acompanhado de minha mulher e filho, então com apenas quatro anos. Viagem atribulada essa, pois em Cartum, onde tivemos que ficar quatro dias, quase sem dinheiro, sobrevivemos graça à simpatia de um grego, dono de um pequeno hotel, o Acropole Hotel, nos permitiu alojamento e refeições por apenas 80

Fotografia D.R.

dólares, o dinheiro que nos restava, depois de uma passagem por Roma e Cairo durante alguns dias.

Eu não tinha reparado que em Cartum estava na lista de espera. Tivemos que passar pela capital do Sudão, por causa da "guerra dos 6 dias". Os aviões da BOAC tinham deixado de parar na capital do Egito. Iam de Atenas, onde estavam uma ou duas horas, directamente para Cartum, Dares Salam, e Joanesburgo.

Em Moçambique estive cerca de nove meses, desempregado, apesar de tudo ter tentado e de o meu Pai ser, à época, uma figura muito conhecida em Lourenço-Marques, onde era Notário e Advogado. Mesmo assim, nada consegui. Cheguei a dar, durante alguns dias, aulas de matemática na Escola

Industrial da cidade, experiência que acabou, logo após as férias de Natal.

Quando me preparava para dar a primeira aula, após as referidas chamado ao Reitor que me informou ter recebido a conhecida informação da PIDE de que "não oferecia garantias de cooperar com os fins superiores do estado". E assim terminou a minha curta experiência como professor na minha Lourenço--Marques. Devo recordar-vos que a Escola Industrial da então Lourenço Marques, actual Maputo, estava instalada no Palácio Maçónico, anexado logo após a lei de 1935, em que o Estado Novo proibia a Maçonaria. Uma fotografia do referido Palácio, pode ser vista no Museu Maçónico do GOL.

Durante esta minha estadia de cerca de nove meses, nessa terra onde nasci e que tanto amo, é evidente que contactei com alguns velhos amigos, meus ex-colegas de Liceu, alguns dos quais defensores, tal como eu próprio, da futura independência daquela colónia. Caso dos meus queridos amigos Rui Knopfli e Virgílio de Lemos, grandes poetas moçambicanos, e da mulher, deste último, a pintora negra Bertina Lopes, todos eles já falecidos. O Virgílio foi preso poucos dias depois da minha partida e eu procurado pela polícia, em casa de meu Pai, no dia seguinte ao embarque para o Brasil. Felizmente já ia ao encontro de alguns dos velhos amigos, anteriormente referidos, e aí já residentes como exilados políticos.

A inclusão deste ponto neste pequeno texto serve apenas para explicar a minha ida para o Brasil, para onde fui com o único objectivo de procurar trabalho.

Fiz a viagem de barco até Santos (S. Paulo), onde desci, parando nos portos de Durban, Cape Town e Rio de Janeiro. Nesta cidade tinha à minha espera o Dr. Rodrigo de Abreu e o Plácido, velhos conhecidos do tempo da Candidatura do General Humberto Delgado, ambos já há algum tempo exilados no Brasil. Em Santos saí na companhia de uma linda sul africana, a Lillian Barnet, conhecida a bordo, e que foi uma óptima companheira de viagem. E lá fomos os dois de Santos para S. Paulo.

Fotografia D.R.

4
O ASSALTO AO AVIÃO DA TAP

Chegado a S. Paulo, em meados de Maio, hospedei-me num hotel à Av. S. João, onde estavam hospedados os meus amigos Raul Miguel Marques, Manuel Serra e Amândio da Conceição Silva.

Aí passei os primeiros quinze dias sempre na companhia da Lillian, que só regressaria a Durban quando o paquete retornasse da Argentina. Após uns dias, não sei bem quantos, repentinamente desapareceu o Manel que, segundo o Amândio, tinha viajado para o interior, em negócios; passados mais uns dias foi o Raul, que também se tinha ausentado em negócios.

Esquisito...

Entretanto, e num dado dia, já só com Amândio em S. Paulo este disse-me: - o Capitão Galvão quer falar contigo. E foi essa conversa com o Galvão que levou a juntar-me ao grupo do assalto ao avião da TAP.

Conversa essa que teve lugar em casa do Com. Sarmento Pimentel, velho republicano, há muito exilado no Brasil. De resto, foi em sua casa, que conheci o Palma Inácio e o Camilo Mortágua, num almoço organizado com o objectivo de se tentar restabelecer a relação de amizade entre o Delgado e o Galvão que, nessa altura, já não era nada boa e que, no final do referido almoço, ainda ficou pior.

É difícil descrever-vos tudo o que então se passou e o ambiente vivido desde a chegada do General a casa do Sarmento Pimentel, até ao final da refeição.

À entrada o General foi sendo apresentado às pessoas que pensava não conhecer. Tal aconteceu comigo, apesar de o conhecer desde a sua campanha eleitoral. Aliás, já depois da campanha, esteve duas ou três vezes em minha casa, à Rua Actor Vale, para se encontrar com o meu sogro. A certa altura, e antes do almoço, o General veio ter comigo e invectivou-me — nós já nos conhecemos, não é verdade. Disse-lhe que sim, referindo quem eu era. Então, retorquiu o General, porque é que ainda não me foi cumprimentar? Eu lá lhe expliquei que não estava no Rio, que ainda nem conhecia, pois tinha ido directamente para Santos/S. Paulo. etc.. etc...

Mas, e aqui chegado, apenas refiro este pequeno episódio, mas vos dar a ideia do ambiente que já então existia em torno do General, e da sua importância ...

Nesse almoço não estiveram presentes o Manuel Serra, o Raul e o Amândio, que já tinham deixado o Brasil, encontrando-se algures pela Europa. Foi nas conversas preliminares com o velho Capitão que soube que o planeado não se limitava ao assalto ao avião, mas também, e simultaneamente, a tomada dum quartel no interior do País. Daí a existência dos dois grupos ligados ao Cap. Galvão e/ou Gen. Humberto Delgado. É de referir que nenhum deles, o Capitão e o Delgado, sabia que todos nós estávamos ligados a ambos.

Entremos, então, no primeiro dos sub-pontos deste último capítulo.

4.1
O ENCONTRO, EM ROMA, COM O CAPITÃO GALVÃO

Saí do Brasil, no princípio de Setembro, com o Camilo Mortágua, em direcção a Roma. Era nosso objectivo encontrarmo-nos, naquela cidade, com o Capitão Henrique Galvão. Três dias depois juntou-se-nos o Palma Inácio. E, após várias idas ao local combinado para o encontro, nada; finalmente conseguimos informação das autoridades italianas, de que o Capitão tinha sido proibido de desembarcar em Itália.

Isto num país democrático de uma Europa democrática! Devo aqui referir-vos que essa estadia forçada em Roma, com o Camilo, onde passámos fome, pois quase não tínhamos dinheiro, levou-nos a percorrer, a pé aquela maravilhosa cidade. Convido-vos a ler essa descrição no "Andanças para a Liberdade", do Camilo.

E, perante a ausência forçada do Cap. Henrique Galvão, restou-nos continuar a viagem, com o objectivo de nos reunirmos aos restantes membros do grupo, que há muito se encontravam em Marrocos.

4.2
A IDA PARA MARROCOS E O REENCONTRO COM OS NOSSOS COMPANHEIROS

Perante as dificuldades de ligação aérea entre Roma e Marrocos, à época muito espaçadas no tempo, decidimos ir de comboio até Marselha, para aí apanhar-mos o avião para Casablanca e daí seguirmos para Tânger.

Assim fizemos. Foi uma linda viagem, ao longo da costa do Mediterrâneo - de Roma até Marselha. Aí estivemos cerca de três dias, à espera da ligação para Marrocos.

Aquando do embarque ocorreu um episódio bem demonstrativo da fibra e coragem dos companheiros que me acompanhavam. Qualquer deles levava uma pasta com, entre outras coisas, uma pistola.

Estávamos convencidos que as bagagens de mão não seriam revistadas.

Mas tal não aconteceu. A polícia aduaneira estava a revistar todas as bagagens, inclusive as de mão. E eu, lívido,entre os dois que, com a maior calma, como se nada de estranho estivesse a acontecer, abriram as respectivas pastas, tendo levantado, ligeiramente,mas capas de cartão, com as lombadas para cima, onde se encontravam as armas. As pistolas, mais pesadas, ficaram para baixo e os inspectores da alfândega nada viram. Respirei de alívio; as pistolas não foram detectadas e os três seguimos viagem sem mais qualquer incidente.

Chegados a Casablanca fomos de carro até Tânger, onde todo o grupo já se encontrava; com excepção do Amândio, que estava internado no hospital de Alcácer-Quibir, devido a um grave acidente de automóvel em que ele, o Raul Marques e o Manuel Serra se tinham envolvido.

Alguns dias depois fomos visitá-lo e, ao vê-lo, concluímos que o nosso plano de acção tinha que ser alterado.

O Amândio, naquele estado, não tinha condições de tentar seguir para o interior de Portugal, conforme o planeado.

Nessa altura, os três companheiros acabados de referir - Raul, Manel e Amândio - já deveriam estar no interior de Portugal. A sua entrada no Pais e a preparação da planeada acção de tomada de um quartel estava irremediavelmente atrasada. E foi então que me ofereci para substituir o Amândio, sugerindo, igualmente, uma possível hipótese de, quanto a mim, mais fácil entrada clandestina em Portugal - a partir de Valverde del Fresno.

O referido plano foi logo aceite. Eu, o Raul e o Manuel Serra preparámo-nos, para a entrada clandestina em Portugal. E o Amândio lá continuava internado no hospital de Alcácer-Quibir.

4.3
A ENTRADA EM PORTUGAL

Assim, por volta de fim de Setembro, o Camilo levou-nos de carro, aos três - eu, Raul e Manuel Serra - até Ceuta. Esta viagem teve início por volta das 4 da manhã, ainda noite, tendo o Camilo muitas vezes conduzido sem luzes, para evitar qualquer hipótese de perseguição pelos agentes da PIDE, há muito presentes em Tânger.

De Ceuta passámos, por barco, para Algeciras e depois, em táxi colectivo, por termos perdido a última ligação diária de autocarro, seguimos até Sevilha, onde chegámos já noite dentro. No dia seguinte, logo após o pequeno-almoço, apanhámos o comboio, tipo correio, em direcção a Cáceres.

Durante a longa viagem, e por inúmeras vezes, a Polícia espanhola entrou na nossa cabine, pedindo-nos os passaportes, examinando-os com toda a atenção, o que muito nos incomodava - não nos devemos esquecer que dois deles eram falsificados, os do Raul Marques e do Manuel Serra.

Muito trabalho e engenho tinham exigido ao Raul, em S. Paulo, na sua falsificação. Foi um trabalho de mestre, conseguido ao longo de muitas horas, e inclusivamente utilizando um carimbo falso, de borracha, por si imaginado e mandado fazer.

Finalmente, cerca das oito da noite e esfomeados, lá chegámos aquela cidade espanhola. Entrámos de imediato num restaurante, muito perto da estação. E, quando comíamos a sopa, fomos presos por um grupo de seis polícias da polícia política espanhola. Lembro-me perfeitamente de até ouvir o tilintar das colheres nos pratos, tal o nosso nervoso miudinho.

Chegados à sede da polícia o primeiro a ser chamado a interrogatório foi o Raul que, no momento da nossa prisão tinha pedido autorização para ir à casa de banho. Julgo que com o objectivo de rasgar alguns "papéis", por ele trazidos, e que estavam enfiados nas peúgas. Tal facto, penso eu, terá levantado suspeitas aos agentes da polícia. Após mais de meia hora de interrogatório do Raul, fui eu o chamado. Até porque o Raul teria, segundo imagino, referido a razão para ali estarmos, justificação essa entre nós previamente acordada, e que tinha como fundamento "o meu interesse em passar por aquela zona de Espanha", eu que já a conhecia e de que guardava boas recordações. Já por lá tinha passado com a minha mulher e o meu sogro. E lá fui eu.

Felizmente, à última hora, e já durante o interrogatório, lá me recordei do nome de Comandante da Polícia, amigo do meu sogro. O D. Joaquim Cabrera, cujo nome acabei por referir e que, logo de seguida, e após contacto por telefone, deu ordem, aos seus inspectores, para que fossemos libertados, lembrando, no entanto, que gostaria de me cumprimentar, no dia seguinte. E, assim aconteceu. Depois de termos

passado a noite num hotel de Cáceres, lá fui, cerca das 10 da manhã, visitar o Comandante; o Manel e o Raul ficaram à minha espera numa pequena praça perto da sede da Polícia. Foi uma conversa muito simpática, em que o Comandante da Polícia até me mostrou uma carta de meu sogro, o Dr. Rolão Preto, acabada de receber, em que este lhe pedia por mais um contrabandista, como era habitual; a meu pedido indicou-me qual a camioneta que deveríamos apanhar para nos deslocarmos até Valverde del Fresno, como pretendíamos.

Às três da tarde lá apanhámos o tal transporte público, chegando às seis à referida aldeia. Mas, para nosso grande espanto, mal descemos da camioneta e lá estava um polícia pedindo-nos os passaportes. É evidente que estávamos a ser controlados. Na altura, não tivemos qualquer dúvida, como era por demais óbvio. Então, e já na pensão onde passámos a noite, decidimos mudar de estratégia — íamos até Salamanca, por dois três dias, como se estivéssemos a fazer turismo. E, depois, de madrugada, e de táxi, voltaríamos a Valverde. E assim fizemos.

Foram três magníficos dias em Salamanca. Após umas três horas de viagem mandámos parar o táxi, a algumas centenas de metros da aldeia, começando então a caminhada para Portugal. Para nossa felicidade o táxi, mal nos deixou e recebeu o montante acordado, voltou para trás, o que nos fez respirar de alívio.

Estávamos com receio que ele seguisse até Valverde e aí referisse que acabava de trazer uns portugueses.

Nessa noite já dormimos em Portugal, ao relento, junto a um riacho e agarrados uns aos outros, tal o frio que já fazia. Mal acordámos lavámo-nos, seguindo de imediato, para a propriedade de meu sogro, em Sta Margarida, perto de Penamacor, onde chegámos por volta das três da tarde.

A primeira etapa estava conseguida, felizmente com sucesso; isto por volta de 24 de Outubro. Estávamos finalmente em Portugal.

Depois, foi tudo mais fácil. O velho Rolão conseguiu, através das suas relações de amizade, arranjar-nos transporte - a mim para Viseu e, no dia seguinte para o Porto, ao Raul Marques para Lisboa e, ao Manuel Serra para as Caldas da Rainha. Nessas cidades teríamos que fazer os contactos previamente combinados.

Porquê as Caldas da Rainha não sei, e o Manel nunca tal nos explicou!

No Porto fiquei alojado em casa dum amigo de meu sogro, e comecei logo a tentar falar com os oficiais previamente indicados pelo Capitão Galvão.

Tarefa que não foi nada fácil, e que, para meu desespero, não deu qualquer resultado.

Num dos dias dessa estadia no Porto, fui até Viana do Castelo, para observar o quartel dessa cidade, localizado numa pequena colina. Estudei tudo com todo o cuidado, mas não consegui qualquer contacto com o oficial daquele regimento, que me tinha sido indicado pelo Cap. Galvão, pois já lá não estava. Devo recordar que um dos objectivos da nossa hipotética acção, segundo os planos do Capitão Galvão, era a tomada daquele quartel.

Nessa noite já dormimos em Portugal, ao relento, junto a um riacho e agarrados uns aos outros, tal o frio que já fazia.

E, pouco mais de uma semana após a minha chegada à Cidade Invicta, apanhei o correio com destino a Lisboa, cerca da meia noite, tendo tido o cuidado de ir apanhá-lo a Espinho e desembarcado, em Lisboa, na Estação de Braço de Prata. Todos estes cuidados tinham a ver com a situação de clandestinidade em que me encontrava.

Uma vez chegado a Lisboa, planeei o encontro com o Raul Marques e o Manuel Serra, o que não foi fácil, dado os contactos a fazer para os localizar, através de amigos comuns — encontravam-se clandestinos e, eles sim, em bem pior situação do que a minha, dado que os seus documentos eram falsos.

Após uns dias em Lisboa, em que fiquei sempre em casa do meu Irmão mais novo, o meu irmão António, lá nos reunimos os três.

Encontro esse que não foi nada agradável. Isto porque nenhum de nós tinha conseguido obter o compromisso, de qualquer militar, em se empenhar num hipotético assalto a um quartel.

Devo referir que, mesmo o Capitão Varela Gomes, já então nosso conhecido, tinha afastado uma tal hipótese, ele que, naquele momento, estava envolvi-

Fotografia D.R.

do numa campanha eleitoral, pois o seu nome estava incluído numa lista da oposição democrática às eleições para a Assembleia Nacional, que teriam lugar a 12 de Novembro desse ano.

Mas o Manuel Serra insistia nesse projecto. Então, e dado o falhanço da tentativa de conseguirmos militares interessados em qualquer plano de assalto a um quartel, eu e o Raul Marques decidimos afastar-nos. E o Manuel Serra manteve a sua ideia, então já muito planeada, e determinada, da hipótese de assalto ao Quartel de Beja. Projecto esse, assim o percebemos bastante mais tarde, que tinha todo o aval do General Humberto Delgado.

5
O ASILO POLÍTICO NA EMBAIXADA DO BRASIL

Ao afastarmo-nos, tivemos que o fazer com o maior cuidado, para não comprometermos a actividade do Manel que, como é sabido, resultou no assalto ao Quartel de Beja.

E, para não acabarmos presos, dada a nossa situação de clandestinidade, resolvemos pedir asilo numa embaixada. Eu pedi asilo na Embaixada do Brasil e o Raul na da Argentina, pois já tinha estado asilado, um ano e tal antes, na do Brasil.

Devo aqui explicar que viver na clandestinidade à época não era nada fácil.

Para os militantes do Partido Comunista a coisa resolvia-se com a rede de casas clandestinas que tinham, espalhadas pelo País, com quadros em actividade por todo o lado. Para o resto da oposição a clandestinidade era muito mais difícil, com base na improvisação e em relações de amizade pessoal.

Pedi asilo às 10 da manhã do dia 17 de Outubro, na Chancelaria do Brasil, ao Marquês de Pombal, tendo sido recebido pelo Embaixador Negrão de Lima. Este, depois de contactos que terá feito, para verificar da veracidade

dos factos por mim relatados, concedeu-me asilo e levou-me de carro, com todo o cuidado e maior descrição, para a sua residência, um palacete à Rua da Emenda. O carro em que segui com o Negrão de Lima era antecedido e seguido por dois carros da Embaixada, ocupados por brasileiros do corpo diplomático. Pelo que então percebi todo o cuidado e segurança tinham que ser garantidos.

Aí chegados verifiquei que já lá estavam asilados três outras pessoas — Alfredo Margarido e sua mulher, a Manuela Margarido, e outra pessoa, de meia idade e de que não me recordo o nome. Contava a história que tinha recebido do General Delgado umas latas de goiabada, com explosivos, e que, não sabendo o que lhes fazer, as tinha lançado ao Tejo. Apenas sei,

que cerca de quinze dias depois, o Embaixador tinha conseguido que saíssem em liberdade.

Fiquei sozinho na embaixada. Foram, devo referir-vos, os melhores tempos de asilo. Uma vez por semana tinha a visita de minha mulher e meu filho.

A 8 de Janeiro de 62 começou a entrada dos asilados com ligações ao assalto ao quartel de Beja, que tinha ocorrido na passagem de ano 1961/62. Os três primeiros foram o Francisco Veloso, a Lígia, sua esposa e o José Alexandre Pelágio, depois o Cap. Pedroso Marques e a Vera, sua mulher, depois a Mariana, única mulher que tinha ido a Beja, depois, o mais velho, José Maria Gonçalves, antigo militante do PCP, seguiu-se o grupo do Bairro da Liberdade, de onde era o Manuel Serra, o Maximino - irmão do Manel - o Delmar da Silva, o Luís Carlos, e o Abílio Gomes, depois a Rita minha primeira mulher. E quanto a Beja, chega. Mas ainda entraram mais três - o "Alpiarça", o Nikias Skapinakis, e o Dr. Abranches Ferrão, que só lá esteve 17 dias.

O Nikias e o "Alpiarça" estiveram na Embaixada cerca de quatro meses.

O Nikias ainda pintou, enquanto esteve asilado, vários quadros, um dos quais comprei exactamente no último dia da sua estadia na Embaixada.

(Fiquei sem o mesmo aquando do divórcio; a Maria Rita, sem eu nada saber, vendeu-o. Era um quadro lindo, sobre uma paisagem Alentejana.)

Era difícil albergar mais asilados em meio sótão dum Palacete da Rua da Emenda; a outra metade do sótão destinava-se aos empregados e empregadas da Embaixada. As refeições tinham lugar um piso abaixo, na copa.

5.1
A VIVENDA DO ALTO DO DUQUE, NO RESTELO

Por volta de Abril de 62 e, como já anteriormente referi, tornou-se quase impossível ou, digamos, muito difícil, manter treze pessoas a coabitar em meio sótão dum palacete no centro de Lisboa.

Neste contexto o Negrão de Lima conseguiu, em diálogo com o Ministro dos Negócios Estrageiros português, que o governo brasileiro alugasse uma vivenda em Lisboa. Que se situava na Rua do Alto do Duque, no Restelo, para onde foram viver os trezes asilados. Ficámos optimamente instalados e passámos a ter, em permanência, um membro do Corpo Diplomático Brasileiro, connosco - o Sr. Wanderley. O único senão passou a ser a dificuldade, para a maioria dos familiares, em se deslocarem até à referida vivenda, pois a grande maioria eram pessoas de fracos recursos, que à época, como é óbvio, não dispunham de automóvel.

Como a vivenda dispunha de um quintal, relativamente grande, conseguimos instalar um pequeno campo de voley, o que nos permitia fazer algum exercício e ir ocupando o nosso tempo.

Depois, era só esperarmos que saísse o Despacho de Pronúncia do Processo do Assalto a Beja.

Em Novembro de 63 saiu o Despacho, com os seguintes resultados no que concerne aos 13 asilados - nove não eram dados como réus, ainda que alguns fossem referidos e quatro eram acusados de diversas acções.

Assim sendo o Embaixador recomeçou as negociações com o Governo português. E conseguiu que as autoridades aceitassem a nossa saída, desde que nos comprometêramos a não voltar a ter qualquer acção contra o governo. Todos aceitaram esta condição e fomos saindo. Eu e minha primeira mulher fomos os primeiros, dado eu ser o mais antigo. Tinha estado na embaixada dois anos e dois dias.

É evidente que tal acordo não tinha qualquer validade - nem para nós nem para as autoridades portuguesas. Por exemplo eu voltei a ser incomodado quando fui nomeado, por concurso público, para a Divisão de Medidas Geodésicas do Serviço de Barragens do LNEC. O parecer da PIDE, à época obrigatório, foi desfavorável e, consequentemente, não tomei posse.

Foi a minha sorte pois, dois anos depois, entrei para a IBM onde, durante trinta anos desenvolvi a minha actividade profissional, com salários muitíssimos mais elevados que os do LNEC. ▣

BIBLIOGRAFIA

MORTÁGUA, Camilo Tavares, Andanças para Liberdade, Lisboa;
MARQUES, Manuel Pedroso, *Os exilados não esquecem nada mas falam pouco*, Lisboa.

ANTÓNIO VENTURA

Loja União, do Porto
Em busca dos Elos perdidos

Um dos maiores problemas no estudo da História das Maçonaria em Portugal é a carência de fontes manuscritas e impressas, sejam elas produzidas pelas estruturas maçónicas ou não. As vicissitudes decorrentes de perseguições, a forma informal como as Lojas trabalhavam no século XVIII e, na centúria seguinte, a diversidade de Obediências e de Oficinas, em especial a partir de 1834, tudo isso gerou um quadro difuso, confuso e rodeado de dificuldades. O carácter efémero de muitas Obediências e Lojas levou a que se perdessem arquivos, o que torna muito ingrata a tarefa de reconstituição do quadro em que a Maçonaria Portuguesa trabalhou. De muitas Lojas, apenas sabemos o nome…

Cada Obediência tinha a sua seriação, por vezes com números de ordem fictícios, e eram frequentes as Lojas com igual designação, na mesma ou em diversas Obediências, por vezes na mesma época, de modo que não sabemos se são Lojas diferentes ou uma Oficina que passou de uma Obediência para outra. Ocasionalmente, os seus nomes podem aparecer a subscrever uma Constituição, mas apenas consta o título distintivo, a localidade, o representante, sempre através do nome simbólico, e nada mais. Se a situação melhora em 1869, com a constituição do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa (a partir de agora citado como GOLU) e a publicação do seu *Boletim*, a destruição da grande parte do Arquivo em 1918, na invasão do Palácio Maçónico após o primeiro atentado contra Sidónio, privou-nos da documentação mais antiga, isto é, anterior àquela data…

Por outro lado, eram frequentes as dissidências, o abandono das Obediências por parte de Lojas que continuavam a laborar de forma independente, acabando umas por desaparecer e outras por regressar à Obediência de onde saíram ou a ingressar noutra estrutura federativa.

Acresce a tudo isto o facto de, depois de 1974, muitas Lojas terem retomado os trabalhos e assumido a numeração de série anterior a 1935, o que foi concedido, por vezes, com o desconhecimento total da sua história. Reconstituir o percurso histórico das Lojas, de forma objectiva e documentada, constitui um verdadeiro desafio que se assemelha, por vezes, a um trabalho detectivesco ou ao preenchimento de um puzzle do qual faltam a maioria das peças…

Vejamos o que é possível, neste momento, definir sobre a Loja *União*, do Porto, a partir dos elementos que fomos coligindo. E digo neste momento porque é sempre possível que surjam novos documentos, que permitam corrigir e desenvolver o que aqui escrevemos. A História é dinâmica.

Tal como sucedeu com outras designações - por exemplo Liberdade, Filantropia. Igualdade, Fraternidade – foram numerosas as Lojas que em Portugal,

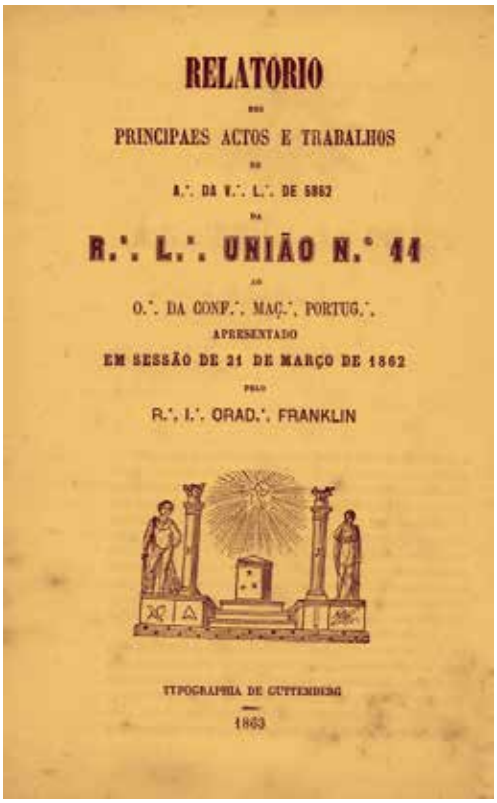
ao longo do século XIX, utilizaram o nome distintivo de «União», isolado ou em combinação *Perfeita União, União Lusitana, União Açoriana, União e Valor, União e Segredo, União Portucalense, União Atlântica, União Independente, União Portuguesa, União Farense, União Transtagana*... Para só citarmos algumas. Da sua quase totalidade apenas conhecemos o nome e a Obediência a que pertenceram, com balizas cronológicas muito imprecisas. Por vezes, apenas as identificamos no final dos textos constitucionais aprovados, onde constam os nomes simbólicos dos representantes e respectivas Oficinas. Existiram numerosas Lojas com o nome distintivo de *União*, uma dezena, só no século XIX, pertencentes a diversos Orientes. A Loja *União*, de Lisboa, fundada em 1855 no Grande Oriente de Portugal, com carta patente de 20 de Novembro daquele ano, transitou em 1867 para o Grande Oriente Português e deste para o GOLU, em 1869, tendo o número de ordem I; era considerada a mais antiga daquela Obediência, adormeceu em 1892 e foi definitivamente abatida em 26 de Setembro de 1911.

A Loja *União* nº 11, da Confederação Maçónica Portuguesa

No Porto existiu uma Loja *União*, fundada por volta de 1851[1], integrada na Confederação Maçónica Portuguesa, na qual tinha o número de ordem 11. Aquela Obediência foi fundada em 1849, a partir da chamada Maçonaria do Sul, e teve a sua primeira constituição aprovada em 26 de Dezembro daquele ano. A ela se juntaram em 1851 as Lojas da Maçonaria do Norte (Oriente Passos Manuel) existentes em Lisboa

Na Constituição daquela Obediência, aprovada em 15 de Dezembro de 1853, surgem como subscritores dois membros das Loja *União* nº 11, apenas identificados pelos nomes simbólicos: «Democrata 1º», Cavaleiro Rosa Cruz, Grande Orador da Grande Loja, e «Democrata 2º», Cavaleiro Rosa Cruz, representante da Loja[2]. A Loja não consta no final da Constituição de 1859[3], mas continuava a existir, estando presente entre os subscritores do Manifesto *Spinkler* (nome simbólico de José Joaquim de Abreu Viana (20 de Junho de 1864), representada por «Tito», Cavaleiro Rosa Cruz[4]. Relacionados com esta Loja conhece-se os seguintes documentos impressos:

Regulamento da R∴ L∴ União ao Ori∴ do Porto, 5856, 26 páginas; *Relatório dos Principais Actos e Trabalhos no A∴ da V∴ L∴ de 5862 da R∴ L∴ União ao Ori∴ do Porto ao Or∴ da Conf∴ Maç∴ Portugu∴ apresentado em Sessão de 21 de Março de 1862 pelo R∴ I∴ Orad∴ Franklin*, Porto, Tipografia de Gutenberg, 5863, 15 páginas. Importante, porque faz o balanço das actividades em 1862 destacam-se seis filiações e doze iniciações, a criação de uma nova Oficina em Penafiel, a *Filha da União* nº 21, integrada também na Confederação Maçónica Portuguesa, cuja instalação decorreu em 15 de Novembro de 1862. Também contribuiu para a instalação em Braga da Loja *Civilização* nº 22. Era então Venerável o Irmão «Gama».


RELATORIO

DOS

PRINCIPAES ACTOS E TRABALHOS

DO

A.·. DA V.·. L.·. DE 5862

DA

R.·. L.·. UNIÃO N.° 11

AO

O.·. DA CONF.·. MAÇ.·. PORTUG.·.

APRESENTADO

EM SESSÃO DE 21 DE MARÇO DE 1862

PELO

R.·. I.·. ORAD.·. FRANKLIN

TYPOGRAPHIA DE GUTTENBERG

1863

1 Oliveira Marques situa a data de fundação entre 1849 e 1853, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, II Volume, Lisboa, Editorial Delta, 1986, coluna 1451; em obra posterior, indica os anos de 1851-1853 e a extinção em 1864-1864, *História da Maçonaria em Portugal*, Volume II, *Política e Maçonaria 1820 – 1869*, 1ª Parte, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 306.

2 *Constituição da Confed ∴ Maç∴ Portuguesa*, Em Lisboa, na Tip. do Gr∴ Or∴, A∴ da V∴ L∴ 5853, páginas 32 e 33.

3 *Constituição da Confed ∴ Maç∴ Portuguesa,* Em Lisboa, na Tip. do Gr∴ Or∴, A∴ da V∴ L∴ 5859, páginas 30 e 31.

4 Folheto impresso sem título, com 8 páginas, que começa «A Glória do Supremo Arquitecto do Universo». Página 8.

No mesmo ano foi publicado o *Discurso na L∴ União nº 11 do Vale do Porto ao Or∴ da Conf∴ Maç∴ Portugu∴ em Sessão Solene de 28 de Março de 1863 na inauguração dos retratos do M∴ S∴ e P∴ M∴* Pórcio, Howard e Euri*co, e da iniciação de três Prof∴ pelo I∴ Orad∴ Franklin*, Porto, Tipografia de Gutenberg, 5863, 15 páginas. É assinada por «Franklin», com o grau de Eleito Secreto.

No seu número 40, de 5 de Novembro de 1866, o periódico maçónico *A Expressão da Verdade* publica a notícia da morte de um dos membros da Loja *Liberdade*, do Porto, de nome simbólico «Radetzky» e da sessão magna em que se procedeu às suas exéquias, com a presença de cinco outras Oficinas portuenses, entre as quais a Loja *União* nº 11, representada pelo Irmão «Gutenberg», que ofereceu uma coroa de perpétuas[5].

Entretanto, invertendo décadas de divisões e dissidências, decorriam negociações tendentes à unificação das várias Obediências maçónicas portuguesas. Em 31 de Março de 1865 era redigido um documento com as bases para a junção da Confederação Maçónica Portuguesa, do Grande Oriente de Portugal e do Grande Oriente Lusitano. Este projeto não se concretizou, mas, com a eleição de José da Silva de Mendes Leal como Grão-Mestre da Confederação Maçónica, as diligências no sentido da união prosseguiram, desta vez sem a participação do Grande Oriente Lusitano, dirigido pelo conde de Paraty. A 4 de Maio de 1866 os representantes da CMP e do GOP elaboraram um novo esboço de estatutos gerais da Maçonaria Portuguesa que, por resolução da Grande Dieta Constituinte, formada por representantes das duas Obediências, foi adoptada como Constituição da nova Obediência - o Grande Oriente Português - resultante da fusão das duas anteriores. A Constituição foi jurada e sancionada a 16 de Abril de 1867. A este novo Oriente juntou-se também o Supremo Conselho do Grau 33º, conforme concordata assinada em 5 de Novembro de 1867. Na relação de Lojas do Grande Oriente Português não consta a Loja *União* do Porto. Com este nome apenas está registada a Loja *União* I, de Lisboa, que referimos anteriormente.

O que terá sucedido à Oficina portuense?

UMA LOJA INDEPENDENTE

Não existem fontes que nos permitam responder com rigor a essa questão, mas tudo indica que ela continuou a existir de forma autónoma, como ocorria nessa época com alguma frequência, com Oficinas sem vinculação a Obediências. Sabemos que a Loja esteve na origem da Sociedade União Portuense e que esta fundou, em 1880, a Escola nocturna Vasco da Gama. A data coincide com a da fundação, na Rua da Sovela, da Escola Académica, iniciativa do professor Manuel Francisco da Silva, que foi iniciado em 1886 na Loja *Liberdade* nº 164, e será um dos futuros instaladores da Loja *União* nº 180, em 1893. Como se sabe, a Escola Académica resultou da fusão do Instituto Minerva, do Instituto de S. Domingos e do Colégio de São Lázaro, transitando depois para a Quinta do Pinheiro. Em 1896, Juntou-se a Manuel Francisco da Silva, o professor António Domingues dos Santos, também membro da Loja *Liberdade*, então director do Colégio da Glória. A Escola Vasco da Gama continuou a existir sob a dependência da Loja *União*, como se comprova no *Anuário do Grande Oriente Lusitano Unido* para 1903[6].

Outra referência que corrobora a existência autónoma da Loja *União*, encontramo-la em Salamanca, no Arquivo Histórico Nacional. Em 17 de Outubro de 1891, era fundada no Porto a Loja *Ordem e Progresso*, que se regularizou no Grande Oriente Nacional de Espanha, com o nº 295. A situação não era invulgar. Recordemos que 85 Lojas espanholas integraram o quadro do GOLU, enquanto 22 Lojas portuguesas estiveram adstritas a Orientes espanhóis[7]. Na origem da Loja *Ordem e Progresso* estiveram vários Obreiros que abandonaram a Loja *Liberdade* nº 164, da mesma cidade, pertencente ao Grande Oriente Lusitano Unido. Desconhecemos as razões que levaram a essa dissidência, mas, entre os 47 membros identificados como tendo pertencido à *Ordem e Progresso*, pelo menos sete eram oriundos da Loja *Liberdade*: Gabriel Antunes de Carvalho, Alfredo Barbosa da Silva Melo, António da Costa Marques, Francisco da Cunha Pinto, José Guilherme Baptista Dias, António Henriques Morgado e João Rodrigues de Sá. Também existiu nessa época no Porto o Capítulo *Cavaleiros do Progresso*, com nove membros, que na prática era um Capítulo da Loja *Ordem e Progresso*. No seu relatório e contas desde a sua fundação até 31 de Dezembro

5 *A Expressão da Verdade*, nº 40, de 25 de Novembro de 1866, p. 458.

6 *Anuário do Grande Or∴ Lusitano Unido Supr∴ Cons∴ da Maç∴ Portuguesa 1903,* Lisboa, 1904, p. 9.

7 Veja-se Ignacio Chato Gonzalo, *Las Relaciones masónicas entre España y Portugal 1866 – 1932. Un estúdio de la Formación de los Nacionalismos español y português a través de la masonería*, Mérida, Junta de Extremadura, 1997; Fernando Catroga, «As Lojas Espanholas de Obediência do Grande Oriente Lusitano Unido», Separata do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Volume VII, 1985, pp. 89 a 110; João Alves Dias, «Estrutura social das últimas Lojas do GOLU em Espanha», in *La Masonería en la España del Siglo XX. II Symposium de Metodologia Aplicada a la Historia de la Masonería Española*, Valladolid, Junta de Castilla y Leon, 1987, Volume II, pp. 669 a 682.

de 1892, a Loja *Ordem e Progresso* refere ter mantido estreitas relações com o Loja *União*, utilizando o seu templo até possuir um próprio, e que foram membros daquele Oficina que embelezaram o local onde decorreu a sessão de instalação, em 22 de Janeiro de 1892[8]. Tal facto pressupõe, naturalmente, que a Loja *União* estava em actividade de forma independente...

Em 1893 surgem elementos mais concretos.

A LOJA *UNIÃO* Nº 180 DO GRANDE ORIENTE LUSITANO UNIDO: UMA PRESENÇA BREVE

Pelo decreto nº 23, de 6 de Abril de 1893 do Grande Oriente Lusitano Unido, assinado pelo Grão Mestre «Vergniaud» (visconde de Ouguela) era «admitida à instalação e regularização sob os auspícios do GOLU com o nº 180, a R∴L∴ *União*»[9]. Em Abril e Maio de 1893 foram instaladas três Oficinas no Porto, ligadas ao GOLU, acontecimento noticiado no seu *Boletim*[10]. A 24 de Abril, decorreu a instalação da Loja *Cooperação e Trabalho* nº 181, com 17 membros no seu quadro, «por desdobramento da Loja *Honra e Dever*». A 17 de Maio, foi a vez da Loja *Obreiros do Progresso* nº 182, com 25 membros, «por desdobramento da antiga e Muito Respeitável Loja *Independência*». Em ambos os casos, estamos perante Oficinas que se formaram a partir de outras já existentes. O que sucedeu com a Loja *União* foi diferente, não se alude a qualquer Loja de onde os seus membros fossem originários; para mais apresentava um nutrido quadro de 116 Irmãos! Mais ainda – muitos deles tinham o grau 7º em 1893[11]! Este facto indicia que eram oriundos do Rito Francês, sendo aquele grau o mais elevado – Soberano Príncipe Rosa Cruz – embora a Loja *União*, que tomava no GOLU o nº de ordem 180, fosse instalada no Rito Escocês Antigo e Aceito, tal como as outras duas Lojas. Note-se que, ainda durante o ano de 1893, foi instalada no Porto a Loja *Igualdade* nº 178.

A Loja *União*, do Porto, era a mais populosa do GOLU, com 112 Obreiros no final de 1893, seguida pela Loja *Liberdade* nº 66, do Funchal, com 58[12]. O peso da capital nortenha era visível: num total de 32 Lojas e 1022 Obreiros, 10 Oficinas situavam-se no Porto, reunindo 427 membros, enquanto as 16 Lojas de Lisboa tinham, no seu conjunto, 395.

Mas a presença da Loja no GOLU vai ser breve, muito breve mesmo. Na página respeitante à Loja *União* nº 180, do Livro de Registo de Lojas do GOLU, surge a seguinte nota nas observações: «em sessão de 4 de Outubro de 1894 resolveu abater colunas».[13]. O que terá ocorrido para uma permanência de apenas ano e meio no GOLU?

O GRANDE ORIENTE PORTUGUÊS – SUPREMO CONSELHO DA MAÇONARIA DO NORTE DE PORTUGAL.

O rescaldo da malograda revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891 revelou-se doloroso para a Maçonaria portuense. Contrariamente a uma ideia muito disseminada de que a Maçonaria apoiou e até inspirou aquele movimento revolucionário, a realidade é bem diferente. Existiam na cidade do Porto, à data

8 Ignacio Chato Gonzalo, op. cit., pp. 99 e 100. A documentação relativa à Loja *Ordem e Progresso* encontra-se no Arquivo de Salamanca.

9 *Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, nº 4, Abril de 1893 p. 56. Livro de registo de Lojas,

10 Idem, nº 5, Maio de 1893, pp. 79 e 80.

11 Os respectivos curricula maçónicos constam dos livros de matrícula do GOLU.

12 «Relatório e contas da gerência do Conselho da Ordem no ano de 1893», *Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, nº 1, Janeiro de 1893, pp. 2 a 12 e 22.

13 Arquivo do Grémio Lusitano, Livro I de Registo de Lojas, registo 180.

do 31 de Janeiro, quatro Lojas – *Honra e Dever* nº 167, *Independência* nº 166, *Independência Lusitana* nº 168 e *Liberdade* nº 164. O chefe civil da revolta, Alves da Veiga, era um destacado maçon, Venerável da Loja *Independência*, de que fora um dos fundadores em 1887. Mas, como Fernando de Sousa concluiu[14], as Lojas *Honra e Dever, Independência Lusitana* e *Liberdade* eram predominantemente monárquicas. Daquela última faziam parte destacados elementos do Partido Regenerador como José Diogo Arroio, Manuel Vaz de Miranda e Alfredo Guimarães, fundadores do *Jornal de Notícias*, órgão daquela formação política, e o Inspector Geral dos Incêndios Guilherme Gomes Fernandes. Dos 25 civis julgados pelo seu envolvimento no movimento revolucionário, para além de Alves da Veiga, apenas dois eram maçons: Aurélio da Paz dos Reis, iniciado em 9 de Março de 1889 na Loja *Honra e Dever*, e o actor Miguel Henriques Verdial, iniciado em 19 de Novembro de 1890, a escassos dois meses da revolta, na Loja *Independência*. João Chagas só viria a ingressar na Maçonaria em 1896. Dois outros maçons portuenses estiveram implicados, mas não foram presos: Adriano Pimenta, da Loja *Honra e Dever*, e António Pinto de Almeida, da Loja *Independência*. Outros maçons estiveram envolvidos nos preparativos, nomeadamente em Lisboa, como Elias Garcia, Feio Terenas, Tomás Cabreira e Higino de Sousa, mas não tiveram participação directa nos acontecimentos do Porto.

A posição oficial do GOLU foi de clara condenação da revolta, considerando-a contrária aos princípios da Ordem, censurando e sancionando os maçons que nela participaram. Alves da Veiga foi abatido do quadro em virtude dos acontecimentos de 31 de Janeiro de 1891, segundo comunicação de 12 de Agosto; Aurélio da Paz dos Reis foi objecto de suspensão dos seus direitos maçónicos por praticar «acções desonrosas», segundo comunicação de 14 de Novembro de 1891; Henrique Verdial foi abatido do quadro em 12 de Agosto de 1891. Estas sanções revelaram-se de curta duração. Alves da Veiga regressou ao quadro da Loja, em 21 de Outubro do mesmo ano e foi nomeado Venerável honorário em 14 de Janeiro de 1892; Paz dos Reis regressou ao quadro da Loja, em 21 de Outubro de 1891, na qual se conservou até a Loja ter abatido colunas, em Setembro de 1894, motivo pelo qual se empenhava na fundação da Loja *Ave Labor*, em 30 de Maio de 1895; Henrique Verdial também fez parte do quadro, em 21 de Outubro de 1891, até a Loja ter abatido colunas. O Grande Oriente Lusitano Unido continuava a ser, institucional e maioritariamente, uma Obediência respeitadora da ordem estabelecida e alheia às disputas político-partidárias. Existem, contudo, algumas limitações para fazer a história do GOLU nesta época. O seu *Boletim*, fonte indispensável para tal, dada a falta de documentos, publicou um único número em 1889, referente ao primeiro trimestre, e só voltou a sair em 1893. No entanto, os apontamentos de Fausto de Quadros, que foi Grande Secretário Geral da Ordem, permitem-nos saber que a condenação do movimento foi tomada nas reuniões do Conselho da Ordem de 3 e 6 de Fevereiro de 1891, e que a iniciativa partiu do então tenente-coronel Luís Augusto Ferreira de Castro – futuro Grão Mestre em 1900 e Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Grau 33º em 1914 – com a oposição de dois membros do Conselho da Ordem e o apoio dos restantes cinco[15]...

A posição oficial do GOLU foi de clara na condenação da revolta, considerando-a contrária aos princípios da Ordem

Apesar de predominarem nas Oficinas do Porto os elementos monárquicos, existia um sector republicano que manifestava um crescente descontentamento com o conservadorismo maçónico maioritário. O Dr. Adriano Augusto Pimenta («Büchner») – envolvido no 31 de Janeiro - abandonou a Loja *Honra e Dever*, acompanhado por 16 obreiros, e fundou a Loja *Cooperação e Trabalho* nº 181, instalada em 24 de Abril de 1893, tendo abatido colunas em 27 de Agosto de 1894. Esteve na origem de uma nova Obediência no Porto, onde se agregaram as seguintes Lojas que se separaram do GOLU: *Liberdade* nº 164, *Independência Lusitana* nº 168, *Honra e Dever* nº 167, Pátria nº 172, *União Latina* nº 173, *União* nº 180, *Cooperação e Trabalho* nº 181 e *Obreiros do Progresso* nº 182. Ainda ocorreu uma tentativa por parte do Conselho da Ordem do GOLU para evitar a dissidência, a cargo de um dos seus membros, o capitão-de-fragata José

14 Fernando de Sousa, «A Maçonaria do Porto e a Revolta Republicana de 1891», in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa. Homenagem ao professor Victor de Sá*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 391 a 409. A. H. e Oliveira Marques e João José Alves Dias, «Para a História da Maçonaria no Porto em Finais do Século XIX», in *Revista Portuguesa de História*, T. XXXVI (2002-2003), Volume II, pp. 275 a 282

15 Fausto de Quadros. *Breve Notícia Histórica*, Arquivo da Universidade de Coimbra.

Bento Ferreira de Almeida – futuro ministro da Marinha - mas este acabou por revelar que «a nenhum acordo puderam chegar devido ao assunto ser melindroso e o Conselho não o poder resolver»[16]. A Constituição e o Regulamento Geral do Grande Oriente Português[17] foram publicados a 24 de Setembro de 1895. Era dirigida, não por um Grão-Mestre mas pelo Presidente do Conselho da Ordem, que usava o nome simbólico de «Correia Teles». Cremos que se trata do Dr. Guilherme Guedes de Amorim Júnior, advogado, que usava aquele nome simbólico e fora um dos instaladores da Loja *União* nº 180, tendo então o grau 7º. O Grande Oriente Português praticava o Rito Escocês Antigo e Aceito, mas aceitava outros legalmente instituídos, existindo uma Grande Câmara dos Ritos, simultaneamente Supremo Conselho do Grau 33º, que deveria contemplar tantas secções quantos os ritos praticados. As Lojas podiam optar por qualquer rito e até praticá-los intermitentemente.

Esta Obediência desaparecia em 1895, ou no ano seguinte, tendo as Oficinas associadas reentrado no GOLU, por acção de três dos responsáveis pela cisão, António dos Santos Pousada, José Maria da Silva Dória e Manuel Forbes Bessa. Este processo de reunificação só ficou concluído em 1897 mas ainda demorou algum tempo a concretizar-se. O relatório do Conselho da Ordem respeitante àquele ano tece algumas considerações sobre a origem da dissidência e a forma como terminara: «por circunstâncias várias algumas Lojas do Porto se separaram do Grande Oriente fugindo à regularidade dos trabalhos influenciados pelo espírito conservador que durante muito tempo predominou no governo da Maçonaria portuguesa, e ainda devido a maquinações políticas retrógradas e da pior espécie. Este facto enfraqueceu a Maçonaria na região norte e por vezes e insistentemente se procurou remediar o male, sem resultado durante a regência do Conselho da Ordem transacto, mas felizmente conseguiu-se a volta desses nossos Irmãos à Obediência durante a nossa curta gerência. O Conselho enviou um dos seus membros ao Porto, ainda há poucos dias, e dele recebeu a grata nova de que regressava à obediência do Grande Oriente Lusitano Unido tudo quanto se podia aproveitar no meio do descalabro por que teve de passar e estava ainda passando a Maçonaria do Porto. As Lojas que tinham constituído o novo Oriente ao norte do país foram por aquele nosso Irmão encontradas em completa desorganização. Algumas delas tinham desaparecido por completo e andavam errantes e sem trabalhos os Irmãos que as compunham. Duas delas ainda se não tinham dissolvido, e essas, após aturado trabalho resolveram regressar à nossa Obediência. Uma delas é presidida pelo ilustre professor de uma escola superior o nosso irmão António dos Santos Pousada; outra tem por Venerável o grande capitalista Dr. Forbes Bessa, um dos ornamentos da democracia portuguesa. (...) Além destas esperamos que ainda se venham a organizar mais duas Lojas que se poderão constituir com antigos Maçons actualmente fora de trabalhos por terem abatido colunas as suas Oficinas que reconheciam o novo Oriente que se pretendeu formar além Mondego»[18].Também referia que em Vila Nova de Gaia existia uma Loja irregular, «também fora da Obediência influenciada por alguns vultos do Porto, resolveu por unanimidade» pedir a sua carta patente. Essa Oficina é uma das melhor organizadas e que dispõe de mais sólida influência na localidade. A ela preside o dr. Macedo, subdelegado de saúde naquela vila»[19]. Trata-se do Dr. Artur Ferreira de Macedo, que pertencera à Loja *União* nº 180.

Sobre a Loja *União* nada consta. No Livro de Registo de Lojas do GOLU surge a nota de que aquela Oficina «em sessão de 4 de Outubro de 1894 resolveu abater colunas». Nos registos de todos os seus membros encontramos a observação: «abateu colunas em 4 de Setembro de 1894». Parece assim que, pouco tempo depois da constituição do Grande Oriente Português, a Loja *União* decidira abater colunas.

No Relatório do Conselho da Ordem referente ao ano de 1898, surge a notícia da instalação no Porto das Lojas *Aurora da Liberdade* nº 203, e da Loja *Obreiros do Progresso*, uma das dissidentes em 1894[20]. No entanto, como esta última foi considerada como tendo abatido colunas em 28 de Agosto de 1894, procedeu-se a uma nova instalação, em 13 de Abril de 1898, com um novo número de ordem. O anterior era o nº 182 e o novo o nº 205. Esta era uma prática corrente: quando uma Loja abatia colunas ou era irradiada, caso pretendesse voltar à actividade, perdia o número de ordem original e recebia outro, actualizado, se bem que houve casos de recuperação do número de ordem antigo. As Lojas *Aurora da Liberdade* e *Obreiros do Progresso* fundiram-se em 6 de Fevereiro de 1900, dando origem à Loja *Liberdade e*

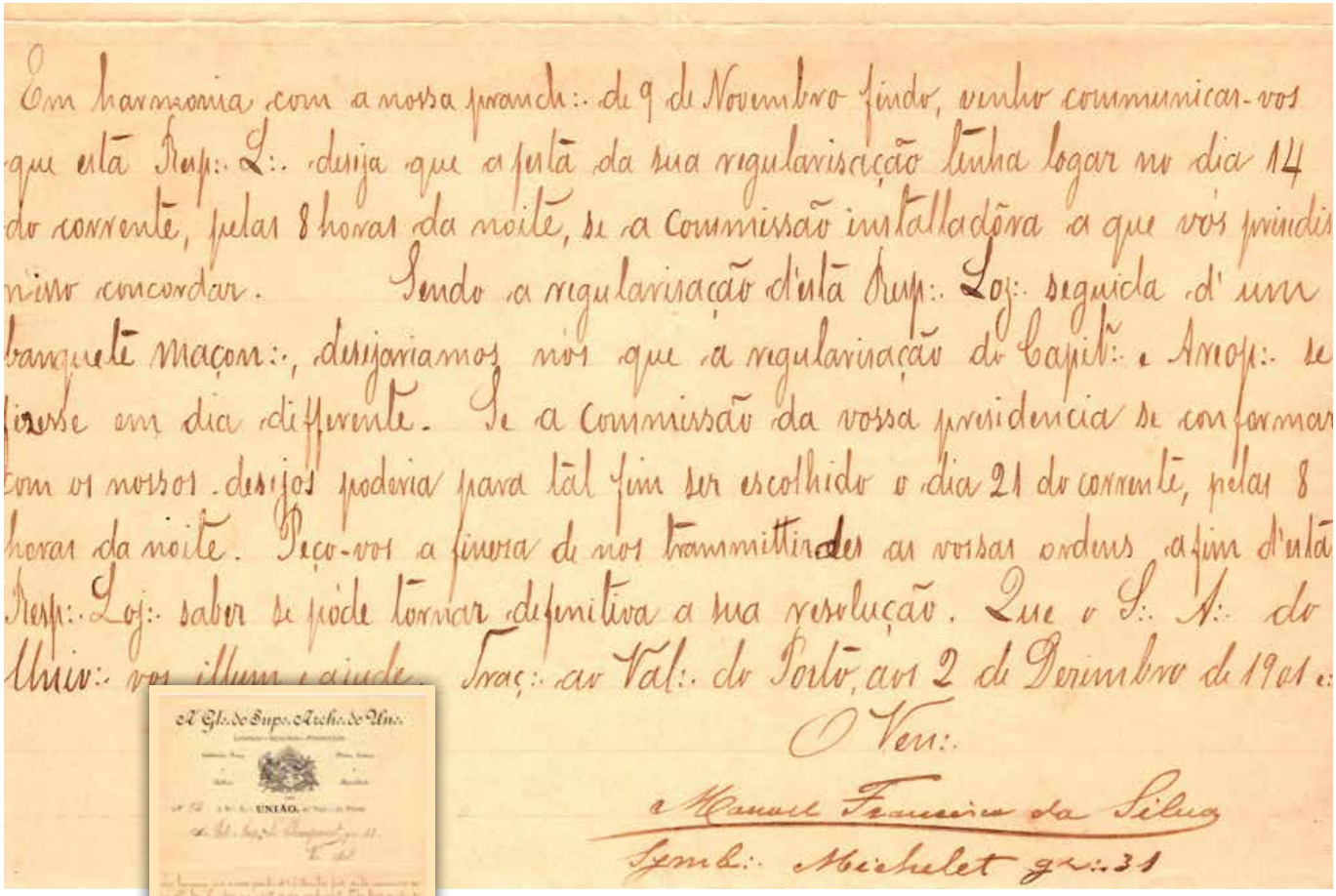
16 *Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, nº 2, Fevereiro de 1894. Página 45.

17 *Constituição e Regulamento Geral do Grande Oriente Português, Supremo Conselho da Maçonaria ao Norte de Portugal*, Porto, Tipografia Pereira, 1895, 260 p..

18 *Relatório do Cons∴ da Ord∴*, documento impresso com 10 páginas, sem data nem local de impressão, p. 2.. Está datado de 25 de Fevereiro de 1898.

19 Idem, Ibidem.

20 *Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, Janeiro de 1899. Página 10.



Em harmonia com a nossa prancha de 9 de Novembro findo, venho communicar-vos que esta Resp.: L.: deseja que a festa da sua regularisação tenha logar no dia 14 do corrente, pelas 8 horas da noite, se a Commissão installadora a que vós presidis nisso concordar. Sendo a regularisação desta Resp.: Loj.: seguida d'um banquete Maçon.:, desejariamos nós que a regularisação do Capit.: e Areop.: se fizesse em dia differente. Se a Commissão da vossa presidencia se conformar com os nossos desejos poderia para tal fim ser escolhido o dia 21 do corrente, pelas 8 horas da noite. Peço-vos a fineza de nos transmittirdes as vossas ordens afim d'esta Resp.: Loj.: saber se pode tornar definitiva a sua resolução. Que o G.: A.: do Univ.: vos illumine e ajude. Fraç.: ao Val.: do Porto, aos 2 de Dezembro de 1901.:

O Ven.:

a) Manuel Ferreira da Silva

Symb.: Michelet gr.: 31

Progresso, ficando com o número 203, correspondente à mais antiga das duas. Quanto à Loja de Vila Nova de Gaia, a *Fraternidade Universal* nº 205, foi instalada em 9 de Maio de 1898. Entre os instaladores estavam Artur Ferreira de Macedo, Custódio José Martins e Marciano Azuaga, todos oriundos da Loja *União*. Isto significa que, se a Loja continuou em actividade, como cremos, mais uma vez de forma independente, alguns dos seus membros optaram por seguir outro caminho.

Mas as diligências para o seu regresso ao seio do Grande Oriente Lusitano Unido prosseguiam. O *Boletim* deixou de se publicar em 1899 e só retomará a edição em Novembro de 1906. Mas na acta da reunião do Conselho da Ordem de 11 de Setembro de 1901, pode ler-se: «em seguida foi aprovado o quadro de Obreiros da Respeitável Loja União, a fim de poder seguir para as Câmaras Rituais e ser por elas aprovado na parte que a cada uma diga respeito»[21].

A Loja *União* ia regressar ao Grande Oriente Lusitano Unido.

A REGULARIZAÇÃO NO GRANDE ORIENTE LUSITANO UNIDO (1901)

Em 1901 o Conselho da Ordem promoveu a instalação ou regularização de diversas Lojas: *Perseverança*, *Pátria* e *Soberania Académica*, todas de Coimbra, e *União*, do Porto. A admissão desta última foi aprovada pelo decreto nº 24, de 24 de Outubro, com carta patente de 21 do mesmo mês, mas a instalação efectiva só ocorreu mais tarde, a 14 de Dezembro, segundo a carta abaixo reproduzida, dirigida a Santos Pousada («Championet»), pelo Venerável da Loja *União*, Manuel Ferreira da Silva («Michelet»). O papel timbrado utilizado pela Loja é muito interessante, sem qualquer alusão pertença a Obediências e ostenta o ano de 1850, como de fundação da Oficina. É possível que estivesse em uso antes do ingresso da Loja no Grande Oriente Português. Por outro lado, a carta classifica o acto como uma «regularização», e por ela sabemos que também iam ser regularizados o Capítulo e o Areópago. A Loja tinha, por conseguinte, uma vida muito activa, mesmo alheia a Obediências, possuindo ainda estruturas de altos graus...

Recebeu então, no GOLU, um novo número de ordem, o 218.

21 Actas do Conselho da Ordem,. folha 32 verso. Arquivo da Universidade de Coimbra, Espólio Fausto de Quadros.

A inexistência do *Boletim* do GOLU até 1906 priva-nos de informações mais detalhadas, mas este silêncio será quebrado em 1903, com ao aparecimento do primeiro *Anuário*. Existe ainda o relatório do Conselho da Ordem correspondendo ao ano de 1902, com uma breve referência à Loja *União*, indicando o número dos membros, 108, o que a convertia mais uma vez na maior Oficina do GOLU, seguida pela Loja *Liberdade* nº 197, de Lisboa, com 101[22].

Até 1910, o Venerável foi sempre o Dr. Manuel Francisco da Silva, que em 1908 passou a membro honorário do Supremo Conselho do Grau 33º. A Loja ostentava os títulos de «capitular e areopagita», isto é, tinha um Capítulo de Príncipes Rosa Cruz, cujo *Arthisarta* era também Manuel Francisco da Silva, e um Areópago de Cavaleiros Kadosh (grau 30º), dirigido pelo comerciante Francisco Napoleão da Mata, que fora iniciado em 1876 na Loja *União Independente* nº 5, de Lisboa, e passara em 1888 para a Loja *Pátria e Família* nº 167, do Porto.

Segundo os *Anuários* do GOLU, a evolução dos seus efectivos foi a seguinte, com números sempre referentes a 31 de Dezembro de cada ano:

Ano	Número de Obreiros
1903	117
1904	133
1905	130
1906	137

Nos dias 28 e 29 de Junho de 1903, reuniu em Coimbra mais uma conferência maçónica, com a participação de diversas Oficinas, entre as quais a Loja *União*, que apresentou a tese intitulada «Instrução do Povo», com os seguintes tópicos:

«A lei de 2 de Maio de 1878, que esteve em execução, determinava que a instrução primária elementar fosse obrigatória dos 6 aos 12 anos para todas as crianças dos dois sexos.

Outras leis subsequentes mantêm o mesmo princípio; mas sob a influência ultramontana essas leis, mesmo com restrições, nunca foram cumpridas.

Em Portugal não existe de facto, a instrução primária gratuita e obrigatória, base imprescindível dos aperfeiçoamentos intelectuais e educativos do nosso povo.

Não seria conveniente uma vigorosa e tenaz propaganda a favor de uma tal conquista, a começar por uma reclamação popular ao parlamento em tal sentido?

Em que termos deverá ser redigida essa reclamação?

Conviria fixar, desde já, os princípios fundamentais que devem servir de base à instrução e á educação do povo?

Deveremos, desde já, reclamar a instrução obrigatória, neutral e gratuita?

Como se deverá organizar o ensino primário?

Deverá ser atribuição dos municípios?

Deverá ser atribuição do Estado?

Convirá recorrer a um sistema misto?

A quem devem incumbir as despesas com as escolas primárias?

A que fontes de receita deverão ser pedidas?»[23].

Em 1903, a Loja contribuiu com 11$000 réis para as vítimas da fome em Cabo Verde, no âmbito da recolha de fundos, promovida pelo GOLU. As relações entre a Loja e a Obediência pareciam decorrer com normalidade, mas o facto de o Boletim Oficial só retomar a publicação em Novembro de 1906 constitui uma dificuldade na obtenção de informações. Mesmo depois, limita-se quase só a matérias administrativas e de cariz legislativo. A 31 de Maio de 1907, era concedida à Loja *União* a prerrogativa de recuperar o seu primitivo número de ordem, o 180[24], passando a exibi-lo a seguir ao nome distintivo. Desconhecemos se a partir de então começou a haver atritos no relacionamento institucional entre a Loja e a Obediência, mas parece ter ocorrido um certo esfriamento que talvez se devesse a questões políticas. Um comentário surgido no *Anuário do Supremo Conselho* para 1910-1911 parece comprovar esta ideia. A fundação da Loja *Progredior* nº 272, na capital nortenha, era justificada pela «situação em que se encontrava a Maçonaria do Vale do Porto em 1906. Nesta época existiam neste Vale as Lojas *Luz do Norte* e *Liberdade e Progresso*, ambas liberais e democráticas, e a Loja

22 *Relatório do Conselho da Ordem ano civil de 1902*, exemplar copiografado, p. 9. Arquivo do Grémio Lusitano.

23 *Anuário do Grande Or∴ Lusitano Unido Supr∴ Cons∴ da Maç∴ Portuguesa 1903,* Lisboa, 1904, p. 29.

24 *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, Maio de 1907, p. 23.

União, conservadora e reacionária, que mais tarde se tornou irregular»[25].

A Loja ainda consta da relação das Oficinas do REAA no *Anuário do Supremo Conselho do Grau 33º* para 1908[26], mas, no *Anuário* para o ano seguinte, surge como estando adormecida[27].

O GOLU, pelo decreto nº 31 de 16 de Junho de 1910, considerou-a irregular[28]. No registo respectivo surge, a lápis, a observação de que «abateu colunas em 30 de Março de 1910», mas com um traço por cima.

O que se passou de facto? Terá abatido colunas? Nada disso. Retomando uma prática antiga e persistente, a Loja *União* passou, mais uma vez, a trabalhar de forma independente. Mas não ficou por aí como veremos.

Em 1912 surge uma referência à Loja *União* na acta da reunião de 5 de Fevereiro do Conselho da Ordem. Os extractos das reuniões publicados no *Boletim* omitem, naturalmente, as questões mais sensíveis abordadas nessa e noutras reuniões, pelo que temos que recorrer aos livros de actas originais.

A acta da reunião do Conselho da Ordem de 15 de Fevereiro de 1912 alude a uma posição tomada pelas Lojas do Porto, alertando o mesmo Conselho para a necessidade de ser cumprido cabalmente o regulamento do GOLU «para o possível caso do pedido de regularização da Loja *União*»[29]. Isto significa que, nesse momento, existia a possibilidade de um regresso da Loja ao seio do GOLU. Mas a verdade é que, até Maio, nada mais conta sobre tal matéria nas reuniões do Conselho da Ordem. Na reunião de 28 daquele mês, foi apresentada uma proposta do «Irmão Rodrigues de Freitas», datada de 8 de Maio, referente à Loja *União*. Trata-se do nome simbólico de Cristóvão Lopes da Gama, negociante, que fora iniciado em 1898 na Loja *Aurora da Liberdade* nº 203, do Porto, passando em 1900 para a Loja *Liberdade e Progresso*. Nessa época fazia parte da Loja *União,* exercendo as funções de secretário. A proposta não era de regularização no GOLU mas da criação de uma nova Obediência no Porto, resultante do desdobramento da Loja *União* em cinco Lojas simbólicas, com um capítulo e um areópago, tudo sob a designação de Grande Loja *União* do Porto – Supremo Conselho da Maçonaria do Norte de Portugal. A mesma proposta detalhava o seu futuro funcionamento, com um Conselho da Ordem provisório e respectiva composição, ficando este com poderes «para integrar a Grande Loja na Maçonaria Universal, trocando credenciais com as potências maçónicas estrangeiras e com o Grande Oriente Lusitano Unido», continuando «a sua existência legal na sociedade civil portuguesa com o nome de Sociedade União Portuense»[30]. Afinal, o objectivo não era a regularização, mas sim a sua autonomia plena sob a forma de uma Grande Loja, para o que pretendia o reconhecimento do GOLU! As reacções do Conselho da Ordem não se fizeram esperar, sendo decidido informar com urgência as Lojas e as Obediências estrangeiras e enviar ao Porto o Grão-Mestre Magalhães Lima, acompanhado pelo Dr. Francisco José Fernandes Costa, «com absoluto sigilo», para contactar as Lojas portuenses, «fazendo em qualquer delas, se o julgar conveniente, uma conferência na qual se trate principalmente de apertar quanto possível os laços de fraternidade entre essas Lojas e o Conselho da Ordem, frisando ainda a circunstância da formação, em projecto, segundo ao que consta, de um Oriente irregular no norte de Portugal»[31]. Na reunião do Conselho da Ordem de 24 de Junho, Manuel Sousa da Câmara «falou da Loja irregular *União* ao vale do Porto, lembrando a conveniência de voltar a insistir com o Sapientíssimo Grão-Mestre para se ir fazer a visita às Oficinas do Vale do Porto, achando preferível que isso se faça logo que feche o parlamento»[32].

Magalhães Lima teve de se deslocar ao estrangeiro, delegando os poderes, em 12 de Agosto de 1912, no Grão Mestre Adjunto José de Castro, e Fernandes Costa passou a integrar o governo como ministro da Marinha, o que provocou o adiamento da ida ao Porto, que só ocorreu mais tarde, no âmbito de uma homenagem a Santos Pousada, falecido em 28 daquele mês. Na reunião do Conselho da Ordem de 7 de Outubro de 1912, o tema da Loja *União* foi o mais abordado. Januário de Almeida «trata largamente da

25 *Sup∴ Cons∴ dos GGr∴ IInspect∴ GGer∴ do Gr∴ 33∴ do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e suas Colónias. Anuário dos seus Trabalhos 1910 e 1911*, Lisboa, Tipografia Leiria, 1912, p. 149

26 *Sup∴ Cons∴ dos GGr∴ IInspect∴ GGer∴ do Gr∴ 33∴ do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e suas Colónias. Memória sobre a sua Origem, Organização e Trabalhos 1908*, Lisboa, Grémio Lusitano, 1909, p. 100.

27 *Sup∴ Cons∴ dos GGr∴ IInspect∴ GGer∴ do Gr∴ 33∴ do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e suas Colónias. Memórias dos seus Trabalhos 1909*, Lisboa, Grémio Lusitano, 1909, p. 22.

28 *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, Janeiro-Agosto de 1910, p. 10.

29 Arquivo do Grémio Lusitano, Actas do Conselho da Ordem, Livro 1º, página 22.

30 Arquivo do Grémio Lusitano, Actas do Conselho da Ordem, Livro 1º, páginas 132 e 133.

31 Idem, Ibidem, p. 136.

32 Idem, Ibidem, p. 147.

pretensão da Loja irregular *União* ao vale do Porto em se constituir em Grande Oriente para o norte de Portugal, lê vários documentos, impressos e brochuras enviados por aquela Loja irregular pelas quais se depreende ser já um facto consumado a constituição de um Grande Oriente irregular no Porto». Aquele membro do Conselho da Ordem tomou uma posição conciliadora, sugerindo que se esse novo Oriente adoptasse «outro rito que não o escocês talvez se pudessem manter relações com eles»[33]. Esta hipótese era no mínimo estranha porque o GOLU reunia, nessa época, Lojas dos Ritos Escocês Antigo e Aceito, Francês, Simbólico e de York. As reacções dos outros membros do Conselho da Ordem foram liminares. João Carlos Alberto da Costa Gomes vaticinava que «embora esse Grande Oriente irregular se funde a sua duração há-de ser efémera e fosse qual fosse o rito que eles adoptassem nunca deveríamos ter relações com eles quanto mais reconhecê-los». António Luís Ribeiro Júnior discordou também da opinião de Januário de Almeida, o mesmo sucedendo com António de Andrade, que defendeu que «devemos apertar tanto quanto possível as nossas relações com as Lojas do Porto e norte do país e contrque seriaariar por todos os meios ao nosso alcance a acção maçónica da Loja *União*». José Bernardo Ferreira sugeriu que a Loja *União* fosse «irradiada do círculo do Grande Oriente». O Grão Mestre Adjunto José de Castro recomendou prudência, e que se informassem os Grande Orientes estrangeiros da situação, podendo a proposta de irradiação ser estudada com base em dois fundamentos: a vida irregular da Loja durante nove anos e a manifestação de rebeldia. Esta referência não deixa de ser curiosa. Se a Loja *União* estava irregular há nove anos, essa situação remontava a 1903... Ora, em 1907, o GOLU atribuiu-lhe o seu número de ordem primitivo, o que era uma distinção, e a declaração de irregularidade só foi expressa em 1910... Januário de Almeida ainda sugeriu que se oficiasse particularmente a Loja *União*, demonstrando-lhe que enveredava por um caminho errado... A sessão foi suspensa e retomada no dia seguinte. Quanto à proposta de irradiação, foi considerado que seria ineficaz pelo facto de a Loja se encontrar fora do GOLU há muito tempo. José Coelho de Oliveira Figueiredo sugeriu que se avisassem os Orientes estrangeiros das pretensões da Loja *União* em ser reconhecida, mas só depois de serem informadas as Lojas do Porto. No final da reunião foram tomadas as seguintes decisões:

«1. Significar à Loja irregular *União* ao Vale do Porto por modo indirecto que o Conselho da Ordem não pode corresponder-se com Lojas irregulares senão depois da entrada do processo para a regularização.

2. Pranchear às Lojas do Porto expondo as circunstâncias em que nos encontramos com a Loja irregular *União*.

3. Em prancha confidencial aos Veneráveis das Lojas do Porto pedir informações sobre a Loja irregular *União* e seus adeptos e diligências que empregam para a sua expansão.

4. Enviar aos Veneráveis um questionário nas seguintes bases:

- Saber se eles seguem qualquer orientação política partidária.

- Saber os trabalhos que tenham feito para atrair Irmãos regulares para a Loja e se o tem conseguido.

- Saber qual o seu valor numérico, moral e intelectual»[34].

A 6 de Novembro decorreu no Porto uma sessão fúnebre em homenagem a Santos Pousada, promovida pelas Lojas da cidade, na qual participaram o Grão-Mestre Adjunto José de Castro e os membros do Conselho da Ordem Manuel de Sousa da Câmara, Oliveira Figueiredo e Costa Gomes. Finda a sessão, decorreu uma reunião com os Veneráveis de todas as Lojas da cidade. Na sessão de dia 11 do Conselho da Ordem, dava-se conta do ocorrido: «abordada a questão da Loja irregular *União*, foi este assunto largamente discutido e ponderado sendo os Veneráveis unânimes em afirmar que não acetariam a regularização em massa daquele Loja irregular nem o seu reconhecimento e que em nada perturbaria a acção maçónica nas Lojas do Porto o Oriente irregular em que a Loja *União* pretende transformar-se, pois poderiam afirmar que a sua vida seria efémera e ainda mais efémera se o Conselho da Ordem permitisse que as Lojas do Porto aceitassem à regularização nos seus quadros os elementos bons que queiram vir para a Obediência e em casos especiais lhes reconhecessem os graus de Companheiro e de Mestre»[35]. Nesse mesmo dia 11 de Novembro, foi emitida uma circular do Conselho da Ordem dirigida a todas as Lojas da Obediência, informando que o GOLU se alheava de toda a Maçonaria irregular não podendo nem devendo manter com ela quaisquer relações: «Urge efecti-

33 Idem, Livro nº 2, página 2.

34 Idem, Ibidem, páginas 3 e 4.

35 Idem, Ibidem, pp. 12 e 13.

var este princípio assente em todo o Universo, e para esse efeito vos comunicamos que no Vale do Porto se estabeleceu um Oriente composto pela Loja *União*, que sem proceder a sindicâncias está admitindo nas suas fileiras, a esmo, todos os que, enganados, supondo tratar-se de uma Loja regular, para ali desejam entrar. Industriam-nos porém nos nossos Augustos Mistérios (sinais, toques e palavras) e assim os habilitam a poderem dizer-se maçons regulares e até, o que é pior, a penetrarem nos nossos templos».[36]

Tudo estava já consumado. A Loja *União* consumou o projecto de criação de uma Obediência no Porto.

O SUPREMO CONSELHO DA MAÇONARIA AO NORTE DE PORTUGAL

A Loja *União* transformou-se numa Obediência, com o nome de Grande Loja *União*, Supremo Conselho da Maçonaria ao Norte de Portugal. A decisão fora tomada em 15 de Maio de 1912 e oficializada por um decreto de 18 de Setembro, assinado pelo Presidente do Conselho da Ordem, o advogado Bernardo de Almeida Lucas e pelo Secretário-geral, Cristóvão Lopes da Gama. A acusação de reaccionarismo, que atrás referimos, formulada em 1909 no *Anuário* do Supremo Conselho, não deixa de ser curiosa, porque Bernardo Lucas era republicano desde os tempos de estudante em Coimbra, defendeu João Chagas no processo do 31 de Janeiro, e será eleito deputado nas listas do Partido Republicano Português (Democrático) em 1913 e 1915; em 1919 procedeu à sindicância dos funcionários da Universidade do Porto acusados de terem apoiado a revolta monárquica desse ano... Bernardo Lucas foi iniciado em 17 de Agosto de 1893 na Loja *Independência Lusitana* nº 168, do Porto, com o nome simbólico de «Coelho da Rocha».

A sede da Grande Loja *União* continuava a ser o nº 131 da Rua das Taipas no Porto, onde funcionava a Sociedade União Portuense. Desdobrou-se em cinco secções, cada uma delas correspondendo a uma Loja diferente, com números distintivos de um a cinco, um Soberano Consistório Capitular «Luz e Ciência» e um Areópago «Fraternidade». Não havia grão-mestre, cabendo a direcção da Obediência a um Conselho da Ordem constituída, em 1912, por Bernardo Lucas (Presidente), Eduardo de Lima Lobo, Eurico Lima de Magalhães, António Simões Pina, Luís António Monteiro, Humberto da Costa Araújo e Cristóvão da Gama[37].

Bernardo Lucas

36 Circular nº 24, de 11 de Novembro de 1912, *Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da maçonaria Portuguesa*, nº de Novembro de 1912, pp. 505 e 506.

37 *Grande Loja União ao Oriente do Porto*, folheto datado de 1912, sem indicação da tipografia e do local de impressão.

Vejamos a estrutura da Obediência em 1912:

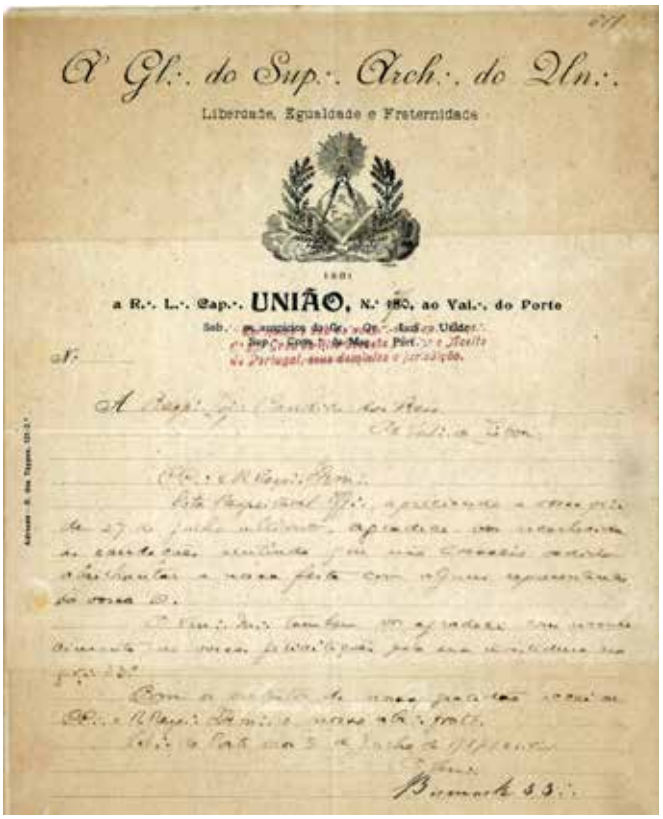
Secção	Localidade	Nº de membros	Venerável
Soberano Capítulo «Luz e Ciência»		44	
Areópago «Fraternidade»		21	
Secção nº 1	Cedofeita, Paranhos e Ramalde	45	Bernardo de Almeida Lucas
Secção nº 2	Santo Ildefonso, Aldoar e Foz	50	Cristóvão Lopes da Gama
Secção nº 3	Bomfim, Campanhã e São Nicolau	37	Eduardo de Lima Lobo
Secção nº 4	Sé, Miragaia e Lordelo	33	António de Simões Pina
Secção nº 5	Vitória, Massarelos e Nevogilde	32	Eurico Lima de Magalhães

O número total de membros era de 197, uma vez que os que integravam o capítulo e o areópago também faziam parte das Lojas simbólicas.

NO SUPREMO CONSELHO DO GENERAL FERREIRA DE CASTRO - GRÉMIO LUSO ESCOCÊS

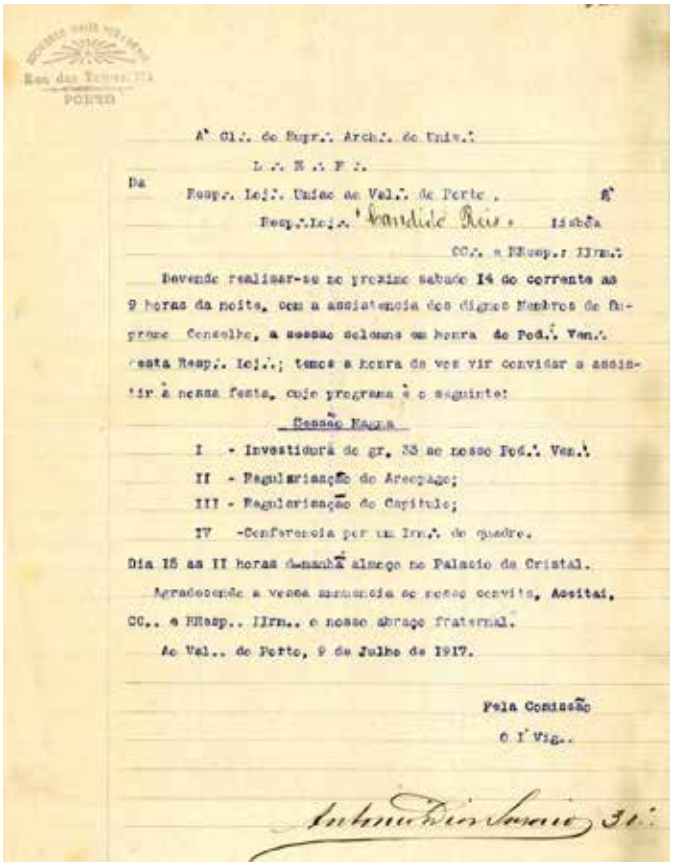
Com cerca de duas centenas de maçons, a Grande Loja *União* manteve-se independente durante três anos, desconhecendo-se a sua vida nesse período. Entretanto, em 1914, ocorria no GOLU uma importante cisão. Discordando do teor da nova Constituição, que acusava de não respeitar as prerrogativas e a autonomia do Rito Escocês Antigo e Aceito, o Supremo Conselho dos Grandes Inspectores Gerais do Grau 33º do REAA proclamou a sua autonomia, rompendo com o GOLU e recomendando às Lojas e Triângulos do mesmo rito que o imitassem, o que sucedeu com a maior parte das Oficinas do Rito Escocês. Surgia assim uma nova Obediência mono-ritual, uma Grande Loja, que fundou como associação profana o Grémio Luso Escocês.

Sem que conheçamos as razões que motivaram tal decisão, a Loja *União* solicitou, em 28 de Janeiro de 1916, a sua regularização no dissidente Supremo Conselho do Grau 33º (Grémio Luso-escocês), cujo Soberano Grande Comendador era o general Ferreira de Castro, recebendo o número de ordem 29. A Loja *União* contava, em Março de 1916, com 116 Obreiros, o que revela um decréscimo de oito dezenas de membros quando comparados com o quadro de 1912[38]. Foi regularizada apenas uma Loja, e não as cinco em que se tinha desdobrado. Curiosamente, continuou a usar o papel timbrado que utilizava quando estava no GOLU, com um carimbo que actualizava a ligação ao Supremo Conselho dissidente. Uma nota curiosa; enquanto no papel timbrado de 1901 a data de fundação da Loja era 1851, neste surge o ano de 1850...


A Gl.·. do Sup.·. Arch.·. do Un.·.
Liberdade, Egualdade e Fraternidade
a R.·. L.·. Cap.·. UNIÃO, N.· 180, ao Val.·. do Porto

38 *Supremo Conselho do 33º Grau do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e seus Domínios e Jurisdição. Comissão Central*, Lisboa, Tip. Comércio e Indústria, 1916, p. 4.

Outra curiosidade era a utilização do papel timbrado da Sociedade União Portuense para assuntos da Loja, o que revela uma simbiose total entre as duas organizações.



Rua das Terras, 171
PORTO

A' Gl.·. do Supr.·. Arch.·. do Univ.·.
L.·. N.·. F.·.
Da
Resp.·. Loj.·. Uniao ao Val.·. do Porto, A'
Resp.·.Loj.·. Candido Reis, Lisboa
CC.·. e RResp.·. IIrm.·.

Devendo realisar-se no proximo sabado 14 do corrente as 9 horas da noite, com a assistencia dos dignos Membros do Supremo Conselho, a sessão solemne em honra do Pod.·. Ven.·. desta Resp.·. Loj.·.; temos a honra de vos vir convidar a assistir à nossa festa, cujo programa é o seguinte:

Sessão Magna

I - Investidura do gr. 33 ao nosso Pod.·. Ven.·.
II - Regularisação do Areopago;
III - Regularisação do Capitulo;
IV - Conferencia por um Irm.·. do quadro.

Dia 15 as 11 horas da manhã almoço no Palacio de Cristal.

Agradecendo a vossa annuencia ao nosso convite, Aceitai, CC.. e RResp.. IIrm.. o nosso abraço fraternal.

Ao Val.. do Porto, 9 de Julho de 1917.

Pela Comissão
O I.º Vig..

Antonio Dias Sarraio 31.·.

Pouco se sabe sobre o que ocorreu nos dez anos de permanência da Loja *União* nesta Obediência, dado que se desconhece o paradeiro do seu arquivo, apenas podemos contar com as informações contidas nos anuários e nos relatórios da Comissão Central do Supremo Conselho dissidente.

Em Janeiro de 1916, decorreu no Porto a comemoração do aniversário da malograda revolta de 31 de Janeiro de 1891, tendo-se ali deslocado o Presidente da República Bernardino Machado, membro honorário do dissidente Supremo Conselho. No dia 30, teve lugar um almoço no Hotel Batalha, onde compareceram muitos membros das Loja do Porto afectas àquela Obediências, «avultando os da Loja *União*»[39]. Pelo decreto nº 39, de 14 de Julho de 1917, era autorizada a instalação do seu Areópago. Nessa mesma data, o general Ferreira de Castro e outros membros do Supremo Conselho deslocaram-se ao Porto, «não só para procederem à investidura no grau 33º do Irmão António Augusto da Silva, Venerável da Respeitável Loja *União*, mas também para assistir à festa da instalação do Capítulo e do Areópago da referida Loja»[40].

António Augusto da Silva («Bismark») era também Arthisarta do Capitulo e Presidente do Areópago, acumulando os cargos pelo menos até 1923.

Em Dezembro de 1916, o número de membros da Loja ascendia a 122[41], subindo para 137 em Junho de 1917, o que a convertia na segunda Oficina mais populosa daquela Obediência, só ultrapassada pela Loja *Liberdade*, de Lisboa, que apresentava um quadro com 174 Obreiros42. Em 31 de Dezembro de 1917, a Loja *União* contabilizava 138 membros.

Após o primeiro atentado contra Sidónio, em 6 de Dezembro de 1918, grupos de militares e civis assaltaram a sede do Grémio Lusitano, na noite de 8 para 9. Também foram assaltadas as sedes da Associação *Pró Pátria*, na Calçada do Sacramento e das Lojas *Montanha*, em Lisboa e *Luz e Vigor*, em Mafra. O mesmo sucedeu no Porto às Lojas *Luz e Vida, Luz do Norte e União*, «tendo o assalto e devastação desta última Oficina sido realizado em duas noites e sempre impunemente, como aliás todos os outros crimes»[43].

Os *Anuários* referentes a 1918-1820[44] e a 1921-1923[45] não revelam o número de membros das Lojas.

39 Idem, p. 63.

40 Idem, Ibidem.

41 *Supremo Conselho do 33º Grau do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e seus Domínios e Jurisdição. Comissão Central*, Lisboa, Tip. Comércio e Indústria, 1917, p. 7.

42 *Rito Escocês Antigo e Aceito. Supremo Conselho do Gr∴ 33∴ para a Jurisdição de Portugal e suas Colónias. Memória dos seus Trabalhos no Biénio 1916 – 1917*, Lisboa, pp. 13 e 106.

43 *Supremo Conselho do 33º Grau do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e seus Domínios e Jurisdição. Comissão Central*, Lisboa, Tip. Comércio e Indústria, 1919, p. 3

44 *Rito Escocês Antigo e Aceito. Supremo Conselho do Gr∴ 33∴ para a Jurisdição de Portugal e suas Colónias. Memória dos seus Trabalhos no Biénio 1918 – 1920*, Lisboa, Tipografia La Bécarre, 1921.

45 *Rito Escocês Antigo e Aceito. Supremo Conselho do Gr∴ 33∴ para a Jurisdição de Portugal e suas Colónias. Memória dos seus Trabalhos no Biénio 1918 – 1920*, Lisboa, s.l., sd.

O REGRESSO AO GOLU

Após a cisão de 1914, ocorreram conversações entre o GOLU e o Supremo Conselho do general Ferreira de Castro que visavam a reunificação da família maçónica portuguesa. Foi um processo longo e matizado, que durou vários anos, com interrupções, avanços e recuos. Em 1923, o Supremo Conselho dissidente contava com 22 Lojas. Algumas tinham abandonado o GOLU em 1914 ou nos anos seguintes. Outras foram fundadas de raiz. Outras ainda resultaram de cisões em Lojas do GOLU, o que originou a existência de Lojas com mesmo nome distintivo em ambas as Obediências. O acordo foi finalmente assinado em 8 de Março de 1926. No dia seguinte, era publicado o decreto nº 16, do GOLU[46], admitindo na Obediência as seguintes Lojas que pertenciam ao Grémio Luso-Escocês, com os respectivos números que lhes cabiam:

Elias Garcia II nº 419 - Lisboa

Luís de Camões nº 195 - Lisboa

Livre Exame nº 200 - Lisboa

Liberdade e Progresso II nº 420 - Lisboa

Cruzeiro do Sul nº 211 – Lourenço Marques

Luz do Norte II nº 421- Porto

Primeiro de Janeiro nº 235 – Lourenço Marques

Progredior nº 272 – Porto

Victória nº 230 – Porto

Civismo nº 358 – Lisboa

Cândido dos Reis nº 368 – lisboa

Liberdade e União nº 432 – Barreiro

União nº 423 – Porto

Dezanove de Junho nº 424 – Beira, Moçambique

Gomes Freire nº 425 – Moçambique

Aliança nº 426 – Lisboa

Tolerância nº 427 – Lisboa

Montanha nº 428 – Lisboa

Fénix nº 429 – Lisboa

Serrania nº 430 – Lisboa

Pró-Pátria nº 431 – Benguela

Triângulo nº 266 – Arronches

Nos casos em que coexistiam Lojas com o mesmo nome foi autorizada a fusão, o que ocorreu com uma única excepção: continuaram a existir duas Lojas *Montanha*, uma com o nº 428 e outra com o nº 214. Ficavam de fora as Lojas *Pureza* – só regressará ao GOLU em 1935 –e *Liberdade* (do Funchal). As Lojas *Dragão* (Gaza) e *Portugal* (Huambo) desapareceram antes da unificação.

Mais uma vez, a Loja *União* recebia um novo número de ordem, ficando registada no livro respectivo com o nº423[47].

Em Novembro de 1927, alguns elementos do Supremo Conselho originários do Grémio Luso-Escocês consideraram que não tinham sido respeitadas as prerrogativas do Supremo Conselho, criticando a instalação de Lojas e Triângulos do REAA sem a sua intervenção directa, pelo que decidiram rasgar o acordo firmado a 25 de Novembro de 1925. Contrariamente ao sucedido em 1914, a esmagadora maioria das Lojas do REAA permaneceu no GOLU. Do Porto chegava a condenação unânime da nova dissidência, por parte das Oficinas da cidade, criticando os «que cuidando mais das suas vaidades pessoais do que dos interesses gerais da causa continuam a tripudiar o povo maçónico, de cuja dedicação se aproveitam para exclusiva satisfação de caprichos, nem sempre confessáveis, mas a que não correspondem em esforço para o bem comum»[48]. A missiva era assinada pelos Veneráveis das Lojas *Liberdade e Progresso, Liberdade e Progresso 2ª, Luz do Norte, Progredior, União, Luz e Vida, Victória, Lux et Vita*, somente faltando a *Ordem e Trabalho*, porque era do Rito Francês, e por isso mesmo não tinha sentido que subscrevesse a missiva.

46 *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, nºs 3-4, Março-Abril de 1926, pp. 93 e 94.

47 Arquivo do Grémio Lusitano Livro nº II de Registo de Lojas, registo nº 123.

48 Carta ao Conselho da Ordem, datada de 14 de Fevereiro de 1928, dactilografada e assinada. Arquivo do Grémio Lusitano.

AD UNIV.·. TERRARUM ORBIS SUMI ARCH.·. GLORIAM

ORDO AB CHAO

FE-ESPERANÇA-CARIDADE

O SOB.·. CAPITULO

DA

BEN.·. LOJ.·. UNIÃO N.º 423

EM NOME E SOB OS AUSP.·. DO SUP.·. CONS.·. DO 33.º GR.·. DO RITO ESCOCEZ ANTIGO E ACEITO PARA PORTUGAL, SEUS DOMINIOS E JURISDICÇÃO, E DO

GR.·. OR.·. LUS.·. UNID.·. SUP.·. CONS.·. DA MAÇ.·. PORTUGUESA.

S.·. S.·. S.·.

UNIVERSI TERRARUM ORBIS ARCHITECTORIS AD GLORIAM INGENTIS

ORDO AB CHAO

LIBERDADE-EQUALDADE-FRATERNIDADE

O SUB.·. AREOPAGO

DA

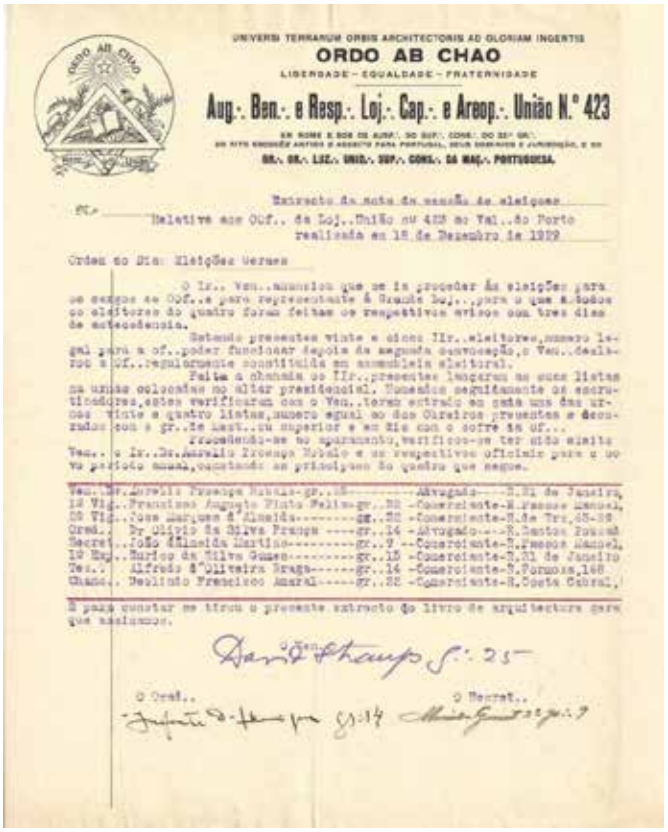
BEN.·. LOJ.·. UNIÃO N.º 423

EM NOME E SOB OS AUSP.·. DO SUP.·. CONS.·. DO 33.º GR.·. DO RITO ESCOCEZ ANTIGO E ACEITO PARA PORTUGAL, SEUS DOMINIOS E JURISDICÇÃO, E DO

GR.·. OR.·. LUS.·. UNID.·. SUP.·. CONS.·. DA MAÇ.·. PORTUGUESA.

S.·. S.·. S.·.

Papel timbrado próprio, do Capítulo e do Areópago.



UNIVERSI TERRARUM ORBIS ARCHITECTORIS AD GLORIAM INGENTIS

ORDO AB CHAO

LIBERDADE – EQUALDADE – FRATERNIDADE

Aug.·. Ben.·. e Resp.·. Loj.·. Cap.·. e Areop.·. União N.º 423

EM NOME E SOB OS AUSP.·. DO SUP.·. CONS.·. DO 33.º GR.·. DO RITO ESCOCEZ ANTIGO E ACEITO PARA PORTUGAL, SEUS DOMINIOS E JURISDIÇÃO, E DO

GR.·. OR.·. LIZ.·. UNID.·. SUP.·. CONS.·. DA MAÇ.·. PORTUGUESA.

Extracto da acta da sessão de eleições

Relativa aos Obr.·. da Loj.·.União nº 423 do Val.·.do Porto

realisada em 18 de Dezembro de 1929

Ordem do Dia: Eleições Geraes

O Ir.·. Ven.·.mandou que se ia proceder ás eleições para os cargos de Obr.·.e para representante á Grande Loj.·.,para o que a.·.Sobre os eleitores do quadro foram feitas os respectivos avisos com tres dias de antecedencia.

Estando presentes vinte e cinco Ir.·.eleitores,numero legal para a of.·.poder funccionar depois da segunda convocação,o Ven.·.declarou a Of.·.regularmente constituida em assembleia eleitoral.

Feita a chamada os Ir.·.presentes lançaram as suas listas na urna collocada no altar presidencial. Tomando seguidamente os escrutinadores,estes verificaram com o Ven.·.terem entrado em cada uma das urnas vinte e quatro listas,numero egual ao dos Obreiros presentes e descarregando com a gr.·.de Mest.·.ou superior e ao Rio com o soffre as of.·.

Procedendo-se ao apuramento,verificou-se ter sido eleito Ven.·. o Ir.·.Dr.Aurelio Proença Robalo e os respectivos officiais para o ve no periodo annal,constando os principaes do quadro que segue.

Ven.·.Dr.Aurelio Proença Robalo-gr.·.32---------Advogado----R.31 de Janeiro,
1º Vig.·.Francisco Augusto Pinto Pella-gr.·.32 -Comerciante-R.Passos Manoel,
2º Vig.·.José Marques d'Almeida---------gr.·.32 -Comerciante-R.de Tro,65-68
Orad.·. Dr.Olivio da Silva França ----gr.·.14 -Advogado----R.Santos Pousad
Secret.·.João d'Almeida Martins---------gr.·.9 --Comerciante-R.Passos Manoel,
1º Exp.·.·.Mario da Silva Gomes---------gr.·.15 -Comerciante-R.31 de Janeiro
Ten.·. Alfredo d'Oliveira Braga------gr.·.14 -Comerciante-R.Formosa,168
Chanc.·. Desilindo Francisco Amaral-----gr.·.32 -Comerciante-R.Costa Cabral,

E para constar se tirou o presente extracto do livro de architectura para que assi.·.

O Orad.·.

O Secret.·.

Eleição dos dignitários em 1929, em papel timbrado da Loja.

A Loja *União* prosseguiu a sua vida normal no seio do GOLU, tendo como Venerável o advogado Dr. Aurélio Proença Robalo, que em 1931 passou a integrar o Conselho da Ordem. A nova situação política, com o reforço da Ditadura Militar após a derrota das revoltas de 1927, 1928 e 1931 reflectiu-se inevitavelmente na acção e funcionamento da Maçonaria, embora esta continuasse a ter existência legal. Mas os condicionalismos eram cada vez maiores. Com o Palácio Maçónico selado e a prisão, deportação e exílio de muitos maçons, as Lojas ressentiam-se e os efectivos decresciam. O palácio a S. Pedro de Alcântara, antiga sede do Grémio Luso Escocês, foi utilizado como local de reunião. Em 31 de Dezembro de 1930, Loja *União* tinha 89 membros, passando para 78 em igual data de 1931 e para 64 no final de 1932. A eleição de dignitários e oficiais para 1931 foi feita em lista impressa, com 24 cargos contemplados incluindo diversos adjuntos!

1931

Ben.·. e Resp.·. Loj.·. Cap.·. e Areop.·. UNIÃO N.º 423

Dignitarios e oficiais para o exercicio de 1931

Ven.·.	Dr. Aurelio Proença Robalo	— David Strauss gr.·. 30
1.º Vig.·.	Dr. Joaquim Romano	— Egas Moniz gr.·. 3
2.º Vig.·.	Guilherme Frederico Ehrhardt Junior	— Fernandes Thomaz gr.·. 14
Orad.·.	Dr. Olivio da Silva França	— Infante D. Henrique gr.·. 15
Orad.·. Adj.·.	Luiz Amaro d'Oliveira	— Mario gr.·. 15
Secret.·.	João d'Almeida Martins	— Almeida Garrett 2.º gr.·. 14
Secret.·. Adj.·.	[illegible]	[illegible]
Thes.·.	Alfredo d'Oliveira Braga	— Floriano Peixoto gr.·. 15
Thes.·. Adj.·.	Eduardo Barbosa	— Beires gr.·. 15
1.º·. Exp.·.	Cristiano d'Oliveira e Silva	— França Borges gr.·. 14
2.º·. Exp.·.	[illegible]	[illegible]
Chancel.·. Arch.·.	Desilindo Francisco Amaral	— Mousinho da Silveira gr.·. 32
Mest.·. Cer.·.	Joaquim Gomes da Silva	— Julio Cesar gr.·. 14
Mest.·. Cer.·. Adj.·.	João José Pereira	— Magalhães Lima gr.·. 3
Hosp.·.	Joaquim Martins Quelhas	— Marat gr.·. 25
Hosp.·. Adj.·.	Antonio Ernesto da Silva	— Basilio Teles gr.·. 9
Int.·. de Banq.·.	Firmino Gonçalves Frederico	— Sancho gr.·. 18
1.º·. D ac.·.	José Pacheco Nunes	— Alexandre Herculano gr.·. 15
2.º·. Diac.·.	[illegible]	[illegible]
Port.·. Estand.·.	Manoel dos Santos Xavier	— Ferreira Borges gr.·. 18
Port.·. Esp.·.	Felix Dias da Cunha Barbosa	— Almirante Reis gr.·. 32
Arch.·. Dec.·.	Antonio Francisco Carneiro	— Sertorio gr.·. 25
Guard.·. Int.·.	Aristides d'Andrade Fradão	— Alexandre Braga gr.·. 14
Del.·. ao Pod.·. Maç.·.	Francisco José de Moraes	— Augusto Conte gr.·. 18

Mas, na sessão eleitoral de 31 de Dezembro de 1932, para eleição do corpo de oficiais, votaram apenas 19 mestres. Vejamos o quadro da Loja referente a 31 de Dezembro de 1932, o último conhecido antes da proibição da Maçonaria em 1935. Dos 64 Obreiros activos, dois tinham sido iniciados em 1887 e um em 1895, sendo os mais antigos. Os mais recentes, em número de seis, foram iniciados em 1930. Em termos sociais, a Loja reflectia dinamismo da cidade do Porto, com 31 comerciantes e 10 industriais, 2 capitalistas, 6 funcionários públicos, 4 empregados do comércio, 1 armador, 3 oficiais do exército, 3 médicos (um dos quais era coronel), seguindo-se outras profissões com um elemento – advogado, arquitecto e professor...

Desde 1929, recorrentemente, o Conselho da Ordem aconselhou a triangulação da Lojas, isto é, a sua divisão em Triângulos, cada um com um responsável, com um Triângulo Central do qual faziam parte o Venerável e os Presidentes dos Triângulos. Era uma

forma de não chamar a atenção das autoridades para reuniões de maior vulto. Em 15 de Fevereiro de 1935 reforça a necessidade da triangulação das Lojas.

A Loja *União* consta das Lojas e Triângulos em actividade, constantes da circular de 16 de Março de 1935.

DEPOIS DA PROIBIÇÃO DA MAÇONARIA EM 1935

Culminando uma campanha de propaganda contra a Maçonaria que se enquadrava no âmbito do reforço do recém-criado Estado Novo, o projecto de lei que o deputado José Cabral apresentou na Assembleia Nacional, visando a proibição das sociedades secretas, foi votado e aprovado por unanimidade em 6 de Abril (Lei nº 1901, de 21 de Maio de 1935). A Maçonaria ficava, assim, proibida em Portugal. Norton de Matos renunciou ao cargo de Grão-Mestre, o mesmo sucedendo com Oliveira Simões, Grão-Mestre Adjunto. Esta tomada de posição traduz o sentimento de centenas e centenas de maçons que eram funcionários públicos, civis e militares. Na sua esmagadora maioria renunciaram à filiação maçónica e assinaram as declarações que o imperativo legal exigia, deixando de ter qualquer militância na Ordem. Começava um período sombrio para Portugal e para a Maçonaria.

Sem sedes, sem uma secretaria, sem Grão-Mestre e Grão-Mestre Adjunto, sem possibilidade de reunir a Grande Dieta, o GOLU sobreviveu graças a um pequeno grupo de dedicados maçons, reunidos em torno do Conselho da Ordem. No terreno, alguns maçons faziam a ligação com as Oficinas, em especial no centro e norte do país. Mas o desânimo cresceu, Lojas e Triângulos começaram a desaparecer. Se, até ali, embora perseguida e fortemente condicionada, a Maçonaria ainda era legal, nas novas circunstâncias o perigo era muito maior, ampliado nas localidades fora de Lisboa e Porto, onde todos se conheciam e as represálias sobre maçons ou supostos maçons eram previsíveis.

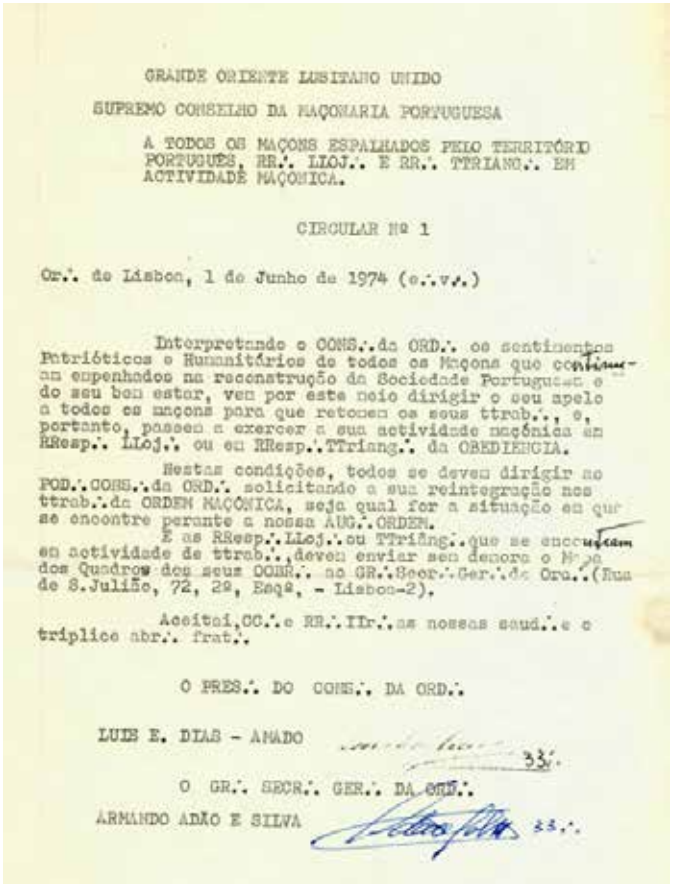
A CLANDESTINIDADE

Começam a escassear os documentos... Existem alguns mapas de contabilidade até 1936, que nos permitem calcular, pelo número de quotizações pagas, o quadro das Lojas. Por essas fontes vemos que a Loja *União* pagava 76 quotas em1933, 80 em 1934, 81 em 1935, e 81 em 1936. Na escassa documentação dessa época, até 1974, nada encontramos sobre a Loja *União*. Não consta dos subscritores da nova Constituição do GOLU, em 1 de Dezembro de 1941. Das 21 Lojas presentes, 19 eram de Lisboa, uma de Algés e uma do Porto (Loja *Invicta*). As Lojas desapareceram silenciosamente embora algumas tenham sido fundadas em plena clandestinidade. Os seus membros reuniam-se em ágapes ou em passeios informais, encontravam-se em cafés, consultórios médicos, estabelecimentos comerciais e escritórios de advogados. Em Lisboa, a Escola Oficina nº 1 e o Asilo de S. João continuavam a ser administrados por maçons. As sessões rituais deixaram de ser feitas.

Voltaremos a ouvir falar de Loja *União* em 1974...

DEPOIS DO 25 DE ABRIL DE 1974

Quando ocorreu a Revolução, funcionavam duas Lojas de Lisboa – *Simpatia e União* e *Liberdade* – e menos regularmente *A Revolta*, de Coimbra, e *José Estêvão*, de Lisboa. Para além dessas Oficinas, havia maçons que pagavam individualmente as suas quotas e, por isso, eram considerados regulares, embora as Lojas às quais tinham pertencido já não estivessem em actividade. A 1 de Junho de 1974, o Conselho da Ordem enviou uma circular a todos os maçons espalhados pelo território português, solicitando que enviassem rapidamente os quadros dos Obreiros das Lojas e Triângulos a que eventualmente pertencessem. Os que estivessem adormecidos deviam pedir a sua regularização e provar que tinham os graus que alegavam possuir.



GRANDE ORIENTE LUSITANO UNIDO

SUPREMO CONSELHO DA MAÇONARIA PORTUGUESA

A TODOS OS MAÇONS ESPALHADOS PELO TERRITÓRIO PORTUGUÊS, RR.·. LLOJ.·. E RR.·. TTRIANG.·. EM ACTIVIDADE MAÇÓNICA.

CIRCULAR Nº 1

Or.·. de Lisboa, 1 de Junho de 1974 (e.·.v.·.)

Interpretando o CONS.·.da ORD.·. os sentimentos Patrióticos e Humanitários de todos os Maçons que continuam empenhados na reconstrução da Sociedade Portuguesa e do seu bem estar, vem por este meio dirigir o seu apelo a todos os maçons para que retomem os seus ttrab.·., e, portanto, passem a exercer a sua actividade maçónica em RResp.·. LLoj.·. ou em RResp.·.TTriang.·. da OBEDIÊNCIA.

Nestas condições, todos se devem dirigir ao POD.·.CONS.·.da ORD.·. solicitando a sua reintegração nos ttrab.·.da ORDEM MAÇÓNICA, seja qual for a situação em que se encontre perante a nossa AUG.·.ORDEM.

E as RResp.·.LLoj.·.ou TTriâng.·.que se encontrem em actividade de ttrab.·.,devem enviar sem demora o Mapa dos Quadros dos seus OOBR.·. ao GR.·.Secr.·.Ger.·.da Ord.·.(Rua de S.Julião, 72, 2º, Esqº, - Lisboa-2).

Aceitai,CC.·.e RR.·.IIr.·.as nossas saud.·.e o triplice abr.·. frat.·.

O PRES.·. DO CONS.·. DA ORD.·.

LUIS E. DIAS - AMADO

O GR.·. SECR.·. GER.·. DA ORD.·.

ARMANDO ADÃO E SILVA

No primeiro recenseamento feito, referente a Lisboa e a maçons regulares, isto é, que tinham a quotização em dia:

Nome da Loja	Obreiros activos
Pureza	1
Simpatia e União	34
Elias Garcia	1
Liberdade	22
José Estêvão	1
Solidariedade	1
Acácia	1
Afonso Costa	1
Estrela de Alva	7
O Futuro	9
Libertação	11
Magalhães Lima	7
Rebeldia	12
Renascença	1
República	7
Total	116

Antigos membros de Lojas já desaparecidas procuraram reanimá-las, embora com dificuldade. Muitos anos já tinham decorrido, alguns mantiveram a militância maçónica noutras Oficinas, outros abandonaram-na por completo. A Loja *União* ressurgia das cinzas em Novembro de 1974.

O primeiro quadro da Loja tem a data de 1 de Novembro de 1974. Nele se afirma que a Oficina se encontrava adormecida e se regularizava ao abrigo da circular do Conselho da Ordem de 1 de Junho desse ano.

Os «Sete Magníficos»...que eram oito

Foram oito os iniciadores desta nova fase da Loja *União*, dos quais apenas dois oriundos nessa Oficina. Aqui ficam algumas notas breves sobre eles.

Olívio França (Venerável)

Advogado, destacado opositor ao Estado Novo, deputado às Constituintes de 1975 pelo PPD.

Iniciado em 26 de Maio de 1926 na Loja *União*, com o nome simbólico de «Infante D. Henrique».

João José Machado Pereira (Secretário)

Comerciante, presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários Portuenses em 1960-1963.

Iniciado em 20 de Fevereiro de 1929 na Loja *União* com o nome simbólico de «Magalhães Lima».

Bernardino Machado de Sousa Vaz (Orador)

Advogado, neto de Bernardino Machado, distinguiu-se na defesa de presos políticos durante o Estado Novo.

Iniciado em 15 de Outubro de 1930 na Loja *Liberdade*, de Lisboa, com o nome simbólico de «Robespierre». Será depois Venerável da Loja *União*.

Luís Simões Dias Cardoso do Vale (1º Vigilante)

Professor do ensino secundário. Iniciado na Loja *A Revolta*, de Coimbra, em 1 de Junho de 1960, com o nome simbólico de «Antero de Quental».

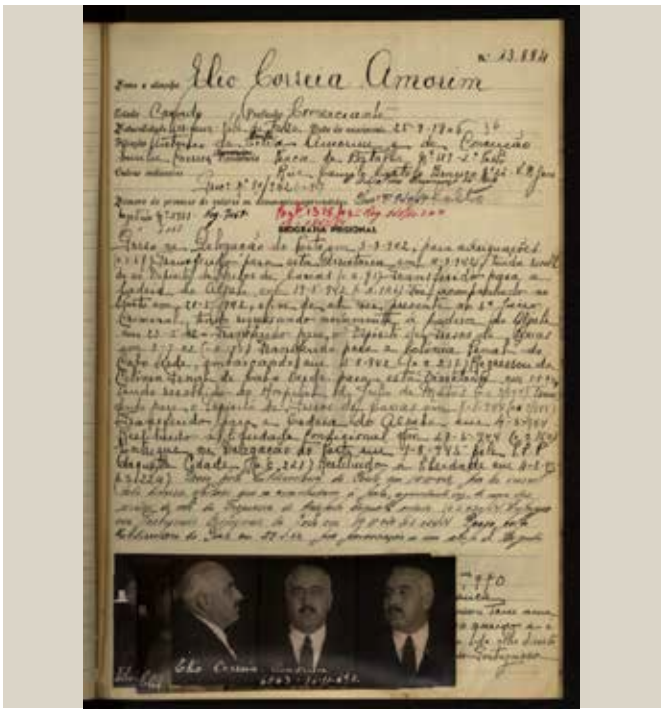
Amândio Ferreira Marques (2º Vigilante)

Advogado. Iniciado em 11 de Janeiro de 1930 na Loja *Rebeldia*, de Lisboa, com o nome simbólico de «Trotsky».

António Coutinho Monteiro de Freitas

Gerente comercial. Deputado às Constituintes pelo PPD. Era oriundo da Antiga e Mística Ordem Rosa Cruz. Nome simbólico «Benjamim Franklin».

Élio Correia Amorim



Industrial. Foi preso em 1942 e deportado para o Tarrafal acusado de integrar a chamada «Rede Shell», ligada dos serviços secretos ingleses. Há uma proposta de iniciação em 1933 na Loja *Progredior*, do Porto, onde pode ter sido iniciado. Faltam dados posteriores. Nume simbólico «Manuel Pereira».

Albert Aspey

Inglês, pastor metodista. Veio para Portugal em 1954 e foi uma figura cimeira da Igreja Metodista, cuja Superintendência Geral assumiu. Autor do livro *Por este Caminho* (1971), sobre a introdução em Portugal daquela Igreja. Deve ter sido iniciado em Inglaterra, pois tinha o grau 18º em 1974. Nome simbólico «Wellesley».

Foi este o início desta nova fase da Loja *União* nº 423 ao Oriente do Porto. ▣

Museu República e Maçonaria

Situa-se em Pedrógão Grande e constitui uma das mais interessantes coleções maçónicas existentes no nosso país.

Para a revista Grémio Lusitano selecionámos um conjunto de peças menos comuns, sem com isso diminuir a importância dos aventais, faixas, painéis de loja ou diplomas que ali podem ser vistos. Aberto a visitas de maçons e mediante marcação prévia, a coleção integrada no Museu República e Maçonaria, localiza-se numa propriedade de turismo rural, que pode aliar uma tarde de formão maçónica, de história e de prazer pelo contato com a natureza.

Fotografia Ponto de Vista

Chapéu em uso nas Lojas de tradição inglesa ou americana, usado no grau 18 do REAA. Com caixa em metal pintado. Origem Loja Fenton nº 14 (Michigan, EUA). Finais do séc. XIX.

Cadeira de Venerável com simbologia maçónica como malhetes, oroboros, estrela de cinco pontas com o G, entre outros. Peça em estilo inglês do início do séc. XX. Pela sua proveniência admite-se ter pertencido a um Templo da cidade do Porto daquele período Dim. 159x53x59.

Fotografia Ponto de Vista

Fotografia Ponto de Vista

Marcador de selo branco pintado e em ferro. Carimbos em madeira. 1º Quartel do séc. XX.

Fotografia Ponto de Vista

Malhete e base em metal que pertenceu à Loja Obreiros do Trabalho. S. data (finais do séc. XIX/início do séc. XX)

Fotografia Ponto de Vista

Copo em vidro com simbologia maçónica variada biselada, nomeadamente espadas, colunas e Templo de Salomão, sol e lua; malhete; esquadro e trolha. Eventualmente originário de países nórdicos; s/marca; s/data, provavelmente finais do séc. XIX. Dim. Alt 17, diâmetro boca 7,5 cm.

Museu Maçónico Português

Visitas de segunda a sexta-feira
das 14:30 às 17:30 horas

Rua do Grémio Lusitano, 25 - Lisboa
www.gremiolusitano.pt

Grémio Lusitano

WWW.GREMIOLUSITANO.PT